



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O processo de autodeterminação e de independência de
Timor-Leste sob a perspetiva analítica da difusão normativa

Francisco Vicente Guterres

Orientação: Professor Doutor Marco António Batista
Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

O processo de autodeterminação e de independência de
Timor-Leste sob a perspetiva analítica da difusão normativa

Francisco Vicente Guterres

Orientação: Professor Doutor Marco António Batista
Martins

Mestrado em Relações Internacionais e Estudos Europeus

Dissertação

Évora, 2018

Agradecimentos.

Profundíssimo o meu orientador, Professor Doutor Marco António Batista Martins, cujos reparos e correções foram tão importantes como a atenção e incentivo constantes que se mantiveram durante uns anos e poucos meses. Escolhi-o por duas razões fundamentais: seriedade na abordagem profissional e conhecimento sobre o tema que gostaria de desenvolver. É um exemplo na excelência académica e na orientação dos trabalhos académicos.

O Professor Doutor Marco António Batista Martins foi fundamental na minha orientação. Por isso e pela sua dedicação, o meu mais elevado agradecimento e consideração. Não teria chegado aqui sem as suas críticas e achegas sempre necessárias. Não teria conseguido ganhar incentivo se em momentos determinantes não estivesse presente. Muito obrigado.

Resumo.

A dissertação foca-se no processo de autodeterminação e da independência de Timor-Leste e na perspetiva teórica da difusão normativa, centrando-se, especialmente, nos atores importantes deste processo durante o período entre 1975 e 2002.

Demonstra que a independência de Timor-Leste resultou de um processo de contestação da legitimidade do governo indonésio de Hadji Mohamed Suharto, entre 1975 e 1999, que conduziu ao referendo de Agosto de 1999 e a consequências que reafirmaram e consolidaram a independência de Timor-Leste, incluindo a decisão, de 2002, de constituir a Força Internacional para Timor-Leste (International Force East Timor – INTERFET).

O valor acrescentado deste estudo é, por um lado, a aplicação do modelo teórico proposto pela perspetiva analítica da Difusão Normativa ao processo da luta pela independência de Timor-Leste, e, por outro, a especial referenciação de atores ainda não suficientemente considerados pela literatura académica, como, por exemplo, os partidos políticos locais, os movimentos dos estudantes – nomeadamente, OJETIL e RENETIL, FALINTIL, OPMT, OPJT – e a Igreja Católica.

A independência de Timor-Leste tem sido objeto de particular atenção por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), quer diretamente através do seu Secretariado-Geral quer da Comissão dos Direitos Humanos.

Palavras-chave: Timor-Leste, Organização das Nações Unidas (ONU), Difusão Normativa, Independência, Atores Nacionais e Internacionais, Direitos Humanos.

The process of self-determination and independence of Timor-Leste under the analytical perspective of normative diffusion

Abstract.

The dissertation focuses on the process of self-determination and independence of Timor-Leste and on the theoretical perspective of normative diffusion, focusing especially on the important actors of this process during the period between 1975 and 2002.

It demonstrates how East Timor's independence was a result of the process of contestation over the legitimacy of the Indonesian government of Hadji Mohamed Suharto between 1975 and 1999, which resulted in the August 1999 referendum, and how it produced consequences that reaffirmed and consolidated independence of East-Timor, including the 2002 decision on the International Force for East Timor, International Force East Timor (INTERFET).

The added value of this study is, on one hand, the application of the theoretical model proposed by the analytical perspective of the Normative Diffusion to the analysis of the process of the struggle for the independence of East Timor, with special consideration to actors not yet considered in the existing academic literature, such as political parties, student movements, notably OJETIL and RENETIL, FALINTIL, OPMT, OPJT, and the Catholic Church.

East Timor's independence has been a matter of concern on the part of the UN, directly involving the Secretary-General of the United Nations and the Commission on Human Rights.

Key words: East Timor, United Nations Organization (UN), Regulatory Dissemination, Independence, National and International Actors, Human Rights.

ÍNDICE

Introdução.	1
a) Contexto histórico.	1
b) Objetivo.	2
c) Questão de Partida.	2
d) Objeto de Estudo.	2
e) Hipótese.	2
f) Metodologia.	3
Capítulo I. Enquadramento teórico-conceitual.	7
1.1. Perspetiva Construtivista vs. Realismo.	7
1.2. A perspetiva da difusão normativa.	10
1.3. O ciclo de vida das normas.	38
Capítulo II. A luta pela independência de Timor-Leste: os principais pontos de viragem.	40
2.1. A visita do Papa João Paulo II em 1989.	40
2.2. Massacre de Santa Cruz em 1991.	49
2.3. Referendo à independência de Timor-Leste em 1999.	58
Capítulo III. O processo de independência de Timor-Leste.	65
3.1. A independência de Timor-Leste e os constrangimentos da Guerra Fria.	65
3.1.1. Declaração unilateral da FRETILIN sobre a independência no dia 28 de Novembro de 1975.	66
3.1.2. Nomeação de cinco timorenses pelo Comité Central da FRETILIN (CCF) em 3 de Dezembro de 1975.	67
3.1.3. O processo de Bandung: Indonésia numa situação contraditória.	68

3.1.4. Timor-Leste enquanto vítima da polarização da Guerra Fria.	70
3.1.5. Resolução da ONU condena a Indonésia em 12 de Dezembro de 1975.	72
3.2. Emergência da norma de autodeterminação (1980-1989).	73
3.2.1. A norma de autodeterminação e a posição da Indonésia.	73
3.2.2. Contestação da posição da Indonésia por Xanana Gusmão.	74
(a) Reagrupamento das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) em 1981.	
(b) Xanana Gusmão – reorganização da resistência interna e contatos com representantes no exterior em 1983.	
(c) Promoção do diálogo com a ONU a partir de 1983.	
(d) Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT) em 1986.	
3.2.3. Carta do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo à ONU em 1989.	78
Capítulo IV. Da emergência normativa à cascata da norma de autodeterminação em 1989-1997.	79
4.4.1. Visita do Papa João Paulo II em 1989: consolidação da emergência normativa.	79
4.4.2. Manifestações dos estudantes de Timor-Leste na Indonésia: difusão para a sociedade civil e ONG's (1990).	80
4.4.3. Início da cascata normativa em Portugal e na CPLP (1991).	81

4.4.4. Massacre de Santa Cruz: um ponto de viragem no processo de difusão normativa (1991).	84
4.4.5. Aprisionamento de Xanana Gusmão e as implicações internacionais em 1992.	85
4.4.6. A viagem do «Lusitânia Expresso»: rumo à cascata normativa em 1992.	86
4.4.7. Assaltos às embaixadas de países ocidentais em Jacarta em 1994-1997.	88
Capítulo V. Cascata da norma de autodeterminação: rumo ao referendo.	88
5.1. Alteração de regime na Indonésia e da narrativa em relação a Timor-Leste: um novo contexto da cascata normativa.	88
5.2. Empreendedorismo normativo português: a liderança de Durão Barroso na União Europeia e na CPLP.	89
5.3. O Brasil e a cascata normativa.	90
5.4. Consolidação doméstica.	92
5.4.1. A independência de Timor-Leste: o referendo de 1999.	92
5.4.2. A reação da comunidade internacional: internalização da norma de independência de Timor-Leste.	94
Capítulo VI. Apresentação de dados e análise de conteúdo.	95
6.1. Apresentação de Análise de conteúdo das entrevistas.	95

6.2. Quadro I. Características Sociodemográficas.	97
6.3. Análise da Norma Emergência (1974-2002).	98
6.4. Perceção dos acontecimentos trágicos.	102
6.5. Análise da Cascata Normativa (1974-2002).	104
6.6. A violação dos Direitos Humanos.	108
6.7. Análise da Internalização (1974-2002).	112
6.8. O conceito de independência.	115
Conclusão.	118
Bibliografia.	120
Anexos	126

LISTA DE ABREVIATURAS.

ACNUR	: Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados.
AG	: Assembleia-Geral.
APL	: Anti-Personnel Landmines
APEC	: Asia-Pacific Economic Cooperation.
APCET	: Asia-Pacific Conference on East Timor.
APODETI	: Associação Popular Democrática Timorense.
ASDT	: Associação Social-Democrata Timorense.
ASEAN	: Association of Southeast Asian Nations.
ATC	: Académicos Timorenses de Coimbra.
CAVR	: Comissão Acolhimento, Verdade e Reconciliação.
CCF	: Comité Central da FRETILIN.
CDH	: Comissão dos Direitos Humanos.
CNN	: Cable News Network.
CNRM	: Conselho Nacional da Resistência Maubere.
CNRT	: Conselho Nacional da Resistência Timorense.
CDPM	: Comissão para os Direitos do Povo Maubere.
CPR	: Comissão Portuguesa dos Refugiados.
CPLP	: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.
CSNU	: Conselho de Segurança das Nações Unidas.
CRRN	: Conselho Revolucionário da Resistência Nacional.
DEPIM	: Departamento de Informação e de Mobilização.
DGS	: Direção-Geral de Segurança.
EPI	: Economia Política Internacional.
EU	: European Union.
EUA	: Estados Unidos da América.
FALINTIL	: Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste.
FRETILIN	: Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente.
ICISS	: International Commission on Intervention and State Sovereignty.
INTERFET	: International Force East Timor.
LBH	: Lembaga Badan Hukum.
KOTA	: Klibur oan Timor asuwaín.
MNE	: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
MFA	: Movimento das Forças Armadas.

MEP	: Movimento Estudantil de Portugal.
NU	: Nações Unidas.
OI	: Organizações Internacionais.
OJETIL	: Organização Jovens e Estudantes de Timor-Leste.
ONG	: Organização Não-Governamental.
ONU	: Organização das Nações Unidas.
OPJT	: Organização Popular da Juventude Timorense.
OPMT	: Organização Popular das Mulheres Timorenses.
PALOP	: Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa.
PAN	: Partai Amanat Negara.
PDI	: Partai Demokrasi Indonésia.
PESC	: Política Europeia de Segurança Comum.
PIDE	: Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
PNUD	: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PRD	: Partai Rakyat Demokrasi.
RI	: Relações Internacionais.
RI	: República da Indonésia.
RENETIL	: Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste.
R2P	: Responsabilidade de Proteger.
RDTL	: República Democrática de Timor-Leste.
RTP	: Rádio e Televisão Portuguesa.
RTTL	: Rádio e Televisão de Timor-Leste.
SGNU	: Secretário-Geral das Nações Unidas.
SIC	: Serviço de Informação e Comunicação.
SOLIDAMOR	: Solidaritas untuk penyelsaian damai Timor-Timur (Indonésia).
STL	: Suara Timor Lorosaé.
TNI	: Tentara Nasional Indonesia.
TVTL	: Televisão de Timor-Leste.
UDT	: União Democrática Timorense.
UNAMET	: United Nation Mission in East Timor
UNMISSET	: Missão de Assistência das Nações Unidas em Timor-Leste.
UNTAET	: United Nations Transition Administration in East Timor
URSS	: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

O Processo de Autodeterminação e de Independência de Timor-Leste sob a Perspetiva analítica da
Difusão Normativa

Contextualização do Estudo.

Ao compreender o conteúdo desta dissertação, vamos falar, neste primeiro capítulo, sobre a situação geral do processo da autodeterminação e de independência de Timor-Leste, assim como apresentar a nossa questão de partida, os objetivos do estudo e a metodologia utilizada para tentar dar uma resposta à referida questão.

INTRODUÇÃO

Em 1960, tal como todas as colónias portuguesas de então, Timor-Leste foi considerado pela ONU como um território não-autónomo com direito à autodeterminação, «*de acordo com a resolução n.º. 1514 (XV) de 14 de Dezembro de 1960*»¹.

Em 1975, após a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (concretizada uma semana depois da declaração unilateral da independência de Timor-Leste), o conflito derivou para a centralidade do campo intraestatal, ao mesmo tempo que os civis passavam a ser cada vez mais vítimas das ações do governo indonésio, em infração aos Direitos Humanos.

Que atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo de Suharto, na Indonésia, e no processo de consolidação da independência de Timor-Leste?

É importante referir o contexto da fragilidade do Estado de Timor-Leste no momento da invasão da Indonésia, no dia 7 de Dezembro de 1975. Por um lado, os timorenses já tinham criado cinco organizações políticas para concorrer às eleições de Novembro 1975: Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), União Democrática Timorense (UDT), Klibur Oan Timor Asuwaín (KOTA), Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) e Partido Trabalhista. A Maioria da população aderiu à FRETILIN, por esta defender a opção da independência. Mesmo assim, a sociedade ficou dividida, e esta fragilidade foi aproveitada pela Indonésia. As outras organizações (especialmente UDT e APODETI) ficaram descontentes com a preferência da população pela «FRETILIN, e tentaram influenciar a escolha da Maioria da população através de assaltos violentes aos simpatizantes da FRETILIN e/ou aos ativistas que advogavam a independência do país. Estas organizações (UDT e

¹ ESCARAMEIA, P. Reflexões sobre Temas de Direito Internacional, Timor, a ONU eo Tribunal Penal Internacional, Instituto Superior de Ciências e Políticas, 2001, p.99.

APODETI) classificaram a FRETILIN como um partido comunista»². Aproveitando o antagonismo e as tensões políticas entre as emergentes elites e lideranças timorenses, a Indonésia invadiu imediatamente Timor-Leste em 7 de Dezembro de 1975, sob o argumento de Timor-Leste ter adotado um sistema comunista que não servia os propósitos da região. A ocupação indonésia decorreu de 1975 a 1999.

Objetivo:

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste na perspetiva teórica da Difusão Normativa, focando-se, especialmente, nos atores importantes neste processo e escolhendo como o período temporal principal o tempo entre 1975 e 2002.

Questão de Partida.

A Pergunta de investigação deste projeto de dissertação de Mestrado está formulada da seguinte maneira:

“Que atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo indonésio, de Hadji Mohamed Suharto, e no processo de consolidação da independência em Timor-Leste?”

Objeto de estudo:

Este trabalho terá duas dimensões de análise: por um lado, aplicação a perspetiva teórica da Difusão Normativa ao caso do processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste, e por outro lado, análise, com especial atenção à identificação, dos atores críticos neste processo, alguns dos quais não foram considerados antes na bibliografia existente.

Hipótese:

A Hipótese do Trabalho está formulada de seguinte maneira: o processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste foi um resultado de um processo de contestação da legitimidade do governo indonésio de Hadji Mohamed Suharto, entre 1975 e 1999, que resultou no referendo de Agosto 1999, e trouxe consequências que reafirmaram e consolidaram a independência do Timor-Leste, incluindo a decisão de

² FRANKE, R.W. East Timor: The Hidden War. Second Edition, December, 1976, p. 9-19.

2002, sobre a Força Internacional para Timor-Leste (International Force East Timor-INTERFET).

Esta hipótese pressupõe uma ‘construção’ da solidariedade internacional na referida questão. O trabalho visa assim identificar os principais atores e mecanismos envolvidos, e aferir a medida em que eles foram envolvidos no processo, incluindo os Estados, as principais organizações internacionais, como as Nações Unidas, bem como as organizações não-governamentais (ONGs). No sentido de complementar o debate académico existente, o trabalho visa dar importância aos atores ainda pouco explorados: a Igreja Católica e movimentos como a Liga dos Direitos Humanos, a Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL) e a Organização da Juventude e Estudantes de Timor-Leste (OJETIL), bem como a Organização Popular de Mulheres Timorese (OPMT), e a Organização Popular da Juventude Timorese (OPJT).

Metodologia.

Ao interpretamos, entendemos ou explicamos o mundo social que nos rodeia passamos por pesquisa. A definição da pesquisa adota uma definição centrada no processo, “*que define a pesquisa como a busca do conhecimento.*”³ Para entender melhor o processo da pesquisa como a busca do conhecimento é necessário de seguirmos métodos claros para perceber melhor “*Métodos qualitativos são usados para entender melhor como fazemos sentido do mundo que nos rodeia e, como tal, exigimos que nos concentremos em significados e processos que compõem a política internacional. Muitas vezes isso é feito através de estudos aprofundados de eventos, fenômenos, regiões, países, organizações ou indivíduos específicos*”⁴.

Ao realizar este projeto, optamos por o método qualitativo, fundamentado numa análise descritiva, a partir de fontes orais. Para tal foram realizadas entrevistas com a intenção de perceber o processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste. Este método permitir-nos-á descrever e explicar diferentes atores que participaram na autodeterminação e de independência de Timor-Leste. A razão de escolher uma metodologia descritiva e qualitativa deve-se à necessidade de recolher informação primária, porque são muito limitados os documentos disponíveis sobre o processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste na perspetiva da teoria da difusão

³ Pole e Lampard 2002 apud C. Lamont 2015, p. 16.

⁴ C. Lamont, Research Methods in international Relations, 2015, p. 78.

normativa. Além disso, a abordagem qualitativa permite recolher informação mais diversificada e complexa.

A metodologia qualitativa e a sua utilização neste projeto.

A abordagem na qual tinha realizando, optar por um formato de entrevistas semiestruturadas com representantes dos atores da igreja, resistência armada, resistência estudantes, resistência clandestinas, organizações não-governamentais, resistência diplomática e o Embaixador de Portugal representa como potência administrante. As entrevistas são semiestruturadas no sentido de que cada entrevista terá as mesmas dez (10) perguntas (ver na tabela 1 no index); e as perguntas para os mesmos nove (10) entrevistados (ver na tabela 2 no index), mas cada uma dessas questões é de natureza aberta e permite pequenas discussões não estruturadas sobre as questões. O uso de uma entrevista semiestruturada permite a referência cruzada de informações para uma análise mais confiável, permitindo uma exploração mais aprofundada das questões. *“Uma entrevista estruturada seria muito limitada para esse estudo em profundidade e não proporcionaria as ideias necessárias para entender o caso.”*⁵

Para a realização de uma pesquisa de carácter qualitativa necessita de um corte de espaço de determinado fenómeno por parte de pesquisador. Sendo isso, a metodologia adopta na investigação depende do objetivo de pesquisa, da sua natureza, e dos objetivos do pesquisador.

Segundo, *“a intenção dos pesquisadores em ciências não é só descrever, mas compreender os fenómenos e para isso torna-se fundamental recolher dados que mostrem o fenómeno de forma inteligível.”*⁶ Ao alertar de que o propósito de um investigador científico não é só explanar ou descrever, no entanto, um pesquisador tem de interpretar e compreender todos os casos ou fenómenos em análise e os dados recolhidos são as bases para entender e compreender os casos ou fenómenos.

Métodos de recolha de dados.

Métodos qualitativos incluem uma ampla gama de técnicas de análise e recolha de dados que proporcionam aos pesquisadores uma introspeção mais profunda no mundo

⁵ C. Jamont, *Research Methods in International Relations*, 2015, pp. 84-85.

⁶ Quivy e Campenhoudt, *Manual de Investigação em Ciência Sociais*, 1992, p. 41.

social. As principais técnicas de coleta de dados utilizados nesta pesquisa que vão ser usadas são: entrevistas, observação direta e discussão de grupos ou FGD (focus group discussion). Adicionalmente, pesquisando dos arquivos ou documentais e pesquisas baseadas na Internet. Segundo “*Cada uma dessas técnicas de recolha de dados permite-nos desbloqueia vasto conteúdo de dados qualitativos para ajudá-lo a encontrar os dados necessários para responder sua pergunta de pesquisa.*”⁷ As três técnicas neste estudo especificamente o seguinte.

Entrevistas.

Os dados de entrevistas podem fornecer um recurso rico para análises qualitativas e fornecer novas intuições (intuito) sobre praticamente qualquer aspecto das relações internacionais. Do ponto de vista de (C. Lamont 2015, 83), “*os pesquisadores conduzem entrevistas para obter dados factuais sobre um fenómeno, evento ou objeto particular, para obter as opiniões ou perspectivas de um participante da entrevista ou para perceber mais sobre seu comportamento.*”⁸

Por outro lado, segundo, os autores: “*Os métodos de entrevista distinguem-se pela aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana. Corretamente valorizados, estes processos permitem ao investigador retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Os métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto direto entre o investigador e os seus interlocutores e por uma fraca diretividade por parte daquele.*”⁹ Isto mostra-nos de que na entrevista são aplicados pelo entrevistador com o intuito de obter dados por via de conversas diretas com entrevistados. Assim, os entrevistados podem obter qualquer informação do inquirido, nomeadamente, factos, no entanto também opiniões, percepções e até sugestões.

Observação direta.

Ao abordar a técnica da observação direta, segundo o ponto de vista dos autores disseram: “*Proceder-se-á por observação direta quando a informação procurada estiver diretamente disponível. O guião de observação destina-se então ao próprio*

⁷ C. Lamont, Research Methods In international Relations, 2015, p. 92.

⁸ Ibidem, p. 83.

⁹ Quivy e campenhoudt, Manual de Investigação em Ciências Sociais, pp. 191-192.

observador, e não a um eventual entrevistado. Por conseguinte, a sua redação não está sujeita a restrições tão precisas como, por exemplo, as do questionário.”¹⁰

Assim sendo, iremos cruzar dados através da observação direta na área de pesquisa em relação aos problemas analisados. Neste foco, a observação direta continua centrada no tema que foi selecionado: O processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste sob a perspetiva analítica da difusão normativa.

Grupo de Discussão (FGD).

Grupos de discussão podem ser caracterizados como uma forma de entrevista em grupo.

*“Os grupos focais geralmente envolvem e reunir grupos de seis a dez participantes da pesquisa para discutir um tópico ou uma questão específica.”*¹¹ Os grupos focais sempre incluem mais do que apenas um grupo, pois o pesquisador pretende reunir informações sobre como as pessoas percebem certas informações no contexto da interação social. Do ponto de vista de C. Lamont analisa de que *“o número de grupos focais utilizados em estudos específicos variam de oito a cinquenta e dois, geralmente mais estudos que usam grupos de foco usam entre dez para os quizes grupos.”*¹²

Além disso, os grupos focais podem assumir muitas formas diferentes. Todos os grupos focais são liderados por um moderador, que tem uma lista de perguntas, para completar; no entanto, o moderador pode escolher ser mais intervencionista ou usar uma abordagem mais interpretativa. Ou dar mais oportunidade aos entrevistados para realçar as suas ideias de acordo com o tópico e *“o moderador pode tentar ser menos intervencionista e mais objetivo para a pesquisa que visa ser mais empirista.”*¹³

Na técnica de discussão de grupo ou Focus Group normalmente organizado em grupo para discutir as questões que tem preparado pelo pesquisador, no entanto *“os grupos focais são fundamentalmente entrevista em grupo, e o ponto fulcral está no grupo e não meramente intercâmbio de perguntas e respostas entre os entrevistados e pesquisador. O ponto central de interação ou discussão está basicamente no tema ou no tópico específicos que é trazido pelo investigador e que o seu papel como e moderador do grupo.”*¹⁴

¹⁰ Ibid, pp. 183-184.

¹¹ Bryman, 2008 apud C. Lamont, Research Methods in International Relations, 2015, p. 87.

¹² C. Lamont, Research Methods in International Relations, 2015, p. 87.

¹³ C. Lamont, Research Methods in International Relations, 2015, p. 87.

¹⁴ David L. Morgan, 1997, p. 2.

Esta técnica de Focus Group é como um processo de colheita de informações ou dados sobre o fenómeno ou evento por meio de uma discussão ou interação em conjunto. Ao formar ou reunir este grupo de interação ou discussão deve-se reunir aqueles que têm uma noção clara ou têm conhecimento e experiência a cerca do fenómeno, evento ou assunto a ser discutido ou as perguntas estudadas ou analisadas pelos Investigadores ou pesquisadores.

Capítulo I. ENQUADRAMENTO TEORÍCO-CONCEPTUAL.

Este capítulo analisa os contributos da perspetiva teórica da Difusão Normativa (para a compreensão do caso timorense) avançando algumas hipóteses e argumentos.

A emergência da norma tem um efeito desestabilizador para os líderes estatais. Profundamente preocupados com a sua imagem internacional como violadores de normas vistas como de carácter universal, ou consensual, aqueles que se vêem politicamente expostos acabam por encetar mudanças políticas significativas a fim de alterar essa imagem. As normas internacionais consubstanciam-se, assim, numa necessidade de legitimação internacional.

1.1. Perspetiva Construtivista versus Realismo.

A corrente realista, na teoria das Relações Internacionais, não se apresenta sem ambiguidades. Adriano Moreira dá-nos conta da adaptabilidade desse conceito de Realpolitik, que surgirá como um elemento permanente, ou um «*estado de natureza*»,¹⁵ na evolução mais ou menos idealista das relações entre os Estados. Perante as dificuldades conceptuais, o mesmo autor propõe uma síntese compreensiva segundo a qual a diferença entre idealistas e realistas, de forma geral, será a de que, enquanto os primeiros optarão por «*perder a República e salvar os princípios*», os segundos preferirão «*abandonar os princípios para salvar a República*»¹⁶.

O realismo valoriza a ideia de um interesse próprio que é, acima de tudo, o da defesa intransigente da soberania do Estado, ou seja, a autopreservação por todos e quaisquer meios, que podem tornar-se violentos e ostensivos, se necessário. Os seus vectores definidores são *poder* e *segurança*, e a premissa realista para a teoria das relações internacionais é de que, colocado perante questões de sobrevivência, os Estados se comportam de forma semelhante, independentemente do tipo de governo. No ponto de

¹⁵ A. Moreira, Teoria de relações Internacionais, 2016, p. 64.

¹⁶ Ibid, p. 61.

vista, do realismo «*é fortemente institucional, defende-o de forma definitiva, e suporta-se, em última instância, caso falhe a diplomacia estatal, no puro poder militar*¹⁷». Hans Morgenthau surge, provavelmente, «*como o principal teórico dessa Realpolitik internacional, adiantando conceitos como o de power politics, de permanente luta pelo poder, do interesse nacional objectivo ou do risco permanente de guerra*»¹⁸

É de uma perspetiva realista que se deve observar a posição da Indonésia em relação ao caso específico de Timor-Leste, em duas fases distintas:

- a primeira (entre a invasão de 1974 e meados da década de 80), em que a hipotética desanexação de Timor-Leste poderia funcionar contra o interesse nacional no sentido de representar um mau exemplo num Estado composto por cerca de trezentas etnias e 17 mil ilhas, 6 mil de entre elas habitadas, colocando o risco de um efeito-dominó e da desintegração territorial;

- a segunda em que, perante a evolução da conjuntura internacional – nomeadamente com o desenlace do caso sul-africano e com o triunfo dos direitos humanos e civis a ser tomado como bom exemplo a seguir – «*a Indonésia reconheceu que o mais favorável para esse interesse nacional seria o de assumir um papel de maior relevância internacional, como potência regional reconhecida, para o que a manutenção da situação de Timor-Leste seria altamente lesiva e desprestigiante*»¹⁹. Se, do ponto de vista indonésio, a independência de Timor-Leste obedeceu a uma perspetiva realista, a verdade é que ela se impôs a partir de fora – do exterior do statu quo, segundo o qual Timor era, pura e simplesmente, um caso interno e resolvido do Estado indonésio – e representa um triunfo do interesse dos princípios sobre o interesse da República, construído a partir de uma génese identitária, nacional e, podemos dizê-lo, pré-política.

Se o realismo parte do que está (o Estado constituído), como explicar dos autores que «*os estados, como principais atores nas relações internacionais, são guiados principalmente pela consideração do poder e do interesse nacional*»²⁰. Ao aprofundar esta corrente de que as relações internacionais são um jogo de soma zero em que os estados estão mais preocupados com seus ganhos relativos em vez de ganhos absolutos. Os realistas vêem o equilíbrio de poder como a força-chave que molda as relações internacionais da pós-guerra da Ásia, com «*os Estados Unidos como principal*

¹⁷ Jack Snyder, 2009.

¹⁸ A. Moreira, Teoria de relações Internacionais, 2016, p. 65.

¹⁹ Anja Jetschke apud Risse, Ropp and Kathryn Sikkink, The power Human rigghts, international Norms & Domestic Change, First ed. 1999 & seventh ed. 2007.

²⁰ Acharya Amitav 59-89 apud David Shambaugh e Michael Yahuda 2014:62.

equilibrador regional cujo objetivo de travar a expansão Chinesa e ao mesmo tempo assegurar o desenvolvimento económico da região»²¹. No ponto de vista de construtivista, as relações internacionais são moldadas não apenas pelas forças materiais como poder e riqueza, mas também por fatores subjetivos e inter-subjetivos, incluindo ideias, normas, história, cultura e identidade. O construtivismo leva «a uma abordagem sociológica, mais rica do que a interação estratégica, das relações internacionais. Os interesses e identidades dos estados não são pré-ordenados, nem um dado, mas emergem e mudam através de um processo de interações mútuas e socialização».²² O construtivismo parte do que nasce e cresce, e assenta num princípio voluntarista: assume à vontade consciente dos membros de construir uma determinada instituição como um argumento válido na teoria, por exemplo, do Estado.

Para Friedrich Hayek, que inicialmente propôs o conceito, e segundo Maltez, fala-se, num sentido amplo, em construtivismo, a partir da ideia «*de que, todo o conhecimento é criado, inventado e construído por um observador, usando recursos finitos. No que toca a modernidade, à ilusão de se considerarem as instituições sociais como o resultado intencional de planos humanos,*».²³ No caso de Timor-Leste, fala-se sobretudo de uma comunidade tradicional que pretende, intencionalmente, transformar as suas ideias e os seus valores para um formato de sociedade moderna, institucionalmente aceitável pelos seus membros. Será relevante, neste ponto, recordar a conhecida distinção formulada entre comunidade (*Gemeinschaft*) e sociedade (*Gesellschaft*), por Ferdinand Tönnies, em 1887, e segundo a qual, fundamentalmente, «*os laços comunitários são laços de cultura, enquanto os laços societários são laços de civilização,*».²⁴ Timor-Leste poderá ser considerado, nesta perspetiva, um processo em curso de construção de uma sociedade onde antes havia apenas comunidade.

Da mesma forma, é útil recorrer a Gustav Radbruch, que, já no século XX, aparece a definir comunidade «*como uma forma transpessoal das relações entre os homens, exprimindo uma figura especial cuja essência é constituída por uma relação entre os homens derivada da existência de uma obra comum que os prende entre si*».²⁵ A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste surge-nos, desta

²¹ D. Shambaugh e M. Yahuda 2014: 64.

²² Shambaugh and Michael Yahuda, 2014, p. 64.

²³ Hayek apud Maltez, *Abecedário De Teoria Política, Ideias e autores dos Séculos XIX e XX pela Santa Liberdade I*, 2014, p. 100.

²⁴ Tönnies, apud Maltez, *Abecedário De Teoria Política, Ideias e Autores dos Séculos XIX e XX pela Santa Liberdade I*, 2014, p. 91.

²⁵ Radbruch, Gustav apud Maltez, 2014, p. 91.

forma, «*como um caso paradigmático para a teoria construtivista, da qual o argumento principal é o de a política internacional ser moldada por ideias persuasivas, valores coletivos, cultura e identidades sociais*»²⁶. (Jack Snyder, 2009), os elementos-chave nas Relações Internacionais seriam, assim, «*os promotores de novos cenários, as redes de ativistas transnacionais e as organizações não-governamentais, atores construtivistas cujos instrumentos de excelência são os próprios valores humanos e as ideias.*»²⁷

Na teoria das relações internacionais «*o construtivismo parte de uma perspetiva segundo a qual a realidade internacional é socialmente construída pelas estruturas cognitivas que dão sentido ao mundo material*»²⁸. Na sua proposta, Alder sugere-nos uma comunidade, uma etnia, um povo que tenham a sua identidade própria, a sua cultura própria e língua própria, mas também um sentido de existência: o que querem, para onde vão, porquê, como, com que objetivo, de uma forma autónoma e não apenas por imposição coerciva, das forças físicas ou mesmo do terror. Esse agregado identitário avança rumo à autonomia não apenas graças à força do número ou da motivação, mas também por via do conhecimento e de grupos que lhe irão conferir a legalidade e a legitimidade das normas internacionais.

É neste ponto, em que os valores – neste caso os direitos humanos – são ou não defendidos dentro de uma sociedade política vinculada à comunidade internacional (e, como tal, necessariamente sob o domínio das normas internacionais) que chegamos ao cruzamento do reconhecimento da legitimidade interna com o reconhecimento externo da legitimidade da soberania e do poder político instituído por essa sociedade, e à obrigatoriedade das autoridades estatais respeitarem, ao mesmo tempo os valores tradicionais dos seus membros e os direitos humanos fundamentais. Podemos, então, enquadrar o caso de Timor-Leste, sem esforço, quer na corrente construtivista das RI quer adoptar o modelo proposto da Difusão Normativa.

1.2. A perspetiva da difusão normativa.

As normas internacionais são padrões que definem o comportamento esperado dos atores internacionais, incluindo dos Estados. Há pouco consenso sobre como essas normas são criadas. As análises construtivistas ressaltam a importância crítica de um

²⁶ C. Mendes, A multidimensionalidade da construção identitária em Timor-Leste, 2005, p. 65.

²⁷ Jack Snyder, 2009.

²⁸ E. Adler Seizing the Middle Ground: Constructivism”, in world politics. European Journal of International Relations 3, 1997, 319-363).

complexo processo de interações multilaterais no estabelecimento de normas que podem, em última instância, tornar-se constitutivas de atores internacionais.

Os autores concebem o ciclo de vida da norma em três fases:

a) *«A fase da norma emergente – Nesta fase, ativistas não-estatais e agentes normativos procuram convencer os Estados a adotar determinada norma.*

b) *A fase da cascata normativa – O ponto de inflexão a partir do qual o apoio de pelo menos um Estado foi alcançado e se desenvolvem pressões políticas internacionais sobre os Estados restantes.*

c) *A fase da internalização da norma – Uma instituição internacional garante ampla adesão à norma»²⁹.*

Nesta concepção, os agentes normativos não-estatais assumem grande importância. Falamos de indivíduos e grupos que, através da convivência e do intercâmbio de ideias e princípios, permitem a emergência e a imposição da norma. O construtivismo apresenta a tese de um mundo físico desenvolvendo-se através de seres humanos que interagem colectivamente, em forte dependência dos requisitos da dinamização da norma nos locais em que estão inseridos. Deste ponto de vista, as instituições internacionais serão fundadas para que a Humanidade compreenda, colectiva e institucionalmente, as ideias que constituem o fundo normativo, e para que as normas se socializem e fortifiquem.

A perspetiva teórica de Difusão Normativa desenvolve-se, inicialmente, em oposição ao realismo. Ao longo da evolução das RI, os realistas foram, durante muito tempo, dominantes nas correntes teóricas, rejeitando o idealismo e, com isto, as preocupações com as questões de legitimidade e com os processos identitários. Isso alterou-se, fundamentalmente, após o final da Guerra Fria. Na realidade, essa alteração começa ainda durante a Guerra Fria, sendo a corrente realista especialmente desafiada por processos como os da integração europeia e da descolonização. Neste último caso, os estudiosos reconhecem que a descolonização foi impulsionada por uma agenda profundamente normativa, reconstituindo as identidades dos novos Estados e dos seus antigos colonizadores, bem como as relações entre eles.

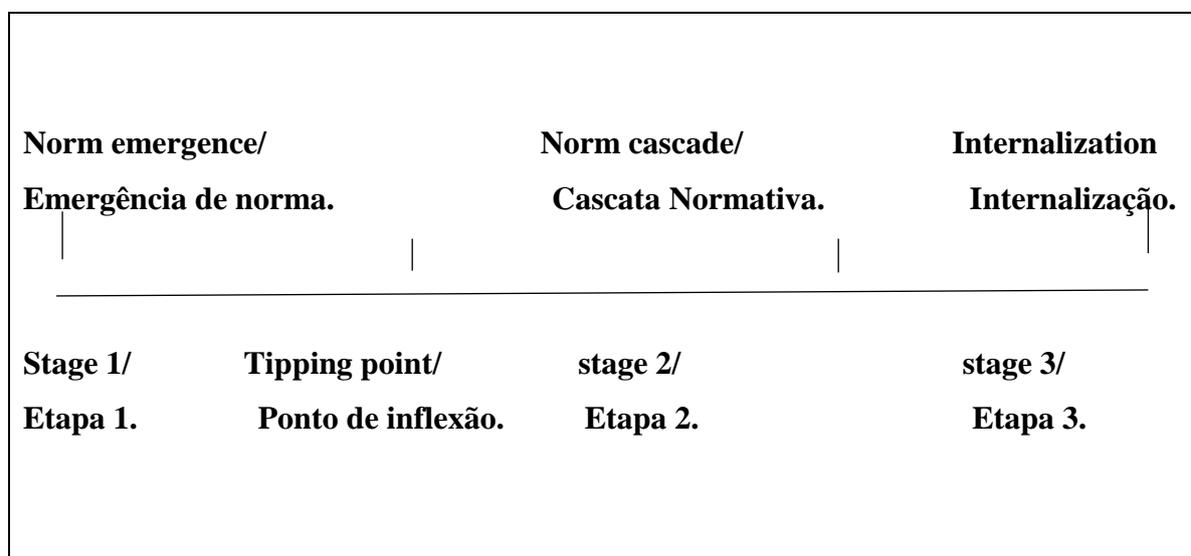
²⁹ Martha Finnemore, Kathryn Sikkink, *International Norm Dynamics and Political Change*, International Organization, Vol. 52, No.4, International Organization at Fifty: Exploration and Contestation in the study of World Politics. (Autumn, 1998), pp. 887-917.

Entretanto, só no final da década 1980 é que se começa a prestar mais atenção aos contributos que se dedicam às questões normativas. Assim, os fazem «*pesquisas empíricas sobre os processos de construção social e a influência das normas na política internacional*». ³⁰ Não se alcança, no entanto, uma suficiente teorização dos processos normativos.

Os contributos mais importantes na «*evolução da perspetiva teórica da Difusão Normativa surgem durante a década de 90 do século XX*». ³¹

Um dos conceitos importantes que os autores introduzem é o do já referido ciclo de vida das normas internacionais. De acordo com este, as normas internacionais implementam-se em três fases (vf. a Tabela 1, abaixo):

Figura 1. O Ciclo de Vida da Norma/Norm Cycle life. ³²



Fonte: Sikkink, Martha Finnemore. *International Norm Dynamics and Political Change* (1998): 887-917.

Nota: traduzido pelo próprio

As duas primeiras fases são divididas por um limiar, ou ponto crítico, em que uma massa crítica de atores estatais relevantes adota a norma.

³⁰ Ruggie, March e Olsen, na sua obra *The Institutional Dynamics of International Political Orders*, 1998, 951-952 vf. Dubar, 1998, p. 19.

³¹ Sikkink, *International Norm Dynamics and Political Change*, 1998; e de Risse, Ropp e Sikkink *The Power of Human Rights - International Norms and Domestic Change*, 1999.

³² Sikkink, Martha Finnemore. *International Norm Dynamics and Political Change* (1998): 887-917.

Na primeira fase, i.e., da emergência da norma, considera-se a persuasão através dos atos normativos, pelos quais um Estado tenta convencer uma massa crítica de Estados a aceitar a nova norma.

Na segunda fase ocorre a cascata normativa. Esta fase é caracterizada por mais ações; os promotores/líderes na difusão da norma tentam engajar outros Estados de forma a que se tornem precursores desta. A combinação da pressão normativa e do desejo dos líderes estatais de incrementar a sua legitimidade internacional e a sua imagem pública facilita o efeito de cascata normativa.

Finalmente, na terceira fase, a internalização da norma destaca-se pela adesão à norma, que adquire uma nova qualidade, *fixa*, i.e., permanente, sendo que esta já está tomada como garantida, sem ser uma questão de amplo debate público.

Na maioria dos casos, uma norma emergente, para chegar ao limite da aceitação, teria de passar para a segunda fase, devendo tornar-se institucionalizada em conjuntos de regras e organizações. As normas emergentes são cada vez mais focadas no Direito Internacional, nas regras das organizações multilaterais e nas políticas externas bilaterais.

Durante a segunda fase, a institucionalização contribui fortemente para a possibilidade da cascata normativa, e estabelece-se uma distinção entre o que a norma representa, i.e. o que esta é, e o que ela não é (i.e., onde ocorre violação da norma).

Na terceira fase, a da internalização, as normas adquirem uma qualidade dada como garantida, não sendo mais motivo de amplo debate público. Para chegar a esta fase, que se destaca pelo ponto de inflexão da norma, são necessárias grandes movimentações internas de apoio à mudança.

Em “*The Power of Human Rights*” Risse, Ropp e Sikkink..., os autores «*avançam na exploração conceptual do ciclo de vida das normas internacionais, aplicando o modelo especificamente aos casos de normas relacionadas com os direitos humanos e com a sua implantação em Estados e contextos problemáticos*»³³.

Assim, os autores começam por apontar a importância crucial das redes de atores domésticos e transnacionais na ligação com a opinião pública e os governos ocidentais «*surgindo estes como defensores ideológicos privilegiados no assunto dos direitos humanos,*³⁴» no desenvolvimento dos três estádios e, por fim, na socialização da norma

³³ Sikkink, Martha Finnemore. *International Norm Dynamics and Political Change* (1998): 887-917.

³⁴ Risse, Ropp e Sikkink *The Power of Human Rights - International Norms and Domestic Change*, 1999.

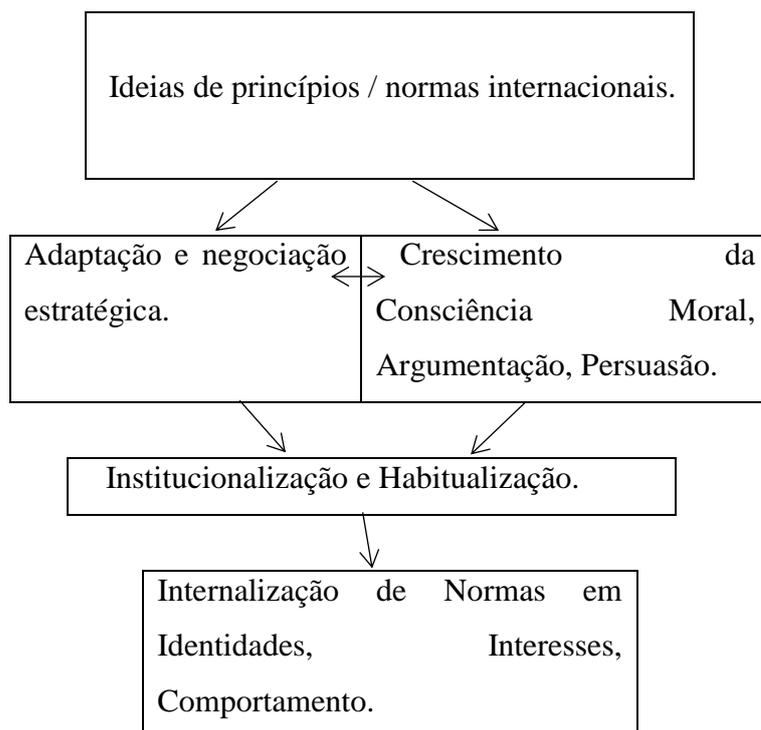
– na sua internalização e implementação duradoura a nível doméstico. Esses atores serão decisivos:

- Na consciencialização dos valores afectos aos direitos humanos através da colocação, na agenda internacional, dos Estados prevaricadores;
- No *empowerment*, na legitimação e na mobilização dos grupos domésticos, movimentos sociais e ONG's dedicados à socialização da norma;
- Na criação de estruturas de pressão, em *cerco*, sobre os regimes opressores.

Os autores identificam três processos concomitantes e distintos que são utilizados pelos atores normativos nas diferentes fases e que se desenrolam sob um efeito de espiral auto-alimentadora, em que quanto mais se fortalece a institucionalização da norma mais ela ganha legitimidade na sua origem *moral*:

- *Processos de adaptação instrumental e barganha estratégica;*
- *Processos de consciencialização moral, argumentação, diálogo e persuasão;*
- *Processos de institucionalização e habitualização.*³⁵

Figura 2 - Processo de Socialização Normativa



Fonte: (Risse, Ropp and Kathryn Sikkink, 1999: 12).

³⁵ Sikkink, *International Norm Dynamics and Political Change*, 1998; e de Risse, Ropp e Sikkink *The Power of Human Rights - International Norms and Domestic Change*, 1999.

Por *adaptação instrumental* entende-se a forma como os Governos prevaricadores tentam, através de atos táticos de aparente concordância com a norma, adaptar-se à pressão exterior. Podem apontar-se, aí, decisões como as de «*libertar prisioneiros políticos, assinar acordos internacionais ou iniciar conversações em fora internacionais*»³⁶.

Ao processo *comunicativo* da socialização da norma está ligada, «*de uma forma genérica, a aceitação, nos discursos, dos valores e termos subjacentes à norma, o que resulta numa espécie de validação implícita desses mesmos valores, ao estabelecer como válidos, na barganha, os valores implícitos apresentados pelos defensores da norma, os Governos estão, afinal, a aceitar a existência de um problema e de uma solução consensual e moralmente correcta para esse problema*».³⁷

A *institucionalização* da norma, finalmente, significa que o consenso relativamente a ela atingiu um ponto em que a sua implantação como «*boa prática não depende de opiniões, posições ou interesses pessoais ou pontuais, em que já não está dependente de uma determinada situação política, e em que, por outro lado, se encontra refletida no direito positivo – logo, universal,*».³⁸

Ao aprofundar o conceito teórico de processos de socialização de normas na figura 2 acima referida (Risse e Sikking), vai abordar detalhadamente de seguinte.

O processo pelo qual as ideias de princípios de indivíduos tornam-se «*normas no sentido de entendimentos coletivos sobre comportamentos apropriados que levam a mudanças nas identidades, interesses e comportamentos são conceitualizados como um processo de socialização,*».³⁹ A socialização pode ser definida como a «*indução de novo membro nas formas de comportamento que são preferenciais em uma sociedade*».⁴⁰ O que é crucial para esta definição é que a socialização pressupõe uma sociedade. A nível internacional, «*faz sentido apenas dentro dos limites de um sistema internacional definido como uma sociedade de estados*».⁴¹ Ao contrário de algumas concepções da sociedade internacional, no entanto, essa definição sugere que a sociedade internacional seja um grupo menor que o número total de estados no sistema

³⁶ Risse, Ropp e Sikking *The Power of Human Rights - International Norms and Domestic Change*, 1999, p.12.

³⁷ Ibid p. 12.

³⁸ Risse, Ropp e Sikking *The Power of Human Rights-international Norms and Domestic Change*, 1999, pp. 13-16.

³⁹ Ibid pp. 11-17.

⁴⁰ Barnes, James, Marshal Carter & Max Skidmore. *The world of Politics*, 1980; p.35.

⁴¹ Bull, Hedley. *The Anarchical Society. A study of order in World Politics*. 1977. New York: Columbia University Press.

internacional e que a socialização para as normas internacionais é o processo crucial através do qual um Estado se torna membro a sociedade internacional. O objetivo da socialização é que os atores internalizem as normas, de modo que a pressão externa não seja mais necessária para garantir a conformidade. A clássica literatura de ciências sociais em socialização reconheceu que muita socialização ocorre entre grupos de pares e grupos sociais. «A socialização política produz um eu político... é a socialização política que molda e molda a relação do cidadão com a comunidade política».⁴² Porque a identidade política de um Estado não é isolada, mas em relação e em interação com outros grupos de estados e atores internacionais não estatais, o conceito de socialização pode ser útil para entender como a sociedade internacional transmite normas para seus membros.

Distinguimos três tipos de processos de socialização que são necessários para mudanças duradouras na área de direitos humanos:

- 1) processos de adaptação e negociação estratégica;
- 2) processos de conscientização moral, vergonha, argumentação, diálogo e persuasão;
- 3) processos de institucionalização e habitualização.

Esses processos constituem tipos ideais que diferem de acordo com sua lógica subjacente ou modo de ação social e interação. Na realidade, esses processos geralmente ocorrem simultaneamente. Neste caso é identificar qual modo de interação domina em quais fases do processo de socialização. Sugerimos uma ordem aproximada, que é retratada na Figura 2.

O primeiro tipo de processo de socialização diz respeito à *adaptação instrumental às pressões* - tanto domésticas como internacionais. Os governos acusados de violar as normas de direitos humanos frequentemente se ajustam às pressões fazendo algumas concessões táticas. Eles podem libertar prisioneiros políticos ou assinar alguns acordos internacionais, por exemplo, para recuperar a ajuda externa, superar as sanções internacionais ou fortalecer sua regra em relação à oposição doméstica. Eles também podem se engajar em processos de barganha com a comunidade internacional e / ou a oposição doméstica. Eles podem até começar a conversar sobre os direitos humanos em fóruns internacionais, como a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas (ONU). Tais atividades são essencialmente compatíveis com argumentos de escolha racional sobre seres humanos como esperados maximizadores de utilidade. Atores-

⁴² Dawson, Richard E., and Kenneth Prewitt. *Political Socialization*; 1969. Boston : Little, Brown & Co.

normas - que violam os governos neste caso - perseguem interesses exogenamente definidos e principalmente fundamentais ou instrumentais e mudam seu comportamento para atingir seus objetivos. Ajustam seu comportamento ao discurso internacional dos direitos humanos sem necessariamente acreditar na validade das normas. Ao fundamentar este argumento de que, a adaptação instrumental às crescentes pressões internacionais e domésticas é uma reação típica dos governos que violam a norma em estágios iniciais do processo de socialização.

O segundo tipo de processo de socialização que investigamos no que diz respeito a «*discursos argumentativos no sentido habermasiano*». ⁴³. Enquanto a adaptação se refere a um ajuste instrumental às normas internacionais, independentemente das práticas discursivas, a socialização através do discurso moral enfatiza processos de comunicação, argumentação e persuasão. Os autores aceitam a validade e o significado das normas em suas práticas discursivas. A nação do discurso moral precisa ser estritamente distinta das práticas comunicativas diárias. Podemos diferenciar entre dois tipos ideais de comportamento comunicativo: o primeiro centra-se na troca de informações através de enunciados verbais. Nestes casos, os falantes sabem o que querem e como vêm a situação em que atuam e comunicam isso aos outros. «*As trocas de informações através do comportamento comunicativo podem ser incorporadas em modelos de escolha racional, isto não é o que temos em mente.*». ⁴⁴

O outro tipo de comportamento «*comunicativo que identificamos com a noção de discurso, desafia as reivindicações de validade inerentes a essas informações*» ⁴⁵. No nível mais básico, os atores podem tentar esclarecer se eles entenderam corretamente as informações enviadas. Percebemos de que os atores entendem corretamente que aceitam a validade das normas internacionais de direitos humanos, mas afirmam que as alegadas violações não foram aceitas? Mais significativos são discursos argumentando se as situações estão definidas corretamente. Você afirma que essas ações fazem parte de uma luta contra o terrorismo, mas pensamos que constituem violações dos direitos humanos. De que eles são uma instância? Nesse caso, os atores podem realmente concordar com a validade moral da norma, mas discordam se determinado comportamento é coberto por ela.

⁴³ Habermas 1981, 1992, 1995b, para aplicações nas relações internacionais, Muller 1994; Prittwitz 1996; Risse, 1997 apud Risse, Ropp e Sikkink, 1999: 13.

⁴⁴ Morrow 1994; Schneider, 1994 apud Risse e Sikkink, 1999:13.

⁴⁵ Prittwitz, Volker von. Ed.1996. *Verhandeln und Argumentieren. Dialog, Interessen und Macht in der Umweltpolitik*. Opladen. Westdeutscher Verlag.

Finalmente, há discursos morais que desafiam as reivindicações de validade da própria norma. Você argumenta que os direitos humanos são universais, mas pensamos que nossa cultura e nosso modo de vida são estranhos a essas normas individualistas. Argumentamos neste caso que tais discursos, reivindicações de validade desafiadoras inerentes às definições da situação, bem como nas crenças e normas de princípios, são omnipresentes na área dos direitos humanos e precisam ser analisados para explicar os processos de socialização que conduzem a mudanças domésticas sustentáveis. Os discursos morais, em particular, não só desafiam e buscam justificativas de normas, como também envolvem argumentos relacionados à identidade. O que entendemos moralmente apropriado depende de algum grau sobre quem eu sou e como me vejo. Como argumentamos acima, por exemplo, os direitos humanos definem uma determinada categoria de estados e, portanto, se relacionam com identidades coletivas. A lógica do comportamento discursivo e dos processos de argumentação e persuasão, em vez de negociação instrumental, e o intercâmbio de interesses fixos prevalece quando os atores desenvolvem entendimentos coletivos que fazem parte de suas identidades e levam-nas a determinar seus interesses. Essas crenças de princípios carregam o dia em que persuadem atores em coalizões potencialmente vencedoras para interpretar seus interesses e preferências materiais e políticas à luz da ideia e aceitar suas obrigações sociais conforme apropriado. As coalizões são formadas não apenas através da convergência dos interesses dos atores pré-existentes, mas também através do consenso argumentativo. As pessoas se tornam convencidas e persuadidas a mudar seus interesses instrumentais, ou a ver seus interesses de maneiras novas, seguindo as ideias de princípios.

Não é para argumentar que os discursos morais e as práticas discursivas, em geral, se assemelham a uma situação de discurso ideal no sentido Habermasiano, onde o poder e as hierarquias estão ausentes e nada além da melhor contagem de argumentos. Em situações da vida real, a relação de poder e os argumentos baseados em interesses raramente estão completamente fora da imagem. Nem os processos comunicativos sempre envolvem a troca de argumentos lógicos. Os atores confiam em uma variedade de técnicas para persuadir, incluindo apelos à emoção, evocação de símbolos, bem como o uso e extensão de argumentos lógicos. Embora alguns autores privilegiem «o papel da lógica na extensão das normas»⁴⁶, a pesquisa psicológica sugere que «tanto a

⁴⁶ Crawford, Neta C. 1993. Decolonization as an international Norm: The evolution of Practices, Arguments, and Beliefs. In *Emerging Norms of justified Intervention*, Aup Risse, Roop & Sikkink 1999.

*emoção como a cognição operam sinergicamente para produzir e mudar as atitudes».*⁴⁷

Na área dos direitos humanos, a persuasão e a socialização muitas vezes envolvem processos como a vergonha e a denúncia, não visando a produção de mentes em mudança com a lógica, mas em mudar as mentes isolando ou embaraçando o alvo. A persuasão também não está desprovida de conflito. Muitas vezes, não envolve apenas raciocínio com adversários, mas também pressões, violações e sanções. Por exemplo, o trabalho de Audie Klotz sobre *«normas e apartheid discute efeitos de coerção, incentivo e legitimação que muitas vezes fazem parte de um processo de socialização».*⁴⁸

No entanto, afirmamos que a lógica da persuasão e do discurso é conceitualmente diferente de uma lógica de troca de informações baseada em preferências fixas, definições das situações e identidades coletivas. Os processos discursivos são precisamente os tipos de interação humana em que pelo menos uma dessas propriedades dos atores está sendo desafiada.

Nós desejamos encontrar uma mistura de racionalidades instrumentais e argumentativas que regem o processo pelo qual os atores, estados e instituições internacionais e nacionais, transnacionais influenciam a performance dos direitos humanos em determinados regimes. Estamos particularmente interessados em investigar os padrões característicos na mistura do instrumental e o comunicativo e as condições em que os atores mudam de um modo de ação para o outro.

«Aqui estão alguns exemplos retirados da área dos direitos humanos de como a racionalidade argumentativa e a deliberação política, por um lado, e a adaptação instrumental, por outro, podem relacionar-se entre si:

1. *“Os governos repressivos geralmente se adaptam às pressões normativas por razões puramente instrumentais. Quando a pressão diminui, eles retornam à repressão, como foi o caso no Quênia no início da década de 1990. Às vezes, no entanto, eles começam a institucionalizar as normas de direitos humanos no direito interno e a mudar suas práticas discursivas. Isso, por sua vez, abre espaço para a oposição doméstica para pegar o governo em sua própria retórica. Neste ponto, a racionalidade instrumental e comunicativa se entrelaça. Torna-se muito difícil para o governo negar a validade das normas de direitos humanos. A psicologia política fala sobre "auto-persuasão" neste contexto. Ao*

⁴⁷ Eagly, Alice and Shelly chaiken. 1993. The Psychology of attitudes. Fort Worth, TX.: Harcourt Brace Jovanovich Apud Risse e Sikkink, 1999, p. 14.

⁴⁸ Klotz, Audie. 1995; Norms in international Relations. The Straggle against Apartheid apud Risse e Sikkink, 1999; p. 14.

longo do tempo, as pessoas chegam a acreditar no que dizem, especialmente se disserem publicamente.

2. A conscientização moral da comunidade internacional de direitos humanos envolve frequentemente um processo de "vergonha". Os estados que violam a norma são denunciados como estados paria que não pertencem à comunidade de nações civilizadas, como foi o caso da África do Sul. Na África do Sul, então, constrói categorias de "nós" e "eles", isto é, em grupos e fora dos grupos, reafirmando assim identidades de estados particulares. Alguns governos repressivos podem não se importar. Outros, no entanto, se sentem profundamente ofendidos, porque querem pertencer à "comunidade civilizada" dos estados. Em outras palavras, a vergonha, então, implica um processo de persuasão, pois convence os líderes de que seu comportamento é inconsistente com uma identidade a que eles aspiram. Este foi o caso do rei marroquino.

3. Os grupos de oposição domésticos podem se reunir em torno de questões de direitos humanos por razões puramente instrumentais, em primeiro lugar, por exemplo, para poder se comunicar e se conectar com redes internacionais e transnacionais ou para ampliar a base da oposição doméstica, trazendo grupos ideologicamente diversos. Se eles conseguem derrubar o regime opressivo, no entanto, há menos necessidade instrumental de agir sobre sua retórica de oposição e implementar as normas de direitos humanos. É, portanto, digno de nota que, em todos os casos de mudanças bem-sucedidas nos direitos humanos documentadas neste livro, os novos regimes combinaram suas palavras de oposição com ações, embora o ajuste fosse geralmente menos do que perfeito. Isso sugere um processo comunicativo de mudança de identidade que leva os atores a comportar-se de maneiras consistentes com sua identidade quando adquirem os meios para fazê-lo.»⁴⁹

Os três exemplos sugerem que os processos de socialização começam quando os atores adaptam seu comportamento de acordo com a norma por razões inicialmente instrumentais. Os governos querem permanecer no poder, enquanto as ONGs nacionais procuram os meios mais eficazes para reunir a oposição. «Quanto mais conversam com a conversa, no entanto, quanto mais eles se enredam em um discurso moral que não

⁴⁹ Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999:15-16.

*podem escapar a longo prazo. No início, eles podem usar argumentos para promover seus interesses instrumentalmente definidos, ou seja, eles se envolvem na retórica».*⁵⁰

Quanto mais eles justificam seus interesses, no entanto, quanto mais outros começarão a desafiar seus argumentos e as reivindicações de validade inerentes a eles. Neste ponto, os governos precisam responder fornecendo argumentos adicionais. Eles ficam enredados em argumentos e a lógica da racionalidade argumentativa lentamente, mas certamente assume. Segue-se que esperamos racionalidade argumentativa, diálogo e processos de persuasão para prevalecer em fases posteriores do processo de socialização.

Mas os processos argumentativos ainda não são suficientes para socializar estados em práticas que respeitam as normas. As normas de direitos humanos só podem ser consideradas internacionalizadas nas práticas domésticas, quando os atores as respeitam independentemente das crenças individuais sobre sua validade. No caso do Uganda, por exemplo, *«o líder nacional Yoweri Museveni provavelmente pode ser considerado um verdadeiro crente nas condições de direitos humanos sobreviverá à sua presidência»*⁵¹. Isso aponta para um tipo final *«de processo de socialização enfatizando a gradual institucionalização das normas como teorizado pelo institucionalismo sociológico e histórico.»*⁵² Os atores se adaptam gradualmente às normas em resposta a pressões externas, inicialmente por razões puramente instrumentais. Os governos nacionais podem então mudar sua retórica, aceitar gradualmente a validade das normas internacionais de direitos humanos e começar a se engajar em um processo argumentativo com seus oponentes, tanto no país como no exterior. Quanto mais aceitam a validade das normas e quanto mais envolvem um diálogo sobre a implementação das normas, mais provável ao institucionalizar os direitos humanos nas práticas domésticas. As normas de direitos humanos são então incorporadas nos procedimentos operacionais padrão das instituições domésticas. Esse tipo de processo de internalização pode ser conceituado como independente de mudanças em sistemas de crenças individuais. Os atores seguem a norma, porque é a coisa normal a fazer. Se eles estão convencidos de sua validade moral e adequação ou não é em grande parte irrelevante para os processos de habitualização. Quando paramos em um semáforo vermelho, geralmente não questionamos as implicações normativas da regra que

⁵⁰ Schimmelfenning 1995, 1997 apud Risse e Sikkink, 1999:16).

⁵¹ Risse, Roop e Sikkink, 1999, p. 39.

⁵² PA Hall e Taylor 1996; Jepperson 1991; March e Olsen 1989; Powel e DiMaggio 1991; Steinmo, Thelen e Longstreth, 1992 apud Risse e Sikkink, 1999; pp. 16-17.

estamos seguindo. Uma vez que as normas de direitos humanos são institucionalizadas nesse sentido, mudanças no governo e em líderes individuais são cada vez menos importantes. As normas são implementadas independentemente da consciência moral dos atores. Eles são simplesmente «*considerados como garantidos, que marca o estágio final de uma socialização e processo*».⁵³ A institucionalização e a habitualização são necessárias para despersonalizar a conformidade das normas e assegurar a sua implementação independentemente das crenças individuais.

Em relação à denominada espiral da socialização da norma, e considerando quer os atores predominantes na transposição entre fases e os modos predominantes de interação, os autores, em resumo, identificam as fases da seguinte forma:

Table 1. O modelo em espiral, os atores dominantes e os modos de interação dominante.

Fase	1^a. Repressão.	2^a. Negação.	3^a. Concessões táticas.	4^a. Status prescritivo.	5^a. Comportamento consistente com regras.
Processo de mudança dos atores dominantes para as próximas fases.	Redes transnacionais de direitos humanos.	Redes transnacionais de direitos humanos.	Redes transnacionais e oposição doméstica.	Governo nacional e sociedade doméstica.	Governos nacionais e sociedade doméstica.
Modo dominante	Racionalidade instrumental.	Racionalidade instrumental.	Racionalidade instrumental, Ação retórica e Racionalidade argumentativa.	Racionalidade argumentativa e institucionalização.	Institucionalização e habitualização.

⁵³ Finnemore e Sikkink, 1998.

de interação.					
---------------	--	--	--	--	--

Fonte: (Risse, Roop and Kathryn Sikkink, 1999: 32).

Nota: traduzido pelo próprio

Baseando na figura 2, no que se segue, desenvolvemos um modelo espiral de cinco fases de mudança de direitos humanos que incorpora atividades simultâneas em quatro níveis em uma única estrutura de seguintes argumentações:

“- As interações internacionais entre as organizações internacionais não governamentais (ONGs) que atuam transnacionalmente, os regimes e organizações internacionais de direitos humanos e estados ocidentais;

- A sociedade doméstica no estado normativo;

- As ligações entre a oposição social e as redes transnacionais;

- O governo nacional do estado que viola a norma. O modelo em espiral baseia-se em investigação científico sobre questões de princípios ou redes de defesa transnacional na área de direitos humanos. Uma rede de advocacia transnacional inclui *“os atores relevantes que trabalham internacionalmente em um assunto, que estão unidos por valores compartilhados, um discurso comum e trocas densas de informações e serviços. Seguimos vários estudos sobre o impacto das normas de direitos humanos na América Latina enfatizando como os movimentos e redes sociais nacionais e transnacionais se uniram para pressionar "de cima" para realizar a mudança de direitos humanos.*

Um padrão de influência "boomerang" existe quando os grupos domésticos em um estado repressivo ignoram seu estado e buscam diretamente aliados internacionais para tentar pressionar seus estados de fora.»⁵⁴

Grupos de oposição nacionais, ONGs e movimentos sociais se conectam a redes transnacionais e ONGs que então convence organizações internacionais de direitos humanos, instituições doadoras e / ou grande poder para pressionar estados que violam a norma. As redes fornecem acesso, alavancagem e informações (e muitas vezes dinheiro) a grupos domésticos em dificuldades. Os contatos internacionais podem amplificar as demandas dos grupos domésticos, premiar o espaço aberto para novas questões.

⁵⁴ Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, pp. 17-38.

Baseia-se na existência prévia de instituições internacionais que regulam as normas de direitos humanos (uma estrutura social) e de redes de advocacia transnacionais, constituídas por ONGI e fundações estritamente ligadas a funcionários que trabalham para IOs de direitos humanos e governos nacionais (os agentes promotores da norma). As instituições internacionais são principalmente os órgãos de direitos humanos das Nações Unidas e os vários tratados de direitos humanos que foram redigidos e ratificados sob os auspícios da ONU, mas também incluem algumas instituições regionais, como a Comissão Interamericana e o Tribunal de Direitos Humanos. As redes de direitos humanos incluem ONGs internacionais e domésticas, fundações e alguns funcionários governamentais e inoperantes que compartilham entendimentos coletivos e uma identificação coletiva em relação às normas de direitos humanos. Assim sendo, «*outros autores descreveram e explicaram as origens e o crescimento dessas instituições e redes*»⁵⁵. A existência e a força das instituições, normas e redes de direitos humanos, no entanto, aumentaram significativamente ao longo do tempo e, portanto, os casos ocorrem em momentos diferentes do tempo mundial. Antes de 1973, os tratados internacionais de direitos humanos ainda não entraram em vigor e a força dos direitos e das instituições internacionais de direitos humanos era muito mais fraca. Nenhum país ainda adotou uma política bilateral explícita de direitos humanos e existiam menos ONGs de direitos humanos.

Entre 1973 e 1985, as ONG transnacionais de direitos humanos e as redes de advocacia expandiram-se e os Estados e as redes construíram a estrutura social internacional das normas e instituições de direitos humanos. Em 1976, entraram em vigor os convênios internacionais em matéria de direitos humanos e surgiram novas instituições, como o Comitê de Direitos Humanos das Nações Unidas. Entre 1973 e 1990, a maioria dos países ocidentais desenvolveu alguma forma de políticas bilaterais e multilaterais explícitas de direitos humanos. Depois de 1985, «*podemos dizer que o mundo começou um processo de uma verdadeira "cascata internacional de normas", à medida que a influência das normas internacionais de direitos humanos se espalhou rapidamente*».⁵⁶ Os casos de país que começam antes das normas em cascata levarão mais tempo para se deslocar pelas fases, como a questão de Timor-Leste que durou 24 anos de luta, do que os casos de repressão que começam após as normas em cascata terem ocorrido. Uma cascata completa de normas leva a um ponto em que as normas são internalizadas e

⁵⁵ Donnelly 1991; Forsythe 1991 apud Risse e Sikkink, 1999; p. 21.

⁵⁶ Sunstein, 1997 apud Risse e Sikkink, 1999 p. 21.

ganham uma «*qualidade adquirida de qualidade*».⁵⁷ Se a cascata das normas internacionais de direitos humanos for sustentada, os estados tendem a se envolver em um longo período de negação, uma vez que as normas de direitos humanos se tornam cada vez mais aceitas.

Fases e atores predominantes da socialização da norma, baseando na tabela 2 a cima referida são os seguintes:

Fase 1: repressão e ativação da rede.

O ponto de partida da investigação é uma situação repressiva no estado sob investigação, o alvo, onde a oposição social doméstica é muito fraca e / ou oprimida demais para apresentar um desafio significativo ao governo. Os níveis de repressão variam muito entre os países no volume, desde a repressão extrema que faz fronteira com o genocídio (como no caso da Guatemala) até níveis muito mais baixos de repressão, como no caso da Tunísia.

Esta fase de repressão pode durar muito tempo, já que muitos estados opressivos nunca chegam à agenda da rede transnacional de advocacia. Além disso, o grau de repressão desafortunadamente determina até certo ponto se as redes transnacionais podem até adquirir informações sobre condições de direitos humanos no país. O governo muito opressivo às vezes não se torna objeto de campanhas internacionais pelas redes de advocacia, porque a coleta de informações exige, pelo menos, algumas ligações mínimas entre a oposição doméstica e as redes transnacionais, se essa última tiver acesso ao estado que viola a norma. Somente se e quando a rede de advocacia transnacional conseguir reunir informações suficientes sobre a repressão no "estado-alvo", pode colocar o estado que viola a norma na agenda internacional movendo a situação para a fase 2 (hipótese 1).

Fase 2: negação.

Esta fase do "*modelo em espiral*" colocou o estado de violação de nomes na agenda internacional da rede de direitos humanos e servidores para elevar o nível de atenção pública internacional para o "estado-alvo"⁵⁸. A ativação inicial da rede transnacional resulta frequentemente de uma violação impressionante dos direitos humanos, como um massacre e leva à mobilização da comunidade internacional de direitos humanos. Este estágio é caracterizado primeiro pela produção e divulgação de informações sobre práticas de direitos humanos no estado alvo. Essa informação é, muitas vezes,

⁵⁷ Finnemore e Sikkink 1998, apud Risse e Sikkink, 1999, p. 22.

⁵⁸ Finnemore e Sikkink 1998, apud Risse e Sikkink 1999, p. 22.

compilada com a cooperação de organizações de direitos humanos no estado-alvo. A rede transnacional, em seguida, atormenta as organizações internacionais de direitos humanos, bem como os estados ocidentais - da opinião pública aos decisores políticos e aos governos nacionais. Este "lobbying" geralmente envolve algumas atividades discursivas em termos de persuasão moral. Os governos e os públicos ocidentais, por exemplo, são lembrados de sua própria identidade como promotores de direitos humanos. As organizações de direitos humanos muitas vezes relembram os estados ocidentais de seus próprios padrões nesta área e exigem que eles dependam deles. Os ativistas da rede muitas vezes apontam para inconsistências no comportamento dos estados ocidentais, enfatizando que eles condenaram as violações dos direitos humanos em um estado, mas não outro, onde as violações são tão flagrantes. Isso também geralmente envolve algum "desconforto". Portanto, a persuasão moral ocorre durante a primeira fase, mas envolve redes que persuadem os estados ocidentais para se juntarem às tentativas da rede para mudar as práticas de direitos humanos em estados alvo. Essas atividades de lobby podem levar a uma pressão inicial sobre o estado alvo para melhorar suas condições de direitos humanos.

A reação inicial do estado que viola a norma nos casos considerados aqui é quase sempre uma de negação. *«Negação" significa que o governo que viola a norma se recusa a aceitar a validade das próprias normas internacionais de direitos humanos e que se opõe à sugestão de que suas práticas nacionais nesta área estão sujeitas à jurisdição internacional. Assim, a negação vai além de simplesmente se opor a acusações particulares. O governo que viola a norma afirma que a crítica constitui uma intervenção ilegítima nos assuntos internos do país. O governo pode mesmo conseguir mobilizar algum sentimento nacionalista contra a intervenção e o criticismo estrangeiros. Assim, o "lance de boomerang" inicial parece ser contraproducente porque permite ao estado solidificar o suporte interno⁵⁹»*. A presença de um movimento insurgente armado significativo no país-alvo pode prolongar dramaticamente esse estágio, aumentando as percepções domésticas de ameaça e medo. Qualquer sucesso do movimento insurgente parece validar a afirmação do governo de que a ordem ou a própria integridade da nação está em jogo e, portanto, isola a organização doméstica de direitos humanos e as pressões internacionais, identificando esses grupos como cúmplices conscientes ou inconscientes do terrorismo.

⁵⁹ Keck, Margret, and Kathryn Sikkink. 1998 *Activists Beyond Borders*. Transnational Advocacy networks in International Politics Apud Risse, Roop & Sikkink, 1999.

Contamos o estágio de negação como parte do processo de socialização porque o fato de que o Estado se sente obrigado a negar acusações demonstra que já está em curso um processo de socialização internacional. Se a socialização ainda não estivesse em andamento, o Estado não sentiria necessidade de negar a acusação feita. Os governos que negam publicamente a validade das normas internacionais de direitos humanos como interferência nos assuntos internos são, pelo menos, conscientes de que enfrentam um problema em termos de reputação internacional. É interessante notar, neste contexto, que a negação da norma quase nunca assume a forma de rejeição aberta dos direitos humanos, mas é principalmente expressada em termos de referência a uma norma internacional supostamente mais válida, neste caso, a soberania nacional. No entanto, o estágio de negação também pode durar muito tempo. Alguns governos repressivos cuidam pouco das pressões internacionais. Além disso, eles podem matar ou comprar a oposição doméstica.

Por causa da mudança no "tempo mundial", é possível que a negação e a reação seja uma fase normativa específica para um período em que surgiram novos nomes internacionais, mas, quando ainda são fortemente contestados internacionalmente. Os governos, por meio de sua negação, envolvem essa contestação. Se for esse o caso, esperamos que a fase de negação desapareça nos casos de normas mais totalmente institucionalizadas. O tempo de desaparecimento da fase de negação pode ser diferente de uma região para outra. Por exemplo, nenhum estado na Europa Ocidental negou o status prescritivo das normas de direitos humanos desde a junta militar na Grécia no final dos anos 1969. Na América Latina, é possível que os limites históricos da fase de negação sejam alcançados em meados da década de 1990, mas esperamos que essa contestação continue muito mais na Ásia e na África.

Em suma, no entanto, os governos que violam a norma ainda têm muitas estratégias à disposição para combater a pressão internacional e transnacional. A oposição doméstica ainda é fraca demais para poder fazer um grande desafio ao regime. Portanto, «*a transição para a terceira fase constitui o maior desafio para a rede transnacional de direitos humanos. Esta transição depende principalmente da força e mobilização da rede transnacional em conjunto com a vulnerabilidade do governo que viola a norma às pressões internacionais, hipótese 2*». ⁶⁰

⁶⁰ Keck e Sikkink 1998; Klotz 1995; Sikkink 1993 apud Risse, Roop e Sikkink 1999.

PASE 3: Concessões táticas.

Quase todas as campanhas de direitos humanos envolvem tipos particulares de pressões materiais, por exemplo, quando a ajuda se condiciona ao desempenho dos direitos humanos, e essas pressões são indiscutivelmente importantes para a compreensão das primeiras etapas de influência. Mas a vulnerabilidade do alvo também pode vir de compromissos normativos anteriores. “A vulnerabilidade pode simplesmente representar o desejo de manter uma boa reputação em grupos internacionais valorizados”.⁶¹ Na medida em que uma nação valoriza sua participação em uma comunidade emergente de estados liberais, será mais vulnerável a pressão do que um estado que não valoriza essa associação. Esperamos que os países que recebem grandes fluxos de ajuda militar e econômica sejam mais vulneráveis às pressões dos direitos humanos do que aqueles que não recebem esses fluxos. Se as pressões internacionais continuam e escalando, o estado que viola a norma busca mudanças estéticas para pacificar a crítica internacional. Embora o governo que viola a norma não possa melhorar temporariamente a situação - por exemplo, ao liberar prisioneiros - não esperamos uma melhoria estável das condições dos direitos humanos. Este período mais prolongado de preocupação internacional, no entanto, pode permitir que o efeito inicial "rally em torno da bandeira" da fase 2 seja desgastado. As mudanças cosméticas menores, como a libertação de prisioneiros, ou maior permissividade sobre atividades domésticas de protesto, podem permitir que a oposição doméstica reprimida ganhe coragem e espaço para montar sua própria campanha de críticas contra o governo. Neste ponto, o governo repressivo geralmente atua quase exclusivamente de uma posição instrumental ou estratégica, tentando usar concessões para recuperar assistência militar ou econômica, ou para diminuir o isolamento internacional.

O efeito mais importante desta segunda fase da mobilização transnacional é, portanto, não tanto mudar o comportamento do governo quanto facilitar a mobilização social no país alvo. Em outras palavras, se a rede transnacional conseguir forçar o Estado que viola a norma a fazer concessões táticas, o foco das atividades provavelmente mudará do nível transnacional para o doméstico. O aumento da atenção internacional serve para criar e / ou fortalecer redes locais de ativas de direitos humanos cujas demandas são habilitadas e legitimadas pela rede transnacional / internacional e cuja integridade física

⁶¹ Klotz, 1995 apud Risse e Sikkink, 1999, p.25.

pode ser protegida por vínculos e atenção internacionais. Nesse sentido, a rede transnacional serve para ajudar a criar espaço para os grupos domésticos e a ampliar suas demandas na arena internacional.

Este é o mais precário do «*modelo em espiral, uma vez que pode levar o processo para uma mudança duradoura nas condições de direitos humanos, mas também pode resultar em uma contração*»⁶². Se um governo responde com uma implacável repressão de ativistas, ele pode interromper temporariamente o processo espiral ascendente. No início da fase 3, o movimento doméstico dos direitos humanos é frequentemente relativamente pequeno e depende de um punhado de líderes-chave. Arrestar ou matar esses líderes decapita o movimento e o medo resultante o paralisa. Isso, por exemplo, é o que aconteceu no «*caso da repressão da manifestação na Praça Tiananmen na China e a resposta inicial das pressões guatemaltecas sobre os direitos humanos no final da década de 1970*».⁶³ Embora tais ações possam temporariamente pisar uma incipiente oposição doméstica no momento, isso raramente suspende a espiral indefinidamente, mas a maioria atrasa. A repressão adicional é dispendiosa para o governo em termos de sua legitimidade doméstica e pode validar a crítica internacional revelando mais claramente o poder coercivo do Estado.

Se o ciclo não for atrasado, a oposição doméstica provavelmente ganhará força. As redes nacionais de ONGs totalmente mobilizadas ligadas à política global de direitos humanos podem então ser ativadas a qualquer momento. No final da fase de concessão tática, os governos que violam a norma não estão mais no controle da situação doméstica. Sempre que cometem grave violação dos direitos humanos, a rede doméstico-transnacional é ativada e agora pressiona o governo «*de cima" e "de baixo"*, argumentam de que “*De cima," os países doadores agora são susceptíveis de coordenar a ajuda externa, tornando-a dependente de melhorias nos direitos humanos. "A partir de baixo", a repressão gradualmente deixa de servir o propósito de suprimir a oposição. As pessoas começam a perder seus medos.*»⁶⁴

Nesta fase do processo de socialização, esperamos que os dois tipos ideais de racionalidade instrumental e argumentativa sejam importantes, com o último em importância. Primeiro, no nível da sociedade doméstica, «*as reivindicações de direitos humanos provavelmente servirão como a principal ideia de princípio em torno da qual*

⁶² Risse e Sikkink, 1999, p. 109.

⁶³ Risse, Roop e Sikkink, 1999, p. 172.

⁶⁴ Brysk, 1993 apud Risse, Roop e Sikkink, 1999, p. 26.

*uma coalizão da oposição pode ser formada»*⁶⁵. Esperamos que a argumentação e a deliberação se tornem importantes nos processos de construção da coalizão da oposição doméstica. Alguns grupos domésticos, no entanto, reconhecendo que as reivindicações dos direitos humanos têm mais apoio e legitimidade internacionais, podem assumir a bandeira de direitos humanos porque é uma maneira mais fácil de criticar o governo e não porque eles acreditam profundamente nos princípios dos direitos humanos. Assim, assumimos uma mistura de racionalidade instrumental e argumentativa nesta fase crucial da formação da rede doméstica.

Segundo e igualmente importante, o governo que viola a norma já não nega a validade das normas internacionais de direitos humanos quando começam a fazer concessões táticas. No início, essas concessões podem ser explicadas principalmente com base em interesses instrumentais. Nesta fase do processo, "envergonhar" os governos que violam a norma torna-se uma ferramenta comunicativa particularmente efetiva da rede de advocacia transnacional. Como argumentamos acima, a "persuasão" dos direitos humanos cria ingrupos e outgroups (defensores das normas de direitos humanos, ou estados democráticos liberais versus violadores da norma de direitos humanos). Os estados estão *«sujeitos a um processo normativo de vergonha e rebaixamento a um outgroups, que muitas vezes se ressentem e às vezes sente-se sufocantemente perturbador por sua imagem internacional ou pela legitimidade doméstica que eles estão dispostos a fazer concessões de direitos humanos»*⁶⁶. Essa vergonha geralmente é reforçada por remédios materiais de algum tipo de estranhos a mudança para fazer pequenas mudanças.

Quando eles fazem essas concessões menores e afirmam subestimar quase uniformemente o impacto dessas mudanças e superestimar seu próprio apoio entre sua população. Eles acham que as mudanças são menos dispendiosas do que elas, e preveem que tenham maior controle sobre os processos internacionais e domésticos. Líderes de estados autoritários (como muitos cientistas políticos) tendem a acreditar que "falar é barato" e não entendem o grau em que podem se tornar "aprisionados" em sua própria retórica. Como resultado, os estados são muitas vezes surpreendidos pelo impacto que suas mudanças iniciais criam - tanto em termos de processos internacionais como de mobilização doméstica. No momento em que percebem seus erros, eles já

⁶⁵ Risse, Roop e Sikkink, 1999, pp. 39-134.

⁶⁶ Risse, Roop e Sikkink 1999, 109.

desencadearam forças de oposição além das expectativas do regime, e a situação muitas vezes está fora de seu controle.

No mundial global pode fornecer parte da explicação para esse aprisionamento. Uma vez que as redes e as políticas de direitos humanos estavam crescendo e mudando rapidamente no momento em que muitos governos entraram na fase de concessões táticas, não se pode esperar que eles conheçam a extensão das pressões e políticas que enfrentarão. Os governos que raciocinaram do passado (quando os regimes de direitos humanos e as redes eram relativamente fracos) subestimariam, de forma compreensível, o impacto das mudanças táticas em um novo contexto mundial.

Um processo semelhante provavelmente ocorrerá no nível da retórica e da ação comunicativa. Os governos já não negam a validade da norma e começam a «*falar a conversa sobre os direitos humanos*». *Inicialmente, eles geralmente rejeitam quaisquer alegações concretas de violações e denunciam seus críticos como "agentes estrangeiros" ou simplesmente como ignorantes. Ao fazê-lo, eles, no entanto, começam a se engajar em uma controvérsia pública com seus críticos que geralmente respondem justificando suas acusações. Este processo de discussão sobre as violações dos direitos humanos ocorre tanto em organizações públicas como internacionais, como a Comissão de Direitos Humanos da ONU»⁶⁷. No início de tal processo, os argumentos de ambos os lados se assemelham à lógica da ação retórica (Schimmelfenning 1995, 1997), pelo qual as justificativas são usadas para estimular os interesses de alguém sem estar preparada para realmente desafiar as reivindicações de validade inerentes a esses interesses. Lentamente, mas certamente, os governos ficam presos em sua própria retórica e a lógica de argumentar assume o controlo. Os governos mais violadores de norma argumentam com seus críticos, mais provável são fazer concessões argumentativas e especificar suas justificativas e menos probabilidades de abandonarem o modo de discussão denunciando abertamente seus críticos. Nesta fase, as preocupações de reputação mantêm os governos em um modo dialógico de argumentar. Razões instrumentais e racionalidade argumentativa reforçam-se mutuamente. Ao mesmo tempo, as críticas de violações dos direitos humanos, como as ONGI, levam mais a sério as justificações dos governos para o seu comportamento e começam a dialogar com eles sobre como melhorar a situação dos direitos humanos. Por outras palavras, um processo que começou por razões instrumentais, com argumentos que se*

⁶⁷ Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, pp.39-172.

utilizam meramente retoricamente, torna-se cada vez mais um verdadeiro diálogo sobre alegações específicas de direitos humanos no estado-alvo. Esperamos que este seja cada vez mais o caso nos estágios posteriores da fase de "concessões táticas".

Esse processo no comportamento argumentativo também implica que os governos que violam a norma tomam as redes de advocacia transnacional e a oposição doméstica mais a sério e começam a tratá-los como interlocutores válidos, o que, por sua vez, serve apenas para fortalecê-los e fortalecê-los. Tentou-se com uma oposição doméstica totalmente mobilizada ligada a redes de transformar para as quais os direitos humanos alcançaram um status consenso, os governos que violam a norma não têm mais muitas opções. Alguns governantes iniciam um processo de «*liberalização controlada*»,⁶⁸ sobre África do Sul. Resultando de uma mudança de regime ou de uma liberalização controlada, esta etapa no processo de socialização marca a transição para o estado prescritivo (hipótese 3).

Fase 4: "estado prescritivo".

O estatuto prescritivo/avaliativo significa que «*os atores envolvidos se referem regularmente à norma de direitos humanos para descrever e comentar seu próprio comportamento e o de outros*»⁶⁹ as reivindicações de validade da norma não são mais controversas, mesmo que o comportamento atual continue a violar as regras. Nós argumentamos que o processo pelo qual as ideias de princípios ganham "status prescritivo" deve ser decisivo para o seu impacto sustentado na mudança política e social. Nesta fase do processo, o comportamento argumentativo é o mais importante. Mas, como podemos diferenciar entre o status prescritivo obtido através de processos discursivos de argumentação e persuasão, por um lado, e suporte puramente instrumental ou retórico para uma ideia de princípio, por outro. Os governos nacionais podem, por exemplo, referir-se instrumentalmente às normas de direitos humanos quando se lida com a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a fim de obter benefícios de boa vontade ou econômicos ocidentais. Em última análise, é impossível, é claro, estabelecer sem dúvida que os atores acreditam no que dizem. Nós não estamos interessados nas verdadeiras crenças dos atores, desde que sejam consistentes em suas declarações verbais e suas palavras e ações finalmente combinam. Neste caso, usamos os seguintes indicadores para estatuto prescritivo; os governos são considerados como aceitando a validade das normas de direitos humanos se e quando:

⁶⁸ O'Donnell e Schmitter 1986; Przeworski 1986; Wurfel 1990; apud Risse, Roop e Sikkink 1999, p. 78.

⁶⁹ Rittberger 1993: 10-11 apud Risse, Roop e Sikkink, 1999, p. 29.

1. Eles ratificam as respectivas convenções internacionais de direitos humanos, incluindo os protocolos opcionais;
2. As normas são institucionalizadas na constituição e / ou no direito interno;
3. Existe algum mecanismo institucionalizado para que os cidadãos se queixem de violações dos direitos humanos;
4. As práticas discursivas do governo reconhecem a validade das normas de direitos humanos independentemente do auxílio (doméstico ou internacional), já não denunciam críticas como "interferência em assuntos internos" e dialogam com seus críticos.

Quanto a essas práticas discursivas, adotamos os seguintes critérios:

1- O status prescritivo no sentido de reconhecer as reivindicações de validade de uma ideia normativa implica consistência argumentativa, independente do público. Os atores que mudam seus argumentos em relação à ideia dependendo de quem eles estão lidando, se tornam suspeitos.

2- O status prescritivo pode ser particularmente bem investigado nas circunstâncias em que os interesses relacionados ao material e ao poder devem mudar, mas os atores, no entanto, continuam aderindo à validade da norma. «*Os governos que se envolveram em liberalização controlada, seguem suas palavras, mesmo que as pressões domésticas e transnacionais para mudanças tenham diminuído como o caso de Maroco*⁷⁰».

3- O status prescritivo de uma norma também pode ser bem examinado em uma situação em que o comportamento atual ainda é parcialmente inconsistente com ele. Como os governos nacionais tratam as acusações pelas redes transnacionais e outros de violações continuadas dos direitos humanos? Se eles se engajarem em um diálogo com seus críticos, tentem legitimar seu comportamento ao se referirem à norma, pedir desculpas ou prometer e entregar compensações, pode-se inferir a validade normativa da ideia.

4- Por último, mas não menos importante, é claro, as palavras precisam ser atendidas por necessidades. O status prescritivo das normas internacionais de direitos humanos implica que os governos fazem um esforço sustentado para melhorar as condições dos direitos humanos. Em outras palavras, esperamos que a fase do «*estado prescritivo*» seja seguida ao longo do tempo pela fase final do nosso modelo de socialização, «*comportamento consistente em regras*»⁷¹

⁷⁰ Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, p. 109.

⁷¹ Ibid, 1999, p. 172.

Qual modo de ação social e interação dominam a fase do status prescritivo? Conforme discutido acima, esperamos que o comportamento comunicativo entre os governos nacionais e os críticos nacionais e internacionais reúne as noções de diálogo, argumentação e justificação. Ao mesmo tempo, a institucionalização das normas para o direito interno e as práticas domésticas que se seguem começa nesta fase do processo. Novas instituições para proteger os direitos humanos são criadas, os funcionários públicos, incluindo as forças policiais, são treinados e os procedimentos para reclamações individuais são instituídos.

Operacionalizamos o status prescritivo como uma variável de nível de país. Se o estado prescritivo fosse o resultado de fatores primordialmente domésticos, esperamos que as normas de direitos humanos alcancem o status prescritivo em diferentes países em momentos muito diferentes. No entanto, na maioria dos países investigados neste volume, as normas de direitos humanos receberam status prescritivo em torno do mesmo período - na década de 1985 a 1995. Nossos países de casos são tão diferentes quanto a todos os outros aspetos das estruturas domésticas que a convergência ao redor o namoro do estado prescritivo é intrigante, a menos que haja um processo internacional de socialização em andamento. No entanto, por que a aprendizagem de normas internacionais aparece no período de 1985 a 1995? Não existe uma razão óbvia para isso - as normas básicas na UDHR e a principal instituição internacional, a Comissão de Direitos Humanos da ONU, existem desde 1948; os principais tratados estão em vigor desde 1976. Uma possível explicação é que a socialização norma exige tempo; é, na sua maioria, um processo comunicativo, e leva tempo para se envolver no tipo de diálogo e contestação inerente à comunicação. Outra é que a socialização de norma exigiu que todos os pedaços da estrutura social relevante estejam em vigor para que o processo seja efetivo. As estruturas sociais relevantes incluem não apenas as normas, mas também uma série de instituições internacionais para supervisionar a conformidade e a quebra de normas. Não até meados da década de 1980, todas as partes desta estrutura eram totalmente formadas e densas - com o crescente número de tratados de direitos humanos, instituições, ONGs, aumento do financiamento de fundamentos para o trabalho em direitos humanos - e os direitos humanos se tornaram parte da política externa de países-chave.

Fase 5: comportamento consistente com regras.

O "*estatuto prescritivo*⁷²" é um passo necessário para, mas não idêntico, um comportamento consistente em regras. O governo pode aceitar a validade das normas de direitos humanos, mas continua a torturar prisioneiros ou a deter pessoas sem julgamento e assim por diante. Às vezes, os governos nacionais não controlam totalmente suas forças policiais e militares, que cometem violações dos direitos humanos. De qualquer forma, é crucial para esta fase do modelo espiral que as redes domésticas transnacionais-internacionais mantenham a pressão para conseguir melhorias sustentáveis das condições dos direitos humanos. A dificuldade específica nesta fase é que as violações graves dos direitos humanos fundamentais podem realmente diminuir no estado-alvo e que, portanto, a atenção internacional também pode diminuir. Embora muitas ONGs tenham reconhecido o problema enquanto isso, as instituições internacionais e os estados ocidentais às vezes são satisfeitos quando os governantes começam a aceitar a validade das reivindicações de direitos humanos no sentido do status prescritivo. Isso é particularmente problemático quando houve uma mudança de regime que levaria a coalizão oposta ao poder, incluindo ativistas de direitos humanos. No entanto, *«argumentamos que a mudança sustentável nas condições dos direitos humanos só será alcançada nesta fase do processo, quando os governos nacionais continuarem a ser empenhados em cumprir suas reivindicações e quando a pressão "de baixo" e "de cima" continua*⁷³,» (hipótese 4). Só então pode ser alcançada a fase final do processo de socialização, em que as normas internacionais de direitos humanos estão totalmente institucionalizadas no país e o cumprimento das normas torna-se uma prática habitual de atores e é cumprido pelo estado de direito. Neste ponto, podemos assumir com segurança que as normas de direitos humanos são internalizadas.

Durante esta fase do processo, podemos ver uma evolução do "jogo de dois níveis" evoluir, em que os líderes domésticos que acreditam nas normas de direitos humanos assumem o poder, mas podem não ter força em relação aos seus oponentes domésticos (especialmente em o militar) para implementar essas normas. Esses líderes podem então usar as pressões internacionais de direitos humanos para ganhar influência contra seus adversários domésticos. Como Putnam sugeriu, *«as pressões internacionais dos direitos humanos podem permitir que os líderes estrangeiros mudem o equilíbrio de poder em*

⁷² Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, p.31.

⁷³ Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, p. 33.

*seu jogo doméstico em favor de uma política que preferiram por razões exógenas».*⁷⁴

Isso parece ser uma dinâmica «*no caso do governo Aquino nas Filipinas e, no caso da administração de Leon Carpio na Guatemala no período de 1993 a 1996*»⁷⁵. Esta é uma breve descrição do "modelo em espiral" de mudança de direitos humanos que estabelece os mecanismos causais e o processo pelo qual as normas estabelecidas internacionalmente afetam a mudança estrutural doméstica através das atividades de redes de questões de princípios que ligam ONGs nacionais, ONG internacionais que operam transnacionalmente, instituições internacionais, e governos nacionais. A Tabela 2, resume o modelo em espiral em relação a (a) os atores domésticos cujos esforços são cruciais para mover o processo de socialização de uma fase próxima, e (b) o modo dominante de interação social em vários níveis.

Posicionamos, em primeiro lugar, que as redes transnacionais de direitos humanos - em conjunto com regimes e organizações internacionais, bem como potências ocidentais - são cruciais nas fases iniciais em termos de:

- Colocar os regimes repressivos na agenda internacional;
- Iniciar um processo de vergonha e conscientização moral;
- Fortalecendo e fortalecendo a oposição doméstica inicialmente fraca.

Durante as etapas posteriores do modelo, as atividades das redes internas e da oposição doméstica tornam-se cada vez mais significativas, a transição crucial que ocorreu durante a fase de concessões táticas. Somente se e quando a oposição doméstica mobilizar e suplementar a pressão de cima pela pressão de baixo, a transição para o status prescritivo e a melhoria sustentada das condições dos direitos humanos pode ser alcançada.

Em segundo lugar, afirmam que os modos dominantes de interação social também mudam durante diferentes fases do modelo. Nas fases iniciais, a maioria das ações pode ser facilmente explicada por razões instrumentais. Os governos que violam a norma, por exemplo, querem permanecer no poder, obter ajuda externa etc. e, portanto, negar a validade das normas e / ou fazer concessões táticas. Para as etapas posteriores do processo de socialização, a racionalidade argumentativa assume cada vez mais o controle. «*Os governos sob a pressão transnacional e doméstica para a mudança são cada vez mais forçados a argumentar com a oposição e a entrar em um verdadeiro*

⁷⁴ Evanss, Jacobson e Putnam, 1993, Putnam, 1988 apud Risse e Sikink, 1999, p. 33.

⁷⁵ Risse, Roop e Sikink, 1999, pp. 134-172.

diálogo».⁷⁶ Uma vez que as normas de direitos humanos ganharam status prescritivo no "estado-alvo", os processos de institucionalização e habitualização se tornam o modo dominante de ação social.

Em conclusão, precisamos abordar mais um ponto: o nosso modelo em espiral não assume o progresso evolutivo em direção à implementação da norma, mas alega explicar a variação e a falta de progresso. Quais são as condições em que o modelo em espiral pode ser interrompido, resultando em uma estabilização do status quo da violação da norma? Primeiro, como discutido acima, os regimes podem retornar à opressão após algumas concessões táticas na fase 3 quando as pressões internacionais diminuíram. Além disso, os governantes do estado alvo podem não se preocupar com a oposição transnacional e internacional ao seu comportamento e simplesmente aumentar a repressão para efetivamente impedir o surgimento de redes locais de ONGs. Os governos nacionais menos dependentes estão no mundo exterior - em termos de recursos materiais e ideais - menos eles devem estar preocupados. Em outras palavras, os governantes opressores têm alguma margem de manobra durante os estágios iniciais do modelo espiral quando tanto a oposição doméstica como as ligações domésticas-transnacionais são bastante fracas. Uma vez que as concessões táticas levaram a uma oposição doméstica totalmente mobilizada com transnacionais, no entanto, não há muito o que os governantes opressivos podem fazer para combater a pressão e continuar a violação dos direitos humanos. O segundo momento crítico vem na fase 4 quando os direitos humanos ganham status prescritivo no nível nacional, mas o comportamento atual ainda está atrasado. Neste caso, o fortalecimento da oposição doméstica e da rede local de ONGs não é mais um problema primário, mas a dificuldade de manter a pressão internacional. Isto é especialmente agudo quando um país evita violações dos direitos humanos dos líderes de oposição de alto perfil, mas continua abusos endêmicos e de baixo nível dos direitos humanos, como o uso rotineiro da tortura para criminosos comuns. A coexistência de níveis relativamente altos de participação política e competição com abusos de direitos humanos pode prejudicar a atenção internacional. Casos como o México, o Brasil e a Turquia vêm à mente.

Os teóricos da Difusão Normativa argumentam, por exemplo, que apesar da norma emergente incomodar alguns líderes estatais, estes preocupam-se profundamente com a sua imagem internacional como *violadores das normas* e acabam por fazer mudanças

⁷⁶ Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink.; The power of Humans Rights , International Norms and Domestic Change; 1999, p. 78.

políticas significativas a fim de alterar essa imagem. As normas internacionais consubstanciam-se assim numa necessidade de legitimação internacional.

É importante referir que existe uma distinção entre «*o uso do conceito de legitimidade da corrente da Difusão Normativa e da função, critérios e conteúdo do conceito do reconhecimento da legitimidade internacional dos Estados,*⁷⁷». Um grupo normalmente emite uma declaração de independência reivindicando o estatuto de um Estado invocando, para isso, critérios tradicionais para a legalidade de reconhecimento, alterando assim as suas relações jurídicas com as outras entidades, formalizados na convenção de Montevideo, designadamente são: «*(a) uma população permanente; (b) um território definido; (c) um governo funcional capaz de controlar o território em questão; (d) a capacidade de encetar relações com outros Estados por sua própria conta e não apenas como agente de outro Estado.*

Ou seja, há uma dupla direcção da legitimidade na institucionalização da norma: por um lado, de dentro para o centro, ou seja, de uma comunidade pré-existente com características identitárias própria, que posteriormente serão socialmente plasmadas; por outro, de fora para o centro, ou seja, da comunidade internacional que reconhece o novo poder político soberano instituído»⁷⁸.

No caso de Timor-Leste, a questão da emergência normativa, de carácter construtivista, tem de ser entendida como reflexo de uma comunidade que tem a sua identidade, tradição, cultura, história e líderes tradicionais próprios – como apontou »Frédéric Durand, uma hierarquia com estrutura própria, nomeadamente, um líder máximo (o rei), os notáveis (detentores da riqueza), os homens livres (povo) e os escravos (os que não têm direitos), enquadrados em assembleias aristocráticas e representativas do poder político tradicional»⁷⁹.

1.3. O ciclo de vida das normas.

A aplicação da perspetiva teórica da difusão normativa ao caso do processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste, por via do conceito do ciclo de vida das normas, e tal como será apresentada no capítulo três desta dissertação, pode estabelecer-se da seguinte forma:

1.3.1. Na fase da Norma Emergente

⁷⁷ Buchanan, 2005. Apud Risse, Roop & Sikkink. Risse, Roop e Sikkink,; *The power of Human Rights , International Norms and Domestic Change*; 1999.

⁷⁸ Convenção Montevideo, 1933.

⁷⁹ Durand, *Historia de Timor-Leste da Pré-História à Actualidade*, 2009, p. 43.

Nesta primeira fase, daremos maior atenção à luta de vários atores pela independência de Timor-Leste, com especial atenção sobre o CNRT, nomeadamente na sua contestação à legalidade da presença dos militares indonésios. Esta plataforma teve um efeito positivo e essencial na posterior multiplicação dos processos de socialização e interiorização da norma jurídica por parte de todos os povos e divulgando-a para todos os países no mundo.

1.3.2. Na fase da Cascata Normativa

Nesta segunda fase, dar-se-á maior atenção aos mecanismos de ativação da cascata normativa, e de como os atores ou líderes timorenses tiveram que se integrar na plataforma jurídica à qual pertenciam os Estados aliados, como, por exemplo, a CPLP, as várias Organizações Internacionais, a Liga dos Direitos Humanos e os órgãos de comunicação social internacionais.

Os acontecimentos importantes desta fase são «o massacre de St^a Cruz, a visita do Papa João Paulo II (Prémio Nobel da Paz) e os assaltos às embaixadas dos EUA. Estes eventos contribuíram para a conquista de apoio e suporte à questão de Timor-Leste a nível regional e internacional (Marques, 1992). Também é relevante a *Missão Paz em Timor*, levada a cabo no navio *Lusitânia Expresso*, que visava depor uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz, em memória dos aís massacrados, mas cujo objetivo principal era, obviamente, denunciar ao mundo a violência que estava a ser cometida pela Indonésia em Timor-Leste. A bordo, para além dos estudantes, viajaram jornalistas, políticos e outras figuras públicas, entre as quais o ex-Presidente da República portuguesa, General Ramalho Eanes. As bandeiras de muitos países e da ONU, içadas no navio, ilustravam o espírito internacional desta missão de paz»⁸⁰.

1.3.3. Na fase da Internalização da Norma

A ONU, «através da Resolução 384/75, de 22 de Dezembro de 1975, condenou a anexação ilegal de Timor-Leste pela Indonésia. A missão Guicciardi (instituída com a Resolução 389/76, de 22 de abril, Art. 27, n. 3), conhecida pelo apelido do seu chefe, Vittorio Guicciardi, visitou a Indonésia, Timor-Leste e Austrália, de 15 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1976, após a resolução 389/76, de 22 de Abril. Art. 27, n.º.3.»⁸¹

Em 1997, o então Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, optou por uma abordagem mais ativa, com o objetivo de finalizar o processo tripartido para Timor-Leste, que envolvia o Secretariado da ONU, a Indonésia e Portugal. Em Fevereiro desse ano

⁸⁰ R. Marques, *Timor-Leste: O agendamento mediático*, 2005, pp. 107-115.

nomeou o Embaixador Jamsheed Marker, do Paquistão, um diplomata com uma longa e prestigiada carreira, como Representante para Timor-Leste. Em finais de 1999, Francesc Vendrell, de Espanha, foi nomeado representante pessoal adjunto para Timor-Leste. Como diretor da divisão Ásia-Pacífico do Departamento de Assuntos Políticos do Secretariado da ONU, Vendrell desempenhara, durante muitos anos, um papel de bastidores nas negociações tripartidas sobre Timor-Leste.

Nesta fase, prestaremos atenção ao processo da realização do referendo e a uma posterior decisão sobre o envio de uma missão especial da ONU (United Nations Mission in East Timor - UNAMET), liderada por Ian Martin, constituída ao abrigo da Resolução do Conselho de Segurança da ONU n.º 1246 (1999) com o propósito de organizar e supervisionar a consulta popular»⁸².

Neste ponto, que se enquadra melhor como uma fase intermédia entre a segunda e a terceira fases, analisa-se como foi conseguida, e em que medida, uma convergência de ações entre vários atores no sentido de reforçar a solidariedade internacional. Aqui, vai-se prestar atenção à concertação de ações diplomáticas entre os principais atores, e ao alcance de cada um. Por exemplo, a de Portugal, na tentativa de pressionar a União Europeia e as Nações Unidas para que se pudesse resolver o problema de forma eficaz e duradoura, ou a da Igreja junto da ONU. Figuras diplomáticas importantes aqui são Xanana Kay-Rala Gusmão, Ramos Horta e D. Ximenes Belo. No fundo, procura-se compreender como os atores importantes ajudaram a mobilizar a CPLP, a própria União Europeia e as Nações Unidas, em prol da causa de Timor-Leste.

Sumariamente, esta onda de solidariedade não surgiu de um momento para o outro no coração de todos estes agentes. A onda foi-se alastrando através da adesão de diferentes Estados (como Portugal) e agentes não-nacionais (as organizações da juventude e de estudantes, como a OJETIL e a RENETIL, a FRETILIN, CRRN, CNRM, CNRT e a própria Igreja de Timor-Leste). O esforço de todos estes atores orientou-se para o objetivo de persuadir novos agentes normativos e para a captação de novos Estados e novas forças não-estatais que se foram solidarizando com a causa de Timor-Leste, formando um movimento de apoio internacional.

No fim desta fase, a norma já não se deve discutir ou debater: esta já deve ser legítima e estar cumprida a nível internacional e nacional. Um fator adicional a ser analisado na proposta é a crise financeira na Indonésia em 1998, que, de acordo com a análise da

⁸² M. Ferro. Construção de estados Administrações Internacionais das Nações Unidas. 2005, p. 171.

ONU, contribuiu para a derrota do regime de Hadji Mohamed Suharto (que se demitiu do seu cargo).

CAPÍTULO II

A LUTA PELA INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE: OS PRINCIPAIS PONTOS DE VIRAGEM.

O objetivo deste capítulo é analisar todos os acontecimentos relevantes como pontos de viragem no processo da independência de Timor-Leste desde 1975, por um lado; as atrocidades cometidas pelos militares indonésios contra os timorenses, por outro; e, finalmente, identificar os atores que divulgaram estas agressões cometidas pelos militares indonésios.

2.1. A visita do Papa João Paulo II em 1989

Antes da visita do Papa João Paulo II, em fevereiro de 1989, uns meses antes já tinha anunciado pelo bispo D. Ximenes Belo como foi uma surpresa geral, «*escreveu uma carta ao secretário-geral da Organizações das Nações Unidas (ONU) pedindo que em Timor se procedesse a um referendo para que o povo pudesse manifestar livremente a sua vontade acerca da independência ou integração*». ⁸³ Do mesmo modo que, os sacerdotes timorenses consideraram a invasão ilegal como uma causa em suspenso, e que só devia ser resolvido a partir do princípio da autodeterminação.

No entanto, o governo de Suharto queria, pelo contrário, separar a questão política a parte da visita do Papa João Paulo II, dando a entender que a visita do papa vinha punir um problema que já tinha resolvido. Indonésia queria mostrar ao mundo que a Igreja Católica aceitava a sua tolerância pela minoria religiosa da Indonésia, assim sendo, Indonésia tido como um país tolerante de convivência pacífica entre duas grandes comunidades religiosas «*exemplo hipócrita, é claro, porque a minoria católica não abalava em nada a maioria muçulmana*». ⁸⁴

O Vaticano olhava a este cenário com muito entusiasmado. No entanto, o papa não tinha percebido que os católicos em Timor tinham pressionados e cada vez mais dominados pelos muçulmanos intolerantes, desde um general católico Beny Moerdany foi demitido no governo de Soeharto em 1988, e que anteriormente foi um dos elementos confiantes do Presidente Soeharto. O cardeal Casaroli optou por dar mais atenção à boa vontade

⁸³ Mattoso, a dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense, 2005, p. 143.

⁸⁴ Ibid, 2005, p. 144.

aparente do presidente da Indonésia *«do que às mensagens de mais de cem bispos católicos de todo o mundo que manifestaram o seu apoio ao pedido de referendo de D. Ximenes Belo. Deu ordem expressa para serem retidas em Roma, e nunca foram entregues na ONU.»*⁸⁵ Aos timorenses partidários da independência, o interesse político da Indonésia na visita papal parecia um aproveitamento escandaloso. Esperavam, pelo contrário, que o Papa lhes trouxesse alguma palavra de encorajamento e de condenação das atrocidades a que estavam sujeitos.

Ximenes Belo, porém, sabia que a Santa Sé não iria tomar partido na questão da independência ou integração. Procurou acalmar os ânimos por meio de uma (carta pastoral datada de 15 de Abril de 1989), na qual lembrava um princípio fundamental: *«O papa não vem fazer política. O papa não vem defender a integração nem vem defender a independência [...]. Isto da política é com as Nações Unidas, é com os leigos.»*⁸⁶ Seja assim, a maior preocupação do administrador apostólico não era essa, A carta pastoral começa por uma referência dramática aos sofrimentos do povo timorense: *«O papa sabe [...] que em Timor se sofre, se morre, que há abusos de direitos humanos. E sabe também que, apesar de todas as dificuldades, o Povo de Timor tem sabido manter-se firme na sua fé católica [...]. Ele sabe que o seu gesto é suscetível de interpretações políticas, mas está decidido a correr o risco de ser mal interpretado, e virá visitar o Povo de Timor Oriental.»*⁸⁷

O Bispo Dom Ximenes Belo dizia que, a intenção de João Paulo II não deixaria de sancionar os abusos cometidos pelo militar e pela polícia do governo indonésios, no entanto, *«iria manifestar, pelo menos implicitamente, a necessidade de se respeitar a identidade cultural timorense.»*⁸⁸

A política do vaticano foi diferente em relação da questão de Timor-Leste. O núncio apostólico em Jacarta, *«monsenhor Canalini, não aprecie a carta de Ximenes Belo ao Secretário-Geral da ONU, e ele quis que rever esta carta e até avisou ao Ximenes Belo se não tivesse retirado e ele quis cancelar a visita do Papa a Dili-Timor-Leste.»*⁸⁹ Os agentes secretos indonésios multiplicaram a vigilância os movimentos de bispo e provocaram um clima de medo, provocando repetidas ameaças de morte. *«Houve*

⁸⁵ Magalhães, 1999, pp. 107-119.

⁸⁶ Mattoso, a dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense, 2005, p. 144.

⁸⁷ Ibid, 2005, p. 144.

⁸⁸ DRT 5002.062; A. Kohen, 1999, 162-163 apud Mattoso, 2005, p. 144.

⁸⁹ A. Kohen, 1999, 161-162.

mesmo uma primeira tentativa de assassinato em Junho de 1989.»⁹⁰ Com a coragem e firmeza que D. Ximenes tinha, porém, «não se deixou atemorizar, e reiterou a sua posição em declarações à Associated Press, em Agosto de mesmo ano, quando o programa da visita papal já era conhecido.⁹¹»

A entrada do Papa João Paulo II, em Timor-Leste no dia 12 de Outubro de 1989, foi um ponto decisivo no plano global da Resistência timorense, «*assente sobretudo na rede clandestina que operava nas cidades.*⁹²» Nessa altura, em curto tempo após a abertura do território a estrangeiros, foi um sinal especial para as autoridades indonésias, que desejavam mostrar ao mundo que uma visita com perfil elevado e a decorrer sem incidentes sugeria um claro progresso a caminho da integração. A presença de convidados estrangeiros e dos *media* internacionais contribuiriam igualmente para elevar o significado dessa visita. Depois de catorze anos de isolamento total, o exército indonésio pretendia ter a situação «*normalizada.*⁹³»

Assim, a diplomacia vaticana, mais receada de incidentes diplomáticos do que de censuras evangélicas, não viu inconveniente nenhum em que, acima da multidão que assistiu às cerimónias litúrgicas, estivessem «*colocadas, lado a lado, duas enormes fotografias de Soeharto e de João Paulo II, como se fossem os melhores amigos.*⁹⁴» A Secretaria de Estado do Vaticano não ficou impressionada com a recepção do belo texto de Xanana Gusmão, «*Algemas de Lágrimas*», escrito a 5 de Outubro, uma semana antes da visita papal, para enunciar, com todo o cuidado e respeito, o que o povo de Timor esperava da Igreja:

«O povo Maubere, porque os desconhece, não invoca nem os princípios universais nem o direito internacional; todavia, invoca a sua própria consciência patriótica que não admite a usurpação do que ele sabe ser seu direito de viver em sua própria terra [...]. Sente na sua alma Timor que não é legítimo invadirem e ocuparem a sua Pátria, reprimirem-no e massacrarem-no em sua própria casa.»⁹⁵

A comunidade católica de Timor já tinha reconhecido isto mesmo pelas vozes de D. Martinho Lopes e de D. Ximenes Belo. Era a única esperança e o único apoio do povo injustiçado e humilhado.

⁹⁰ F. Durand, 2004, 199.

⁹¹ A. Kohen, 1999, 163.

⁹² Feijó, 2016, 402.

⁹³ Durand, 2009, 138.

⁹⁴ Mattoso, Mattoso, a dignidade Konis Santana e a Resistência Timorense, 2005, p. 147.

⁹⁵ Gusmão, 1994, p. 60.

A Resistência de Timor, designadamente a luta armada, a rede clandestina e a Igreja apenas queriam a paz, e para tal estavam dispostas ao diálogo. Para comprovar disso, «*a mensagem de Xanana reproduzia, em anexo, o Plano de Paz do CNRM, traçado como linha orientadora desde o fim do ano de 1988.*⁹⁶» O Vaticano achava que a sua visita diplomática podia bem dispensar a proclamação de princípios. O Papa visitou Timor com a aceitação do governo de Soeharto e que tinha convencido de que ia visitar a comunidade Católica, mas não ia apoiar a resistência da independência de Timor.

As autoridades indonésias não rejeitaram, porém, a escolha de certos símbolos que manifestavam o respeito pela identidade cultural e religiosa do povo timorense, contra a militante colonização cultural indonésia e a maneira como funcionários e militares procuravam humilhá-lo. Eram testemunhos contrastantes com o tom geral da visita do papa, apesar de, afinal, inofensivos. Na verdade, os organizadores romanos da visita tiveram em conta o pedido do Conselho Presbiteral da diocese de Díli, que se reuniu para solicitar ao papa que celebrasse a missa em tétum, e desse um sinal público de respeito pela dignidade do povo timorense: “*Não queremos que a diplomacia enfraqueça o impacto que esta visita [...] possa produzir na fé do Povo.*⁹⁷” A missa e a oração dos fiéis foram, pois, em tétum, e a homilia em inglês. Nesta homilia, João Paulo II referiu-se à fé do povo timorense, e mencionou os sofrimentos que ele suportava, apelando à busca de uma solução justa e pacífica.

Antes de começar a missa em Tasi Tolu, ajoelhou-se com os dois joelhos e beijou um crucifixo posto no chão, sobre uma almofada. Esse gesto foi «*considerado como uma forma de identificar os sofrimentos de Jesus Cristo na cruz com o sofrimento do povo timorense no seu país, e João Paulo II confirmou o seu significado durante a sua homilia.*⁹⁸» Todavia nem todos perceberam a intensão do gesto do papa. O sentido do papa não foi suficientemente explícitos para serem compreendidos pelo leigos a cerca da fria reserva da Igreja sobre o sofrimento do povo timorense, por isso que, o papa achou necessário mandar chamar ao Vaticano um jornalista da Rádio Renascença para lhe explicar que era seu desejo que a comunidade católica de Timor pudesse manter «*os seus princípios, línguas, culturas, tradições e religião; e que rezava todos os dias pelas vítimas do sofrimento que se abatia sobre o povo*⁹⁹». A chegada do Papa a Timor-Leste, em 1989, foi um momento de grande alívio e alegria para muitos habitantes do território

⁹⁶ Mattoso, 2005, p. 146.

⁹⁷ DRT 5002.013 apud Mattoso, 2005, 146.

⁹⁸ R. Marques, 2004, 264 e 355; cf., A. Kohen, 1999, 166 apud Mattoso, 2005, 147.

⁹⁹ F. Durand, 2004, 111 apud Mattoso, 2005, 147.

cercado. Com a sua breve visita a Dili, João Paulo II colocou «*no mapa mundial este pequeno País, cujo povo vinha vivendo anos de sofrimento e de opressão.*¹⁰⁰» Tratou-se também de um momento histórico, na medida em que foi a única visita de um chefe de Estado a Timor-Leste durante todo o período da ocupação indonésia. O grupo de representantes dos grandes meios de comunicação internacionais que acompanhava o papa abriram possibilidades de publicitação nunca antes vistas durante os catorze anos de ocupação. Viveram-se momentos de alta expectativa. Os anti-integracionistas fizeram manifestações durante a visita do Papa João Paulo II e gritaram «*a luta de Timor-Leste inacabada.*¹⁰¹» Os apoiantes da independência esperavam que o Papa denunciasse a ocupação indonésia. A Indonésia esperava que o Papa reconhecesse a integração e a incorporação da Igreja de Timor-Leste na Conferência Episcopal Indonésia. A simpatia do Sumo Pontífice pelas pressões sofridas pelos membros do clero timorense foi demonstrada durante uma reunião com eles, na presença das autoridades indonésias, em que se levantou a questão de qual o idioma a utilizar durante a mesma. De maneira a criar confidencialidade entre o Papa e os padres timorenses, o italiano foi a língua escolhida. A maior parte dos membros do clero timorense passara algum tempo a estudar em Roma.

O Sumo Pontífice realizou um delicado percurso diplomático durante a sua estada em Timor-Leste, não formulando qualquer posição bem definida sobre o estatuto político do território. Reconheceu abertamente o sofrimento do povo timorense e proporcionou conforto espiritual e moral a muitas pessoas. De acordo com o Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste (CAVR), na sua homilia o Papa João Paulo II apresentou a seguinte reflexão:

«O que significa ser-se o sal da terra e a luz do mundo em Timor-Leste, hoje? Há muitos anos que experimentais a destruição e a morte devido a conflito; sabeis o que é ser-se vítima de ódios e contendias. Muitos inocentes morreram, enquanto outros têm sido vítimas de retaliações e de vinganças (...) Deve garantir-se firmemente o respeito pelos direitos que tornam a vida mais humana; os direitos dos indivíduos e os direitos das famílias.»¹⁰²

Antes da visita as autoridades indonésias haviam detido muitos jovens ativistas, de maneira a evitar qualquer possibilidade de manifestação durante a estada do Sumo

¹⁰⁰ Agência Ecclesia - O Papa João Paulo II, Bispo Belo, 2005.

¹⁰¹ Constâncio Pinto, 1996.

¹⁰² Volume I, Chega-CAVR, 2010-289.

Pontífice no território. Estes esforços revelar-se-iam inúteis e a manifestação que se seguiria seria um momento decisivo para as atividades do movimento de juventude clandestino.

Depois de Papa João Paulo II terminar a celebração da missa em Tacitolu, a Oeste de Díli, na qual se estima tenham estado presentes 100 mil pessoas, um pequeno grupo de jovens desenrolou faixas e entoou palavras de ordem exigindo a independência e direitos humanos. Seguiram-se escaramuças com os agentes de segurança e polícia indonésios, o que se transformou num rumo dos acontecimentos altamente embaraçoso para a Indonésia.

Tratou-se da primeira manifestação pública durante uma visita internacional desde a invasão indonésia. Deu coragem aos jovens e conduziu à criação de novos grupos, incentivando a cooperação entre eles. O líder da organização de juventude clandestina Constâncio Pinto escreveria mais tarde:

«O ano de 1989 marcou o início das acções não-violentas nas cidades e nas aldeias. Quando o movimento de protestos começou as pessoas abriram de repente o espírito e a sua percepção: Não somos os únicos a lutar pela autodeterminação! Há mais gente! Por isso, a partir daí foi mais fácil para nós. Quando começámos a contactar os outros, podíamos dizer-lhes: fizemos isto, por isso vamos fazer isto juntos.¹⁰³» A visita, realizada a 12 de outubro de 1989, forneceu uma excelente oportunidade aos jovens timorenses para denunciarem a situação no território e assim «chamar a atenção da comunidade internacional para o problema.¹⁰⁴» A Igreja Católica timorense veio a desempenhar um papel de grande importância, não só no apoio espiritual, humano e material que deu ao povo – e mesmo aos membros da resistência – como, também, na legitimação e credibilização internacional da resistência.

A Igreja Católica, após a invasão, colocou-se ao lado do povo, que passou a encontrar nela apoio e local de refúgio. Isso levou a que de Igreja, com uma influência reduzida na população no momento da invasão, viesse a registar uma grande adesão, com batismos e conversões em grande número. A Igreja Católica timorense resistiu às tentativas de silenciamento da Indonésia e, depois de um período de relativa discrição, começou a fazer ouvir a sua voz, denunciando a situação.

Num documento de 1981, elaborado pela Igreja de Timor-Leste e dirigido aos católicos indonésios, afirma-se que a vontade do povo de Timor-Leste, aliás, como desde o início,

¹⁰³ Volume I, Chega-CAVR, 2010, 289-290.

¹⁰⁴ José Gomes, a internacionalização da questão de Timor-Leste – Scielo Portugal, 2010.

é ter o direito de determinar o seu próprio destino e não os massacres em massa que têm sido levados a cabo pelos seus vizinhos. E continua:

«Também confessamos que ainda não compreendemos por que razão a Igreja Indonésia e a Igreja Romana não declararam oficial e abertamente a sua solidariedade com a Igreja, religiosos e povo de Timor-Leste. Talvez este seja para nós o golpe mais duro.»¹⁰⁵

Nesse mesmo ano de 1981, o bispo D. Martinho da Costa Lopes, que foi administrador apostólico de Díli de 1977 a 1983, denuncia, publicamente, pela primeira vez, os crimes do Exército indonésio e pede, em carta dirigida à Caritas australiana, ajuda para o povo esfomeado.

A Igreja Católica não apenas denuncia a situação grave que se vive, mas também reforça a ideia de que não se está perante uma resistência armada isolada, mas perante uma rejeição generalizada da ocupação. Por causa dessas denúncias o bispo D. Martinho da Costa Lopes é afastado, sendo nomeado seu sucessor, em 1983, D. Ximenes Belo, considerado mais próximo das posições indonésias.

Porém, pouco depois, D. Ximenes Belo acaba por surpreender, ao assumir claramente a defesa do povo timorense e a necessidade da realização de um referendo, o que faz, nomeadamente, em carta que dirige, a 6 de Fevereiro de 1989, ao secretário-geral da ONU e onde diz que o povo timorense está «morrendo como povo e como nação.

A visita do Papa João Paulo II, no dia 12 de outubro de 1989, «*não foi uma visita política, mas, sobretudo, uma visita pastoral, como Bispo de Roma, à sua Diocese de Díli.*»¹⁰⁶ Podemos aceitar esta posição; porém, qualquer visita que o Papa faça a qualquer nação resulta sempre numa chamada de atenção. E por isso, quando a Santa Sé resolve que o Santo Padre visitará Timor, o problema de Timor emerge politicamente. Ainda que pastoral e não política, a viagem papal colocou a situação de Timor-Leste no mapa mundial. Televisões, jornais, rádios em tudo mundo «começaram a questionar a razão pela qual o Papa foi fazer aquela visita, a uma terra tão distante. A partir daí o Papa ajudou a internacionalizar o problema de Timor. Portanto, «*aqui a política não é da Santa Sé, uma política não é muita clara, faz as coisas muita discretamente, mas foi muito efetiva na visita do Papa.*»¹⁰⁷ Deve acrescentar-se que a visita do Papa recebeu muitas críticas da parte dos alguns políticos, de vários setores em Portugal, assim como

¹⁰⁵ Volume II, Chega CAVR, 2010, 742.

¹⁰⁶ Entrevista com Bispo Belo, Porto, 11 de Novembro, 2017.

¹⁰⁷ Ibid, 2017.

de alguns timorenses, e que «mesmo dentro da Diocese de Díli havia clérigos, padres, que não aceitavam a visita do Papa, dizendo que o Papa iria lá para conversar ou apoiar a integração.

Conclusão.

- O Vaticano desempenhou um papel na autodeterminação em Timor-Leste, particularmente nos anos de Timor-Leste de ter apenas alguns aliados influentes. O Vaticano não negligenciou a Igreja em Timor-Leste.

- Mas a contribuição do Vaticano é limitada. Mais não é feito do que feito. O Vaticano sustenta o princípio da autodeterminação, ao não resolver a posição da Igreja local até que o povo de Timor-Leste seja livre para decidir sobre seu próprio futuro político, e desaprovando o encorajamento da integração da igreja e do governo em Indonésia. Em 1989, o Papa João Paulo II, num acto altamente considerado, entrou em Timor-Leste durante a sua visita à Indonésia como convidado do governo indonésio, mas não aprovou a integração com a Indonésia, como muitos timorenses temiam que ele fizesse.

- Por outro lado, o Vaticano não procura expressar a autodeterminação ou insista os outros a fazê-lo, e às vezes até sugere integração. Isto é feito embora a comunidade internacional em princípio concorde com a importância da autodeterminação e concorda que este direito foi negado a sua existência em Timor-Leste, embora a autodeterminação seja uma pura aspiração da igreja timorense e a única e uma maneira tangível de resolver conflitos e organizar questões locais da Igreja. Essa abordagem permitiu ao Vaticano equilibrar as responsabilidades da Igreja na Indonésia, mas enfraquecer sua contribuição, especialmente durante os primeiros anos, quando o Vaticano foi especificamente informado e a crise foi pior. Quando outros grupos expressaram, o Vaticano tentou silenciá-los. O silêncio é feito a muitas pessoas da Igreja, por exemplo, Dom Martinho da Costa Lopes, o primeiro filho indígena timorense a ser o líder da igreja em Timor-Leste, que é fiel à Igreja, ao Papa e ao povo de Timor, e cujo compromisso está ligado a sua fé por via da oração constantemente, em vez de partidos políticos. O Vaticano desacreditou Dom Martinho e deve agora reconhecer o seu ministério como o verdadeiro filho da Igreja e outros representantes da Igreja, especialmente pastores e freiras em Timor-Leste que acompanham o seu povo nos seus tempos mais sombrios, e colegas da Igreja onde até eles estão.

Tabela 2.1: Eventos Determinantes na Independência de Timor-Leste

- Da Reorganização da Resistência ao Massacre de Santa Cruz

Período: 1981-91	Evento
Setembro de 1981	Em Laline/Distrito Manatuto, Xanana Gusmão , comandante da Resistência, realiza uma conferência cujo objetivo é o de reorganizar todas as estruturas, nomeadamente, a Rede Clandestina, as Forças Armadas (FALINTIL), a Rede Diplomática, tanto interna como externa, e a Igreja , que haviam sido destruídas ou desintegradas pelos militares Indonésios.
Julho de 1983	O Líder da Resistência, Xanana Gusmão, enviou à ONU o documento visando a negociação do processo da Independência de Timor-Leste, por via Bispo Dom Martinho Lopes.
Agosto de 1986	Saída de Xanana Gusmão da FRETILIN e estabelecimento da doutrina da Unidade Nacional para englobar todos os Timorenses.
Outubro de 1989	-Visita do Papa João Paulo II. O Papa coloca no mapa mundial a questão de Timor-Leste. Na homilia desse mês de Outubro apela ao respeito pelos direitos humanos e à paz; apela aos católicos timorenses para se tornarem, na Ásia, «sal da terra e luz do mundo». Queda do Muro de Berlim.
Fevereiro de 1989	Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo escreve carta à ONU a argumentar pela realização de um referendo em Timor-Leste.
Setembro De 1990	Pela primeira vez um jornalista (Robert Domm da Australia) entrevista pessoalmente Xanana Gusmão na montanha de Kablake, Timor-Leste.

Novembro 1991	Após o Massacre de Santa Cruz , o Papa, na sua solicitude paternal para com o povo Timorense, envia um representante, na pessoa do Arcebispo Giovanni de Andreia, e dirige palavras de conforto às famílias das vítimas. Fim da Guerra Fria; a partir desta altura os EUA começam a observar de perto a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste, por força do Massacre de Santa Cruz.
------------------	--

Tabela do autor

2.2. Massacre de Santa Cruz em 1991.

O movimento pela independência de Timor-Leste transformou-se durante a década de 1990. O foco deslocou-se da campanha de guerrilha para a frente diplomática, com o forte apoio de grupos de estudantes em Timor Leste e na Indonésia e um crescente apoio internacional. Para esta mudança «*contribuiu um acontecimento crucial: o Massacre de Santa Cruz, a capturação de líder da resistência Xanana Gusmão e a atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo Belo e José Ramos Horta.*¹⁰⁸»

Ocorrido a 12 de Novembro de 1991, o Massacre de Santa Cruz alterou definitivamente a maneira como o mundo olhava para a ocupação indonésia de Timor-Leste. «*Filmadas por meios de comunicação social estrangeiros*¹⁰⁹», que cobriam a planeada visita da delegação parlamentar portuguesa, as imagens do assassínio em massa de jovens, a sangue-frio, mobilizaram uma nova era do movimento de solidariedade internacional e fizeram com que se tornasse impossível aos governos estrangeiros ignorarem a opressão violenta existente em Timor-Leste. Demonstraram igualmente a inimizade que a juventude timorense nutria pelo regime indonésio, o qual reivindicava ter conquistado os seus corações e as suas mentes.

O Massacre de Santa Cruz marcou, assim, a viragem da opinião pública internacional em relação a Timor-Leste. O secretário-geral da Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), Marí Alkatiri, afirmou-nos, na entrevista do dia 12 de Novembro de 2015, à passagem dos 14 anos do massacre de Santa Cruz, que este

¹⁰⁸ Volume I, CHEGA-CAVR: 2010, 292.

¹⁰⁹ Ibid, 2010, p. 292.

marcou a viragem da opinião pública internacional em relação ao país. «Todos sabem que há 20 anos atrás o massacre marcou a diferença, marcou a viragem da opinião pública internacional em relação a Timor-Leste e muito mais particularmente da opinião pública portuguesa.¹¹⁰», Para Marí Alkatiri, a partir de 12 de novembro de 1991 toda a dinâmica para a libertação nacional foi crescendo em força, em qualidade, em tudo. O 20.º aniversário do massacre de Santa Cruz foi assinalado em Díli com uma missa na igreja de Motael e uma marcha, até ao cemitério, que contou com a presença de milhares de pessoas. «Vinte anos depois também é tempo de usar este evento, este acontecimento trágico, para uma Maior educação patriótica para as gerações atuais e futuras, os jovens, porque o que importa para defender esta independência duramente conquistada é fazer crescer o sentido de Pátria junto dos jovens timorenses e consolidar uma identidade própria. Os acontecimentos de 12 de Novembro fazem parte de todo esse processo de afirmação da pátria e do patriotismo.¹¹¹»

A manifestação pública que esteve na origem do Massacre do Cemitério de Santa Cruz foi determinada por Xanana Gusmão. O plano do Comando consistia no seguinte:

«A Resistência Armada entrar nas vilas para, convosco [as organizações da juventude], mobilizar, perante a Delegação Parlamentar Portuguesa, a população, vila por vila, em todo o território, a fim de, em pé de guerra, gritarmos ao mundo o nosso total repúdio integração. E aí, ou morreríamos todos, ou esmagaríamos os soldados javaneses e libertaríamos Timor-Leste.¹¹²»

No ano de 1991, Mário Viegas Carrascalão, à época governador, também receava as confrontações sangrentas. Por isso falou em *«guerra civil, mas preferia evitar o derramamento de sangue, e que chegou a admitir a via das conversações.¹¹³»* Todavia, a influência entre as altas patentes dos militares existia a linha dura e, se possível, identificá-los e eliminá-los. Em todo o caso, achavam que era preferível *«proceder a uma limpeza antes de chegar o momento da visita dos parlamentares portugueses.¹¹⁴»* O aumento dos ataques das Angkatan Bersenjata Republik Indonésia (ABRI = forças armadas indonésias), em 1988. As inteligências indonésias conheceram, esconderijo e enfraquecimento da resistência armada desde 1986. Desde o ministro dos negócios estrangeiros Ali Alatas anunciou o pedido do Parlamento indonésio, por parte do

¹¹⁰ http://noticias.sapo.tl/portugues/especial/20_anos_massacre_sta_cruz/1200844.html, 20 de Maio de 2017).

¹¹¹ Ibid, 2017.

¹¹² Gusmão; 1994 apud Mattoso, 2005, p. 161.

¹¹³ Gusmão, 1994, p. 127.

¹¹⁴ Mattoso, 2005, 163.

exército já tinha assegurado a segurança para não temer a visita do parlamento português. Para não dar interpretações erradas, «*o general Benny Moerdani visitou Timor-Leste e, a 3 de Fevereiro de 1990, ameaçou desencadear represálias implacáveis contra toda a espécie de manifestação.*¹¹⁵» Por parte dos militares indonésios continuaram seguros de si para não temerem os conselhos de Mário Carrascalão sobre guerra Civil entre os timorenses.

Entretanto, o encontro de Robert Domm com Xanana mostrou, no interior e no exterior de Timor-Leste, que a derrota da Resistência Timorense ainda estava longe. Por causa disso que, todo o empenho que os generais colocaram no cerco da montanha de Kablake, em que esperavam apanhar Xanana, em Outubro de 1990. A operação foi preparada com todo o cuidado. Deram-lhe o nome de «*Tuntas (Limpeza Geral).*¹¹⁶» Estiveram muito perto dos seus objetivos para a capturação do líder da resistência. No entanto, a fuga do líder da resistência Xanana Gusmão, já tinha relatada, e assim, impediu o sucesso total da ofensiva dos militares indonésios, mas não poupou à Resistência um forte abalo devido ao número de guerrilheiros mortos e às mais cruéis represálias sobre a população civil de Ainaro.

Depois de um ano, na noite de 10 de Agosto de 1991, Xanana voltou a dar nova entrevista pessoal a outro jornalista, «*Mário Robalo, enviado pelo semanário português de Maior tiragem, Expresso. Os indonésios tinham-lhe permitido a entrada juntamente com Nuno Castro Ferreira da Rádio Press, decerto para conseguir uma atitude favorável da opinião pública portuguesa, e por isso ficaram irritados com o seu contato com a guerrilha.*¹¹⁷»

O ambiente de Timor-Leste, sobretudo em Dili, ia-se tornando cada vez mais ameaçador. O ex-governador, Mário Carrascalão, ao manifestar os seus receios, queria, decerto, não tanto advertir as autoridades indonésias para o risco que corriam perante a opinião pública mundial se procedessem a uma repressão sangrenta, mas também as autoridades portuguesas para a probabilidade de violências incalculáveis. O governo indonésio encarregou as autoridades administrativas, a polícia e os serviços secretos de intensificarem as acções intimidatórias para dissuadirem qualquer manifestação a favor da independência, prenderam centenas de eventuais simpatizantes da Resistência e trouxeram da Indonésia novos efectivos de forças especiais. Os riscos de confrontação

¹¹⁵ F. Durand, 2002, 184 apud Mattoso, 2005, 163.

¹¹⁶ DRT 6226.102 apud Mattoso, 2005, 163.

¹¹⁷ DRT 6226.102 apud Mattoso, 2005, p. 163.

tornaram-se «*tão insistentes que D. Ximenes Belo também manifestou a sua discordância.*¹¹⁸» No princípio de Setembro de 1991 escrevia para Portugal denunciando a campanha de terror organizada pelo governo da Indonésia. Apareceram por essa altura os «*ninjas*»¹¹⁹ mascarados que atacavam de noite os partidários da independência. Os indonésios ameaçavam a população, os estudantes de que: «*Quem se aproximar dos Portugueses será abatido (DRT 5002.111). Um informador da Resistência obteve, até, «o próprio plano das acções previstas para esmagar qualquer tentativa de manifestação em Dili quando os parlamentares saíssem do aeroporto.*¹²⁰» Xanana não sucumbia às ameaças por parte do governo indonésio. No entanto deu apelo e exigia disciplina, sobretudo da parte da juventude. Foi uma maior preocupação que o levou a «*escrever uma carta a Constâncio Pinto em 11 de Agosto de 1990.*¹²¹» na qual explicava a imperiosa necessidade das organizações de jovens se submeterem às orientações do comando do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), mantiveram-se, e tornaram-se até mais prementes. Perante o crescendo das ameaças, preconizava a calma, uma aparente passividade e uma quase indiferença como forma de concentração de energia para a deixar rebentar no momento exato. Além deste documento, preservaram-se vários outros, emanados de diferentes instâncias, todos eles marcados pela exigência de disciplina, e pelas instruções para se evitar a resposta a acções provocatórias.

Por outro lado, o bispo de Dili não se limitou a fazer advertências privadas. Reuniu o Conselho Presbiteral da diocese e, com a colaboração de quatro sacerdotes, redigiu uma carta pastoral que foi publicada com a data de 17 de Setembro de 1991. Reconhecia a preparação de manifestações contraditórias, previa a perturbação da ordem pública e declarava que a Igreja não podia tomar partido. Os cristãos podiam e deviam fazê-lo, mas todos tinham o dever de respeitar «*os direitos fundamentais do homem*», *D. Ximenes Belo apelava ao governo indonésio,*¹²²» que devia assegurar ao povo de Timor-Leste um clima de liberdade, onde possa exprimir-se livremente, respeitar a consciência da pessoa e proporcionar ao povo uma informação verídica sobre os acontecimentos públicos. O exercício da autoridade política deve-se desenvolver e actuar dentro dos limites da ordem moral. A autoridade só é autoridade quando é uma força moral. Se se

¹¹⁸ Ramos Horta, 1998, 277 apud Mattoso, 2005, p. 164.

¹¹⁹ F. Durand, 2002, p. 184.

¹²⁰ DRT 5002.116 apud Mattoso, 2005, 164.

¹²¹ Gusmão, 1994, pp. 117-144.

¹²² Mattoso, 2005, p. 165.

baseasse exclusivamente na ameaça e no temor de castigos ou na promessa ou solicitação de recompensa, não moveria eficazmente a realização do bem comum.

O comando das FALINTIL já tinha demasiada experiência nos métodos indonésios para confiar apenas em manifestações pacíficas. No dia 10 de Outubro, duas semanas antes do cancelamento da visita dos deputados portugueses, Xanana mantinha o seu plano: «*Tenho que o fazer (ordenar o levantamento popular) com a mesma lucidez prévia; uma certeza de que correrá sangue maubere! Inevitável – Como será a vitória do Povo de Timor-Leste,*¹²³» é claro que o cancelamento da missão parlamentar portuguesa em 26 de Outubro de 1991 alterou todos os planos. Mas os ânimos estavam demasiado exaltados, tanto da parte da Resistência, sobretudo dos jovens, como da parte das forças indonésias para se poder manter a serenidade. Compreendia-se que bastava uma faísca para provocar uma terrível explosão. Foi o que aconteceu com o assassinato do jovem Sebastião Gomes no dia 28 de Outubro de 1991.

Nas vésperas da tempestade, um agitador timorense apoiante da integração e armado pelos serviços secretos indonésios matou um jovem, Sebastião Gomes. Os companheiros que estavam com Gomes reagiram com igual violência. Seguiram-se violentos protestos e ruidosas manifestações anti-indonésias em toda a cidade de Díli. Muitos foram presos, mas muitos outros, «*sem temer ameaças, acompanharam o cortejo fúnebre que, no dia seguinte, depois da missã de defuntos celebrada pelo próprio bispo Ximenes Belo,*¹²⁴» acompanhou o funeral até ao cemitério de Santa Cruz, onde reuniu uma enorme multidão. Foi nesse clima de grande emoção que chegou a notícia do cancelamento da visita dos deputados portugueses.

A frustração e a cólera chegaram ao rubro nos dias seguintes. Muitos jovens decidiram manifestar-se a qualquer preço, fossem quais fossem as consequências. O grito «*Pátria ou Morte*», com que os guerrilheiros tantas vezes terminavam as suas cartas, e que os comandantes e comissários políticos faziam vibrar nas reuniões da Resistência, estava agora nos lábios de uma imensa multidão. «*Os comandantes das forças especiais e os agentes provocadores contratados pelos serviços secretos, a polícia, e as tropas de choque,*¹²⁵» por sua vez, esperavam qualquer pretexto para esmagar o que já se afigurava como uma revolta.

¹²³ Gusmão, 1994, 254.

¹²⁴ A. Kohen, 1999, 179-180.

¹²⁵ Mattoso, 2005, 166.

No entanto, muitos timorenses, sobretudo as organizações juvenis, também ansiavam por desencadear as acções planeadas durante mais de um ano. Um dos mais impressionantes testemunhos do ambiente vivido pelos timorenses nas vésperas de Santa Cruz é dado pelo padre João Felgueiras que, em Outubro, começou a receber em casa turmas inteiras de jovens que vinham para se confessar. A afluência foi tão grande que organizou uma cerimónia penitencial colectiva para poder atendê-los a todos. Aconteceu o mesmo a D. Ximenes Belo, a quem acorriam também muitos jovens para se confessarem. O padre João dava-lhes terços para colocarem ao pescoço «*sabiam, pois, que estavam a preparar-se para a morte*¹²⁶».

O líder máximo desta «*organização clandestina de jovens foi Constâncio Pinto*¹²⁷», que preparou a acção de 12 de Novembro de 1991 e que continuava na clandestinidade e procurado pela polícia como um dos responsáveis pela manifestação diante de João Paulo II, em 1989, na sua qualidade de secretário do Comité Executivo da Frente Clandestina. Ele próprio invoca esta responsabilidade pessoal em entrevista com Rui Marques, mas declara que a manifestação de 12 de Novembro não estava na sua agenda. Surgiu só depois da notícia do cancelamento da visita parlamentar e foi decidida para aproveitar a presença em Dili de vários jornalistas estrangeiros e de Peter Kojimans, enviado-especial do Secretário-Geral da ONU. Teve o apoio de Xanana, que nessa altura estava em Dili. No terreno «*a manifestação foi liderada por Gregório Saldanha, membro do Comité Executivo da Frente Clandestina,*¹²⁸» O cancelamento da visita da delegação parlamentar portuguesa obrigou-o a aceitar a proposta de Constâncio Pinto, pelas razões apontadas – sobretudo, decerto, para aproveitar a presença de jornalistas estrangeiros. Os jornalistas presentes foram os instrumentos eficazes dessa revelação.

No dia 12 de Novembro de 1991, passadas duas semanas após a morte de Sebastião Gomes, no fim da missa celebrada pelo reverendo padre Alberto Ricardo, formou-se um enorme cortejo em direcção ao Cemitério de Santa Cruz, onde a multidão queria colocar flores sobre a campa do jovem. Desfilou, ostentando cartazes e bandeiras com dísticos reclamando a independência e saudando a Resistência e os seus chefes: «Lágrimas, injustiças - é o que eles sofreram»; «*Xanana Gusmão símbolo da Unidade Nacional*»,

¹²⁶ R. Marques, 2004, 266.

¹²⁷ M. Carrascalão, 2002, 185.

¹²⁸ Marques, 2004, p. 248.

«*Viva as FALINTIL*», «*Viva a Independência.*¹²⁹» Predominavam os jovens e estudantes. Juntaram-se milhares de participantes.

Quando os organizadores, reunida a multidão dentro e fora do cemitério, se preparavam para começar as orações em memória dos falecidos, chegou um camião militar, que bloqueou os acessos pela rua fronteira, e uma coluna de duzentos soldados dirigiu-se à entrada, de armas em punho. Já estavam em posição quando a multidão, que, segundo alguns relatos, contava mais de 3000 pessoas, deu conta do cerco. «*Com as sirenes a tocar, os oficiais deram ordem de fogo, e dispararam uma rajada contínua de fogo automático sobre a massa de gente apinhada no interior do cemitério*» (Mattoso, 2005, 168). Numerosos manifestantes desfraldaram as suas faixas. O exército indonésio atirou sobre a multidão, no interior do cemitério de Santa Cruz, «*diante da câmara do jornalista Max Stahl.*¹³⁰» As imagens difundidas pelas televisões ocidentais levaram à suspensão da ajuda à Indonésia por parte de diversos países. «*Os Estados Unidos suspenderam igualmente a ajuda militar; enquanto o Canadá, a Dinamarca e a Holanda suspenderam os seus programas de auxílio. Mais tarde, em 1994, a ONU proibiu a venda de armas ligeiras à Indonésia.*¹³¹» A comissão de inquérito designada pelo general Suharto anunciou um balanço oficial de cerca de 50 mortos. «*Os organismos dos direitos do homem divulgaram, por sua vez, uma lista nominativa de 271 mortos, 382 feridos e 250 desaparecidos.*¹³²» O Massacre de Santa Cruz suscitou um movimento de solidariedade internacional. Em Janeiro de 1992 a chamada Missão da Paz Lusitânia Expresso partiu de Portugal, em avião, até Darwin, onde embarcou num navio fretado com a intenção, largamente anunciada, de desembarcar em Díli para colocar uma coroa de flores no Cemitério de Santa Cruz, em homenagem às vítimas do massacre. Chegaram ao mar de Timor-Leste no dia 10 de Março seguinte e foram impedidos pelos barcos de guerra indonésios de atracar em Díli. Esta iniciativa, de grande impacto mediático, pelo seu carácter simbólico e provocatório, «*agitou a opinião pública portuguesa e de outros países, e suscitou reacções em cadeia da parte de dezenas de organizações da sociedade civil, além de inspirar a intensificação da acção diplomática portuguesa.*¹³³»

Conclusão.

¹²⁹ Mattoso, 2005, 167.

¹³⁰ F. Durand, 2009, 139.

¹³¹ A. Kohen, 1999, 189-199.

¹³² F. Durand, 2009.

¹³³ Mattoso, 2005, p. 172.

- O movimento de independência de Timor-Leste nos anos 90. O foco passou de uma campanha de guerrilha para uma campanha diplomática, com forte apoio de vários grupos de estudantes em Timor-Leste e da Indonésia, e aumentou o apoio internacional. Esta mudança foi apoiada por três eventos importantes, entre outros, o Massacre de Santa Cruz, a Prisão de Xanana Gusmão e a atribuição do Prémio Nobel da Paz aos Bispos Belo e José Ramos Horta.

- O «*Massacre de Santa Cruz de 12 de Novembro de 1991*,¹³⁴» mudou a forma como o mundo vê a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia. Filmado por meios de comunicação estrangeiros presentes para a visita da delegação do Parlamento Português, uma série de sangrentos assassinatos em massa, os jovens mobilizaram uma nova era do movimento internacional, de modo que era impossível para os governos ignorarem a perseguição em Timor-Leste. O filme mostra também o descontentamento dos jovens timorenses contra o regime indonésio, alegando que conquistaram os seus corações e mentes.

- Durante os anos 90, os movimentos estudantis em Timor-Leste e em Indonésia fortaleceram-se e tornaram-se muito importantes para a luta pela independência. Em Timor-Leste, os ativistas continuam a sofrer opressão, mas lutam para que suas vozes sejam ouvidas. Na Indonésia, os estudantes de Timor-Leste estão a construir um relacionamento com ativistas indonésios dos direitos humanos e pró-democracia e a realizar uma série de campanhas eficazes para sensibilizar a comunidade internacional para a luta contínua pela autodeterminação.

- O líder da resistência Xanana Gusmão foi nomeado em Novembro de 1992. Depois de ser julgado e condenado à prisão perpétua, continua a resistir à resistência da prisão de Cipinang, em Jacarta. A resistência ampliou as medidas diplomáticas baseadas no desejo incondicional de dialogar com a Indonésia. O Plano de Paz do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) foi lançado em 1993 para impulsionar esse esforço. Xanana Gusmão é cada vez mais aceite pela comunidade internacional como uma figura importante na busca de uma solução pacífica. Depois de Santa Cruz, o diálogo tripartido patrocinado pela ONU entre Portugal e a Indonésia foi revivido.

¹³⁴ C. Pinto, & M. Jardine, East Timor's Unfinished Struggle, 1996.

- Em outubro de 1996, o comitê do Nobel anunciou a entrega do prêmio da paz ao Bispo Belo e José Ramos Horta, que provou ser uma injeção de zelo pela luta pela autodeterminação. Kofi Annan tomou posse como Secretário-Geral da ONU em Janeiro de 1997 e trouxe uma nova abordagem para resolver o problema de Timor-Leste.

**Tabela 2.2: Eventos Determinantes na Independência de Timor-Leste
– da Captura de Xanana Gusmão ao Fim da Ditadura na Indonésia**

Período: 1992-98	Evento
1992	Captura do líder da Resistência de Timor-Leste, Xanana Gusmão. Deu abertura ao diálogo sobre a causa timorense.
Novembro, 1992	O navio <i>Lusitânia Expresso</i> tenta chegar a Timor-Leste, querendo «chamar a atenção do mundo para a causa timorense», realça Rui Marques, um dos organizadores. Organizada por um grupo de jovens portugueses «como resposta» ao Massacre de Santa Cruz, em Díli, a viagem fez parte da «Missão Paz em Timor» e propunha-se prestar homenagem às vítimas dos acontecimentos de 12 de Novembro de 1991.
Junho, 1993	Artigo da Agência Reuters sobre a aceitação do Governo Português em receber estudantes exilados políticos timorenses em Portugal.
Novembro, 1994	José Ramos Hort, representante especial do CNRM no exterior durante um encontro com representantes de Organizações de Solidariedade com a luta do povo de Timor-Leste. Manifestantes exibem faixa no último piso do Hotel Marriott, Inglaterra, durante uma manifestação contra a venda de aviões de caça-bombardeiros (Hawks) à Indonésia. Manifestantes deitados no chão durante uma manifestação como sinal de protesto contra o genocídio em Timor-Leste e a venda de material de guerra britânico ao governo de Jacarta.
1994-97	Estudantes universitários e jovens timorenses assaltam várias

	embaixadas estrangeiras em Jacarta/Indonésia.
1996	Comité para o Prémio Nobel da Paz atribui o mesmo a duas personalidades timorenses: Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e Dr. José Ramos Horta.
1997	Crise financeira na Indonésia. Visita de Nelson Mandela a Xanana, na Indonésia.
Mai 1998	Mudança do regime na Indonésia: fim da ditadura, reposição da democracia

Tabela do autor

2.3. Referendo à independência de Timor-Leste em 1999.

Em Março de 1999, a Indonésia pronunciou-se a favor da votação por sufrágio directo, por desejar que a decisão fosse irrecusável e definitiva. Ao ato chamar-se-ia «*consulta popular*¹³⁵», de maneira a evitar o termo *referendo*, uma vez que este implicava a autodeterminação e a escolha soberana do povo de Timor-Leste, que, insistia a Indonésia, já ocorrera através da petição de integração apresentada em 1976 pelo governo provisório de Timor Leste e da Lei nº 7 de 1976, definidoras da integração de Timor Leste como 27ª Província da Indonésia.

Face à degradação da situação de segurança, as conversações Portugal-Indonésia sob patrocínio da ONU debruçaram-se sobre questões de segurança relativas ao desarmamento das milícias, à redução dos efetivos do Tentara Nacional Indonésia (TNI: Força Nacional Indonésia), ao acantonamento das FALINTIL e à criação de uma polícia civil. No entanto, o ministro dos Negócios Estrangeiros Ali Alatas recusou-se a aprovar planos específicos. Os EUA e a Austrália aconselharam «*o Representante Especial do Secretário-Geral, Jamsheed Marker, a não fazer perigar as negociações ao insistir demasiado nas questões de segurança*¹³⁶.» A 5 de Maio de 1999, em Nova Iorque, numa cerimónia histórica e que muitos haviam julgado impossível, foram assinados três acordos: «*O acordo entre a República da Indonésia e a República Portuguesa quanto à questão de Timor-Leste, o acordo relativo às modalidades da consulta ao povo de Timor-Leste através de uma votação directa e o acordo sobre a consulta popular em Timor-Leste.*¹³⁷» O primeiro acordo foi assinado pelos Ministros dos Negócios

¹³⁵ Volume I, Chega-CAVR, 2010, p. 316.

¹³⁶ M. Jamsheed, 2003, 142.

¹³⁷ M. Ferro, 2005, 148.

estrangeiros da Indonésia e de Portugal e testemunhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e os últimos pelas três partes. O consenso de 5 de Maio de 1999 permitiu a realização do referendo de 30 de Agosto, em que *«mais de 78% da população de Timor-Leste se pronunciou pela independência.»*¹³⁸ O Secretário-Geral realçou que o Secretariado estava empenhado em assegurar que a consulta popular fosse livre, justa e universal, lembrando que, de acordo com o compromisso assinado, a segurança em Timor-Leste era da responsabilidade do governo indonésio, congratulando-se com as garantias dadas por Habibie de que o seu governo iria cumprir eficazmente a sua responsabilidade pela manutenção da lei e da ordem pública e pela protecção de todos os civis. O Secretário-Geral expressou, contudo, a sua preocupação com a escalada da violência em Timor-Leste e *«apelou a a todos os elementos e tendências políticas em Timor-Leste que se abstivessem do recurso à força e que cooperassem com as Nações Unidas.»*¹³⁹ Entre 7 de Maio e 15 de Setembro de 1999, o Conselho de Segurança (CS) foi tomado pela questão de Timor-Leste de uma forma que nunca antes tinha ocorrido desde a invasão indonésia de 1975. Tudo começou com a Resolução do Conselho de Segurança (RCS/1236) saudando o acordo de 5 de Maio entre Portugal e a Indonésia sobre a consulta popular e a intenção do Secretário-Geral (SG) de estabelecer uma presença da ONU em Timor-Leste. Cerca de um mês mais tarde (11 de Junho de 1999), a RCS 1246 sancionaria o estabelecimento da United Nation Mission in East Timor (UNAMET) com o propósito de organizar e conduzir o processo de consulta popular, originalmente agendada para o dia 8 de Agosto, atribuindo-lhe um mandato até 31 desse mesmo mês, e colocando à sua disposição o apoio de 280 polícias civis (CIVPOL) para assessorarem a policia da Indonésia no desempenho das suas funções e para a supervisionar a escolta das urnas de voto do processo de votação, bem como cinquenta Oficiais de Ligação Militar (OLM) para manter contatos com as forças armadas da Indonésia.

Informado pelo Secretário-Geral e pelos seus próprios serviços de Inteligência sobre as cada vez mais difíceis condições de segurança no terreno, o CS concordou com duas extensões da missão da UNTAET, primeiro até 30 de Setembro, depois até 30 de Novembro de 1999 (RCS 1257 de 3 de Agosto e 1262 de 27 de Agosto). A 15 de Setembro a RCS 1264 autorizou, ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas

¹³⁸ F. Durand, 2009, 145.

¹³⁹ M. Ferro, 2005, 149..

o estabelecimento de uma força militar internacional, a INTERFET, sob comando australiano, para restaurar a paz e a segurança em Timor-Leste, para proteger e apoiar a UNAMET no desempenho das suas funções e, dentro das suas capacidades, para facilitar as missões de apoio humanitário.

Cerca de um mês mais tarde, a RCS 1272 de 25 de Outubro, também ela ao abrigo do Capítulo VII, mandou o estabelecimento da autoridade de transição, a United Nations Transitional Administration of East Timor (UNTAET), por um período inicial de quinze meses, dispondo de um apoio robusto a nível militar e de uma componente de policia internacional para assegurar a sua integridade durante o período de reconstrução e dissuadir quaisquer veleidades de incursão a partir do outro lado da fronteira por milícias apoiadas pelo Tentara Nacional Indonésia (TNI).

Na perspetiva dos principais atores – «*do próprio Conselho de Segurança, da UNAMET, do secretariado da ONU, e de quem cobria os acontecimentos no terreno,*¹⁴⁰» o Conselho Segurança (CS) tratou do caso de Timor-Leste de forma positiva, justa e duradoura.

No dia 30 de Agosto de 1999 pelo menos 95% dos timorenses recenseados votaram – mais ou menos 430.000 votantes. Tratou-se de «*uma votação que decorreu em geral de forma pacífica.*¹⁴¹» A Comissão Consultiva para Timor-Leste reuniu-se pela primeira vez logo no dia seguinte à votação. Tratava-se de uma comissão mista composta por dez membros dos campos pró-independência e pró-integração, bem como de cinco outros membros nomeados pelo Secretário-Geral das Nações Unidas.

No dia 1 de Setembro de 1999, a violência eclodiu, de forma brutal, fora do quartelamento da UNAMET em Dili, quando as milícias atacaram apoiantes pró-independência. Os jornalistas que testemunharam os incidentes, bem como várias centenas de deslocados, tiveram que procurar refúgio na sede da UNAMET. As imagens e as notícias correram mundo e, nas Nações Unidas, em Nova Iorque, Kofi Annan condenou veementemente a violência. O Secretário-Geral das Nações Unidas apelou à polícia indonésia para que detivesse os responsáveis e tomasse imediatamente os passos necessários para garantir que tal não voltasse a acontecer. «*Numa declaração através do seu porta-voz, Annan apelou às autoridades indonésias,*¹⁴²» para que tomassem acções

¹⁴⁰ Greenlees e Garran, 2002, 277; Eldon, 2004, 551-566; Martin, 2004; Robinson, 2001, Kingsbury, 2000; DFAT, 2001.

¹⁴¹ Ferro, 2005, 164.

¹⁴² M. Ferro, 2005, p. 165.

firmes para controlarem os grupos armados e recordou-lhes a sua responsabilidade em protegerem todo o pessoal da UNAMET, quer o internacional quer o local.

No dia 3 de Setembro de 1999, o Secretário-Geral das Nações Unidas anunciou os resultados finais da consulta popular em Timor-Leste: 94.338 (21,5%) votaram a favor da proposta de autonomia especial e 344.580 (78,5%) votaram contra. Os números eram claros: quase 80% dos timorenses queria ser independente.

Os representantes da luta de Timor-Leste no exterior organizaram extraordinariamente a mobilização da comunidade internacional, tanto organizações não-governamentais como organizações internacionais cujo objetivo de apoiarem e intervirem a luta timorense. Por outro lado, a pressão da comunidade internacional intensificou-se pelo regime de Suharto, e finalmente o governo de Indonésia libertou-se o líder da resistência Xanana Gusmão no dia 7 de Setembro de 1999, e tinha entregado imediatamente a Organizações das Nações Unidas (ONU) para que pode proteger, *«foi levado para a Embaixada Britânica em Jacarta e dali para Darwin, na Austrália. Depois do ataque à sua residência em Díli, o bispo D. Carlos Ximenes Belo fora evacuado para Baucau, e dali para Darwin, a 6 de Setembro, num avião da ONU.¹⁴³»* (Volume I, Chega - CAVR, 2005, 336). O líder da Igreja de Timor-Leste continuando viajou de Austrália para a continente Europeia, designadamente, a sua viagem rumo ao Vaticano e Portugal cujo objetivo de relatar sobre a situação de Timor-Leste ao Papa e as autoridades portuguesas como potencia administrante e recolher apoios a nível diplomático. Por outro lado, o Prémio Nobel da Paz, José Ramos Horta e entre outros deslocaram-se a Auckland na Nova Zelândia para encontrar os líderes mundiais e regionais que se encontravam no âmbito da cimeira anual da Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC). Em reação a toda estas movimentações, despertaram em todo o mundo, especialmente em Portugal na Austrália, realizaram-se grandes manifestações e organizações não-governamentais, solidariedades internacionais, os timorenses na diáspora exigiram a intervenção o mais rápida da parte da comunidade internacional e os decisores mundiais. Ao assegurar o facto que tinha acontecido no território timorense, os jornalistas e a *«UNAMET que tinha instalado em Timor-Leste enviaram as imagens reais para o exterior e manteve a pressão sobre a Indonésia e continuando a fazer pressão aos líderes mundiais para que possa rapidamente intervirem a situação em Timor-Leste»¹⁴⁴*.

¹⁴³ Volume I, Chega - CAVR, 2005, p. 336.

¹⁴⁴ M. Ferro, Construção de estados, administrações Internacionais das nações Unidas, 2005, pp. 170-172.

Organizações das Nações Unidas (ONU) liderado pelo Kofi Annan, Secretário-Geral promoveu e tomou a iniciativa de desenvolver a sua própria diplomacia pessoal de carácter emergência. A iniciativa de Secretário-geral das Nações Unidas nos seus primeiros esforços centrou-se na tentativa de pressionar a Indonésia a cumprir os seus deveres ou obrigações de segurança. Ao reagir a este apelo, o Presidente Habibie contrariou-se à ideia traçada pelo Secretário-Geral do envio de uma força internacional de manutenção da paz. A comunidade internacional, tanto por parte da CPLP, Portugal, Austrália e principalmente Secretário-geral aumentando a pressão a Indonésia para que a força multinacional de baixo da guarda-Chuva das Organizações das Nações Unidas (ONU). Antes da consulta popular no dia 1 de Setembro, Portugal como potência administrante apelaria de que é preciso de uma intervenção de uma força internacional da manutenção da paz. No entanto, nos finais de 1998, Austrália é como potência regional preparando a sua força e a Nova Zelândia faça o mesmo caso de ser necessária ao intervir com uma força internacional dos capacetes azuis. Entretanto, nenhum Estado disponibilizou a sua vontade para intervir sem solidário prévio da indonésia. No dia 4 de Setembro, o governo Australiano não hesitou aparecer publicamente anunciou através do seu «o ministro dos Negócios Estrangeiros australiano, Alexander Downer, de que Austrália estando disponível para liderar a força internacional ao intervir em Timor Leste, se o governo Indonésia aceitasse e se admitisse a missão do Conselho de Segurança da ONU¹⁴⁵». Ao assegurar esta iniciativa o Secretário-geral das Nações Unidas Kofi Annan e o governo Australiano mantiveram-se em constante comunicação em relação a este nobre esforço e constantemente procurar e obter o acordo por parte do governo Indonésia cujo objetivo de formar uma força de carácter internacional que pudesse a ser rápida para posicionar e intervir em Timor-Leste.

Todavia, o Conselho de Segurança tomou a iniciativa para enviar uma equipa liderado pelo Francesc Vendrell, representante adjunto do Secretário Gera partiu de Nova Iorque no dia 06 de Setembro de 1999. Enquanto, o encontro no dia 5 de Setembro resultou o consenso incontornável onde o «o Conselho de Segurança da ONU criou uma missão que iria deslocar-se a Jacarta e a Timor-Leste.¹⁴⁶» A delegação da ONU realizou-se as primeiras reuniões no dia 08 de Setembro de 1999 com o Presidente Habibie, com a Megawati Sukarnoputri, e com a delegação da UNAMET que instalava-se em Dili

¹⁴⁵ M. Ferro; Construção de estados , administrações Internacionais das nações Unidas, 2005, pp. 169-170.

¹⁴⁶ M. Ferro, 2005, p.167.

voador directamente para a capital de Indonésia-Jakarta juntamente com o general Wiranto. Neste primeiro encontro juntou-se também com o líder da resistência Xanana Gusmão.

A Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Mary Robinson no dia 10 de Setembro de 1999 deslocou-se de avião Darwin-Austrália cujo objetivo de encontrar os funcionários da ONU e os refugiados timorenses. A Comissária da ONU, Mary Robinson apelou publicamente para que se julgue os responsáveis pela violência.

Entretanto, a reunião dos líderes políticos e económicos mundiais na cimeira da APEC propiciou a criação de um fórum fortuito para discutir a situação. «*O Banco Mundial (BM) e o Fundo Monetário Internacional (FMI)*¹⁴⁷» fizeram declarações influentes e o presidente do Banco Mundial, James Wolfensohn, escreveu directamente ao Presidente Habibie no dia 8 de Setembro, sublinhando a importância de a Indonésia restaurar a ordem e honrar os resultados da Consulta Popular. A Indonésia, ainda economicamente vulnerável após a crise financeira asiática de 1997, viu-se sujeita a pressões crescentes. Quando o Presidente Bill Clinton, dos EUA, chegou à cimeira, a 11 de Setembro, anunciou a suspensão da venda de armamento à Indonésia. O Reino Unido e a União Europeia fizeram anúncios semelhantes.

Em 11 de Setembro, a representante do Conselho de Segurança deslocou-se a Timor-Leste para observar de perto a situação real do povo. Em relação da visita da missão do Conselho de Segurança, o general Wiranto fez a sua viagem a Timor-Leste adiantadamente antes da chegada da missão do Conselho de Segurança. Esta visita do general tinha adiantada cujo objetivo de tranquilizar os seus militares no terreno. Em diante, a missão do Conselho de segurança chegou ao terreno encontrava-se numa situação relativamente calma e deu indicação de que forças Armadas Indonésias era capaz de manter a segurança, se assim o entendesse. Entretanto, A representante do Conselho de Segurança tinha chegado a Díli foi imediatamente reuniu-se com os funcionários da UNAMET e com os deslocados timorenses que se refugiavam no complexo dos funcionários da UNAMET. A missão voltou a Jakarta capital de Indonésia no final da tarde no mesmo dia, no momento em que o Conselho de Segurança se reunia em Nova Iorque para debater a situação em Timor-Leste. O encontro relâmpago durou quase muito tempo cujo objetivo reunir condições políticas para fazer uma intervenção internacional de carácter urgente e imediato. Assim, a

¹⁴⁷ Volume I, Chega-CAVR, 2005, p. 337.

comunidade internacional deu mais pressão ao governo de Soeharto para que a Indonésia deve respeitar a escolha a opção do povo de Timor-Leste. No dia 12 de Setembro, «*com a missão do Conselho de Segurança ainda em Jacarta*¹⁴⁸», o Presidente Habibie convocou uma reunião do seu Conselho de Ministros e no final dessa reunião, comunicou diretamente ao Secretário-Geral da Organizações das Nações Unidas (ONU) Kofi Annan e solicitou a ajuda das Nações Unidas para manter a ordem e a paz em Timor Leste e, urgentemente a seguir comunicar em todas canais de radio e televisivas nacionais e internacionais.

Segundo a entrevista conduzida no Porto, a 11 de Fevereiro de 2017, com Ximenes Belo, este disse-nos que a adesão em massa do povo timorense à consulta popular foi determinante. «*Se os timorenses votassem contra a hipótese da autonomia a comunidade internacional apoiaria uma possibilidade independente, desde que o povo se manifestasse abertamente, o que aconteceu.*¹⁴⁹» Ou seja, o referendo conjugou o aspeto interno (o próprio povo e a legalização da vontade popular) com o externo (o apoio da comunidade Internacional), que disse, se o povo já apoiou, então, vamos apoiar.

Uma das realidades da desadequação entre o previsto e a realidade a enfrentar no terreno era de que a UNAMET não tinha ordem, nem condições de carácter militar para atuar e intervir pelas violências cometidas pelos militares da Indonésia.

Conclusão.

- O acordo tripartido entre ONU, Indonésia e Portugal foi determinante para por fim a autodeterminação do povo de Timor-Leste que lutou pelo seu direito durante vinte e quatro anos.

- A intervenção da força internacional foi muito decisiva para por fim a violência por parte dos militares e milícias indonésias.

Contudo, não podemos esquecer os que protestaram o mandato da UNAMET questionando se poderíamos, sem uma ingenuidade perigosa, permitir que, sendo os resultados do referêndum deram favoráveis ao povo de Timor-Leste que optaram pela independência e à sua sequente separação da Indonésia, e os que votaram pela integração subscreveu tranquilamente a independência e a seguida separação Timor-Leste por parte da Indonésia que teve parte da Indonésia durante 24 anos.

¹⁴⁸ M. Ferro, 2005, p. 168.

¹⁴⁹ Entrevista Belo, Porto, 11 de Fevereiro de 2017.

**Tabela 2.3: Eventos Determinantes na Independência de Timor-Leste
– Do Acordo Tripartido à Independência**

Período: 1999-2002	Evento
5 de Maio de 1999	Acordo tripartido entre Portugal, ONU e Indonésia para a realização de uma consulta popular/referendo em Timor-Leste.
20 de Maio de 1999	Adesão em massa do povo de Timor-Leste na Consulta Popular supervisionada pela ONU.
11 de Junho de 1999	United Nations Mission in East Timor (UNAMET)
Setembro de 1999	Entrada da International Force in East Timor (INTERFET) para a normalização da situação dadas as violações dos Direitos Humanos cometidas pela Indonésia em Timor-Leste.
Fevereiro de 2000	Entrada da United Nations Transitional Administration in East Timor (UNTAET).
Agosto de 2001	Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL). Estabelecimento da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR).
Maio de 2002	Restauração da Independência de Timor-Leste.

Tabela do autor.

CAPÍTULO III.

O PROCESSO DE INDEPENDÊNCIA DE TIMOR-LESTE.

Neste capítulo são analisados a causa, o efeito e o resultado do processo da luta pela independência de Timor-Leste no âmbito da norma internacional. O povo de Timor-Leste provou ao mundo que o direito à autodeterminação de um povo é inalienável.

3.1. A independência de Timor-Leste e os constrangimentos da Guerra Fria.

No período pós-Guerra Fria as dinâmicas da política internacional sofreram profundas alterações. Estas foram especialmente significativas no caso da natureza dos conflitos.

No contexto das referidas alterações, ainda durante a Guerra Fria, mas especialmente depois desta, a governação e a protecção dos Direitos Humanos do povo de Timor-Leste tornou-se num assunto especialmente complexo. Enquanto, no período da Guerra Fria, a segurança e os Direitos Humanos do povo de Timor-Leste estavam dependentes da barganha (a *negociação*) geopolítica (especialmente nos anos 1970) e dos conflitos entre Estados, no pós-Guerra Fria as dinâmicas dos conflitos alteraram-se significativamente. Em 1975, após a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia (uma semana depois da declaração unilateral da independência de Timor-Leste), a natureza do conflito reposicionou-se na centralidade das relações intraestatais, ao mesmo tempo que os civis se tornavam, cada vez mais, vítimas das ações do governo indonésio e de infrações aos Direitos Humanos.

3.1.1. Declaração unilateral da FRETILIN sobre a independência no dia 28 de Novembro de 1975.

Em relação à conjuntura política na época da Guerra Fria, a Indonésia já tinha intenção de invadir o território de Timor, uma vez que o partido dominante era a FRETILIN, que abraçava uma ideologia comunista. Entretanto, influenciada pelo processo de descolonização à dimensão global, a FRETILIN antecipadamente declarava unilateralmente a sua independência.

Eis o texto da Declaração Unilateral da Independência de Timor-Leste, proclamada pela FRETILIN em 28 de Novembro de 1975.

«Encarnando a espiração suprema do povo de Timor Leste, e para salvaguarda dos seus mais legítimos direitos e interesses como Nação Soberana, o Comité Central da FRENTE REVOLUCIONÁRIA DE TIMOR LESTE INDEPENDENTE – FRETILIN – decreta e eu proclamo, unilateralmente, a Independência de Timor Leste, que passa a ser, a partir das 00H00 de hoje, a República Democrática de Timor-Leste, anti-colonialista e anti-imperialista.

Viva a República Democrática de Timor Leste !

Viva o Povo de Timor Leste Livre e Independente !

Viva a FRETILIN !¹⁵⁰»

O Comité Central da FRETILIN tomou esta decisão quando era eminente a invasão indonésia e acreditava que, ao deixar de ser um território colonial abandonado para

¹⁵⁰ Lian Maubere, (DEPIM-nº.1), 20 Maio 2014, p. 10.

passar a ser um Estado independente, a República de Timor-Leste haveria de merecer Maior atenção da comunidade internacional.

3.1.2. Nomeação de cinco timorenses pelo comité central da FRETILIN (CCF) em 3 de Dezembro de 1975.

A invasão de Timor-Leste pela Indonésia estava eminente, e os líderes da FRETILIN consolidaram a sua estratégia para enfrentar o invasor. O líder da FRETILIN, Nicolau Lobato, indigitou Marí Alkatiri para chefiar a delegação no exterior. No entanto, Marí Alkatiri recusou sair de Timor-Leste. Numa resistência contra uma força enorme é preciso disciplina. «*A vitória de Timor-Leste é uma questão de tempo, mas para atingirmos o objetivo temos de ser disciplinados, porque só a disciplina nos manterá juntos. Sem disciplina o Estado cai em ruína*», disse Nicolau Lobato.¹⁵¹» Marí Alkatiri continuou a resistir à ordem de Nicolau Lobato, com a seguinte argumentação: «*Começamos juntos, trabalhamos juntos e morremos juntos*». Nicolau Lobato respondeu-lhe de forma suave, na seguinte maneira: “*Começamos juntos, vamos continuar juntos mas não podemos morrer juntos.*”¹⁵²» A reivindicação de independência de Timor-Leste precisava de se difundir em todos os continentes. Assim sendo, a 4 de Dezembro de 1975, a FRETILIN escolheu uma delegação de cinco personalidades cuja missão era representar diplomaticamente o recém-proclamado Estado no estrangeiro, designadamente na Ásia, América, Europa e África. O objetivo era a divulgação e a difusão da independência de Timor-Leste. «*A José Ramos Horta, Marí Alkatiri e Rogério Lobato juntaram-se dois conterrâneos que tinham permanecido em Portugal desde meados de 1974, na casa de Timor em Lisboa, Roque Rodrigues e Abílio Araújo.*»¹⁵³» A FRETILIN optava, assim, por uma estratégia de internacionalização da luta do povo timorense, tentando criar redes diplomáticas com todos os países que defendem a democracia, a liberdade e a paz. Iniciativas de política externa foram lançadas em pontos críticos de decisão da comunidade internacional, designadamente nos Estados Unidos da América (EUA), e na ONU, nomeadamente junto do Conselho de Segurança (CSNU).

¹⁵¹ J. Ruas, Os Timorenses, 2015, p. 378.

¹⁵² Ibid, 2015, p. 378.

¹⁵³ Volume II, Chega-CAVR, 2010, p. 754.

«Marí Alkatiri representava a FRETILIN em Moçambique, José Ramos Horta nos Estados Unidos da América e na ONU, Roque Rodrigues em Angola, Abílio Araújo em Portugal e Europa e Rogério Lobato foi ministro da defesa no exterior.¹⁵⁴» Em 1976 assistiu-se à tentativa de difusão da independência de Timor-Leste, através de Abílio Araújo, nos «países socialistas da Ásia Oriental, designadamente, a República Popular da China, Coreia, Laos, Vanuatu.¹⁵⁵» Esses países da Ásia Oriental foram os primeiros a reconhecer a independência de Timor-Leste. Depois da independência da República de Vanuatu, em 1980, os líderes deste país isolado no Pacífico Sul, como Walter Lini e Barak Sope, comprometeram-se com a causa timorense nos fóruns internacionais, designadamente «nas Nações Unidas e pela da angariação fundos financeiros para o apoio de Timor-Leste, através do representante Abílio Araújo.¹⁵⁶»

3.1.3. O processo de Bandung: Indonésia numa situação contraditória

A Conferência de Bandung realizou-se entre 18 e 24 de Abril de 1955, na Indonésia. Nessa oportunidade reuniram-se representantes e líderes de 29 Estados asiáticos e africanos para discutir o destino de aproximadamente 1 350 milhões de pessoas.

A conferência foi patrocinada pela Indonésia, Índia, Birmânia, Sri Lanka e Paquistão, visando promover a cooperação cultural e económica afro-asiática e confrontar a atitude neocolonialista das duas superpotências, Estados Unidos e União Soviética, além de outros Estados influentes que exerciam o imperialismo, promovendo indiscriminadamente os seus próprios valores.

Os participantes desta conferência foram: Afeganistão, Birmânia, Cambodja, Ceilão, República Popular da China, Filipinas, Índia, Indonésia, Japão, Laos, Nepal, Paquistão, República Democrática do Vietname, Vietname do Sul e Tailândia (Ásia); Arábia Saudita, Iémen, Irão, Iraque, Jordânia, Líbano, Síria e Turquia (Médio Oriente); Gana, Etiópia, Egito, Líbia, Libéria e Sudão (África). A Maior parte destes países sofreu o processo amargo da colonização em todas as vertentes – económica, política e social – e da discriminação étnica praticada pelos colonizadores europeus junto das populações autóctones. De entre eles, o Japão era o único país industrializado.

O objetivo era discutir assuntos então fundamentais, como a influência negativa dos países ricos em relação aos pobres ou a prática de racismo, considerado um crime. Durante a conferência foi apresentada a ideia de desenvolver um tribunal de

¹⁵⁴ *Volume II, Chega-CAVR, 2010, p.754.*

¹⁵⁵ *Volume II, Chega-CAVR, 2010, p. 755.*

¹⁵⁶ *Ibid, 2010, p. 755.*

descolonização, que seria responsável por julgar os responsáveis pela prática de crimes contra a humanidade, nomeadamente os países colonizadores. Os representantes desses países fizeram igualmente uma declaração conjunta de não-alinhamento com a União Soviética.

Apesar de muitos assuntos terem sido abordados na conferência, apenas dez pontos se concertaram num único documento declarando e promovendo a paz e a cooperação mundial, com base na Carta das Nações Unidas.

Os dez princípios proclamados foram: «O respeito dos direitos fundamentais;

1. *O respeito pela soberania e integridade territorial de todas as nações;*
2. *O reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas;*
3. *A não intervenção e não ingerência nos assuntos internos de outros países (autodeterminação dos povos);*
4. *O respeito pelo direito de cada nação a defender-se individual e coletivamente;*
5. *A recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir os interesses particulares das superpotências;*
6. *A abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país;*
7. *A resolução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitradas por tribunais internacionais);*
8. *O estímulo aos interesses mútuos de cooperação;*
9. *O respeito pela justiça e pelas obrigações internacionais*¹⁵⁷».

A Indonésia, organizadora da Conferência de Bandung e supostamente pioneira na defesa dos direitos fundamentais de países terceiros em 1955, violou os princípios neles proclamados e acabou por invadir Timor-Leste em 1975, desrespeitando o direito de auto-determinação do seu povo. «Neste caso, deu mais razões fortes para a luta da independência de Timor-Leste.¹⁵⁸» «O povo de Timor-Leste tem o direito de autodeterminar o seu próprio destino, firmemente legitimado como princípio

¹⁵⁷ Conferência Ásia-África em Bandung/Indonésia em 1955, pp. 19-29.

¹⁵⁸ Austral: revista Brasileira de estratégia de relações internacionais, 2015, p. 119.

fundamental da vida internacional no processo da negociação do Tratado de Versalhes.¹⁵⁹» Perante estes princípios, uma das maiores dificuldades que se colocavam à comunidade internacional era a da identificação dos critérios que justificassem as pretensões dos povos à autodeterminação. Nesse processo, Timor foi um dos esquecidos, em parte devido ao contexto de Guerra Fria na Ásia.

3.1.4. Timor-Leste enquanto vítima da Polarização da Guerra Fria.

O 25 de Abril de 1974, em Portugal, e a subida ao poder das ideologias de esquerda, resultou num processo de descolonização que ainda não tinha sido feito por Portugal em Timor-Leste. Em simultâneo surgiu um momento crítico da Guerra Fria: «A vitória norte-vietnamita no Vietname, em Abril de 1975, e a quase simultânea derrocada dos regimes pró-EUA existentes noutros países da Indochina¹⁶⁰» designadamente Cambodja e Laos, provocando o receio, nos ocidentais e nos seus parceiros asiáticos, do alargamento de um avanço comunista que seria uma batalha pesada para travar.

Neste cenário, para os EUA e os seus aliados asiáticos a Indonésia representava uma zona estratégica fulcral para travar a proliferação comunista. Apesar de não-alinhada, a Indonésia, membro da Associação dos Estados do Sudeste Asiático (ASEAN), era um país anticomunista, com uma ação de liderança na região e cujo papel fundamental era o de unir os membros da Organização Islâmica. Dado o apoio que a Indonésia possuía no Sudeste Asiático e a conjuntura política da região à época torna-se mais fácil perceber a dificuldade da ex-potência colonizadora (Portugal) em divulgar e difundir internacionalmente a independência de Timor-Leste. Esses fatores deram maior vantagem à Indonésia para invadir Timor-Leste.

Em 1975 a Guerra Fria entre o Ocidente e a União Soviética tornou-se crítica, e até produziu um efeito negativo nas Nações Unidas, designadamente ao nível do Conselho de Segurança. Dada esta situação e a dificuldade na internacionalização do processo de independência de Timor-Leste no quadro da ONU, «Portugal levou a efeito uma série de negociações bilaterais com a Indonésia sobre a questão de Timor-Leste, no entanto já era tarde demais, e Portugal encontrava-se, de fato, incapacitado para influenciar a situação.¹⁶¹»

A situação que antecedeu a proclamação unilateral da independência revelava já as aspirações profundas do povo timorense a ser livre e a independente, mas surgiu,

¹⁵⁹ *Visões do mundo, as relações internacionais: J. Cravinho; 2002, pp. 99-100.*

¹⁶⁰ *Volume I, Chega-CAVR, 2010, p. 172.*

¹⁶¹ *Volume I, Chega-CAVR, 2010, p. 173.*

portanto, numa conjuntura política internacional de Guerra Fria, com a Austrália a inclinar-se a favor do regime fascista de Suharto. «*Um país democrático como os Estados Unidos da América acabou por dar à luz a invasão indonésia. Na altura o pensamento dominante era o da luta contra o comunismo*». A Indonésia aproveitou esta atmosfera e colocou a questão em termos de a FRETILIN ser comunista. Ainda de acordo com Roque Rodrigues, «a Indonésia não podia ter um Estado comunista na sua traseira¹⁶²». Foi muito hábil no relacionamento com primeiro-ministro australiano, Gough Whitlan, e convenceu a Austrália de que o melhor destino para Timor seria a sua integração. Se a Austrália tivesse defendido os direitos humanos do povo de Timor-Leste a Indonésia não teria invadido. A situação da Austrália tornou-se complexa, colocada perante um caso geopolítico regional de direitos humanos e a sua aliança com o bloco ocidental, e a visita do presidente norte-Americano, Gerald Ford, e do Secretário de Estado, Kissinger, a Suharto, no dia 6 de Dezembro de 1975, facilitou a tarefa do governo indonésio. No contexto da Guerra Fria a «*Austrália facilitou a invasão indonésia, e dificultou o reconhecimento pela comunidade internacional da independência de Timor-Leste, proclamada pela FRETILIN.*¹⁶³»

Existirem também outros fatores, entre os quais, muito provavelmente, a imagem que os próprios timorenses deram de si ao mundo, de divisão e fractura, da rutura do tecido social. Outro fator possível é o de não haver sociedade civil organizada. Também na Indonésia o regime ditatorial dificultava a afirmação dos movimentos democráticos, humanitários e de direitos civis.

Um elemento relevante pouco estudado é o dos problemas internos na Indonésia no período da invasão. 1974 ficou conhecido pela *Ketahan Nasional*, que significa *Defesa Nacional*: a luta política dos militares indonésios resultantes da disputa de influências entre os japoneses e Americanos que tinha dividido as Forças Armadas da República Indonésia (Angkatan Bersenjata Republik Indonésia - ABRI). Uma boa maneira de unificar a liderança e as fações militares na Indonésia seria encontrar um fator externo agregador. Uma invasão como a que decorreu no território Timor-Leste iria obrigar as forças armadas a juntarem-se, facilitaria a coesão e o trabalho de unificar as clivagens que havia no seio das ABRI. Então, Suharto e os seus generais decidiram pela invasão.

¹⁶² Roque Rodrigues, entrevistado no dia 20 de Maio de 2017, em Dili.

¹⁶³ Ibid, 2017, em Dili.

«Timor era um bom pretexto para unificar. Assim, acabaram as clivagens das forças armadas na Indonésia.»¹⁶⁴

3.1.5. Resolução da ONU condena a Indonésia em 12 de Dezembro de 1975.

A Organização das Nações Unidas (ONU) nasceu em 1945, após o final da II Guerra Mundial com os objetivos de assegurar a paz, manter a segurança internacional, incrementar a interação entre os países membros das Nações Unidas e fomentar a prosperidade social e direitos humanos. Todos os Estados signatários aceitaram a Carta das Nações Unidas como convenção de carácter internacional que determinaria os seus direitos e deveres.

Em relação à questão da independência de Timor-Leste, através da resolução n.º. 3485 (XXX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 12 de Dezembro de 1975, a ONU *«exorta o Governo da Indonésia a desistir de novas violações da integridade territorial do Timor Português e a retirar sem demora as suas Forças Armadas do território, a fim de permitir ao povo exercer livremente o seu direito à autodeterminação e independência.»¹⁶⁵* No fundo, a Assembleia-Geral das Nações Unidas tenta levar a Indonésia a deixar em paz o povo de Timor-Leste para que este pudesse decidir sobre o seu destino com toda a liberdade.

Em 22 de Dezembro de 1975, o Conselho de Segurança aprova a resolução n.º. 384 (1975) e *«exorta o Governo da Indonésia a retirar sem demora todas as suas forças do território.»¹⁶⁶*, Entretanto, o governo indonésio tenta a todo o custo impedir a visita da comissão das Nações Unidas liderada por Vittorio Guicciardi: fabricava o argumento de que as forças que estavam em Timor-Leste eram voluntários e não forças regulares, e até mostrava os locais onde não tinha concentrado os seus militares, o que levou a que a missão das Nações Unidas não tivesse sucesso.

De 1976 a 1982 nenhuma resolução aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas teve efeito visível sobre o Governo indonésio. No entanto, 1999 foi um ponto de viragem da política adoptada pelo governo indonésio, designadamente após a resolução do Conselho de Segurança n.º. 1236 (1999), de 7 Maio de 1999, sobre *«o acordo 5 de Maio de 1999 entre governo de Portugal, Indonésia e as Nações Unidas em relação a*

¹⁶⁴ Roque Rodrigues, Entrevistado em Dili, 20 de maio, 2017.

¹⁶⁵ P. Escarameia; 2001, pp. 112-113.

¹⁶⁶ P. Caraméia; 2001, p. 114.

*realização do referendo em Timor-Leste supervisionado pela ONU.*¹⁶⁷» O resultado da consulta popular, guiada pela ONU e que decorreu a 30 de Agosto de 1999, resultou numa esmagadora maioria de 78,5% a favor da independência.

3.2. Emergência da norma de autodeterminação (1980 – 1989).

A emergência da norma trata-se da persuasão através de atos normativos. Os atos normativos tentam levar uma massa crítica de Estados a aceitar as novas normas.

3.2.1. A norma de autodeterminação e a posição da Indonésia

Em 1978, a aniquilação das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) e a destruição total da sua estrutura pela Angkatan Bersenjata Republik Indonesia (ABRI) (Forças Armadas da República Indonésia) foram, do ponto de vista da Indonésia, um grande sucesso e uma vitória tranquilizadora.

Em resposta a esta campanha da Indonésia, em 10 de Junho de 1980, as FALINTIL levaram a cabo uma primeira revolta, escolhendo Dili e, como ponto principal do ataque, a «*Rádio e Televisão indonésia em Marabia.*¹⁶⁸» Durante dois anos, as FALINTIL dispersaram totalmente a sua estrutura devido à superioridade das forças indonésias. Entretanto, no fim do ano de 1979, os pequenos grupos que se encontravam dispersados foram reagrupados ou reorganizados, e o objetivo principal desta primeira revolta era o de mostrar ao mundo que «*a FRETILIN ainda existe.*¹⁶⁹» Esta revolta foi o ponto emergente da autodeterminação, no sentido em que revelou ao mundo que a luta da independência e a resistência ao invasor continuavam.

Na década de 80, a luta de Timor-Leste quase ficava apagada tanto no interior do país como no exterior. Por esta razão, a luta pela independência de Timor-Leste reorganizado e planeado pela «*FALINTIL, lideradas por Xanana Gusmão.*¹⁷⁰» De igual modo, no relatório da Comissão de Acolhimento Verdade e Reconciliação (CAVR) reforça-se a ideia de que a primeira sublevação contra as forças ocupantes de Timor-Leste teve como objetivo principal «*chamar a atenção da comunidade internacional.*¹⁷¹» As FALINTIL sabiam que «*o Embaixador dos EUA em Jacarta alertara o Governo de Suharto para o fato de este tipo de revolta não se poder*

¹⁶⁷ P. Escarameia; 2001, p. 129.

¹⁶⁸ Volume I, Chega-CAVR; 2010; p. 261.

¹⁶⁹ Volume I, Chega-CAVR; 2010; p. 264.

¹⁷⁰ Gusmão; 1994, Timor-Leste um povo, uma nação, p. 130.

¹⁷¹ Volume I, Chega-CAVR; 2010; p. 261.

*repetir.*¹⁷²» As Forças Armadas da República Indonésia ficavam revoltadas e sentiam-se inferiorizadas por estes desenvolvimentos. De seguida, os militares indonésios fizeram um grande cerco contra as FALINTIL, com capturas, intimidação da população e matança em todos os distritos. Os alvos principais das ABRI eram os «*elementos do Comité Central da FRETILIN, até as crianças.*»¹⁷³ Este cenário foi presenciado «*pelo Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), Catholic Relief Service (CRS) – organização não-governamental Serviço Católico de Assistência, sediada nos Estados Unidos da América – e Palmerah Indonésia (PMI).*»¹⁷⁴ Estas instituições assistiram ao genocídio em Timor-Leste, designadamente fazendo a monitorização de prisioneiros, reportando desaparecimentos e providenciando assistência médica e apoio alimentar.

3.2.2. Contestação da posição indonésia por Xanana Gusmão:

(a) Reagrupamento das Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL) em 1981.

Depois da destruição da base de apoio popular à resistência armada pelos militares indonésios, Xanana Gusmão tomou a iniciativa de agregar todos os guerrilheiros e a rede clandestina no território de Timor-Leste. Xanana Gusmão reorganizou as FALINTIL e a FRETILIN e relançou uma longa luta armada contra os militares indonésios com o apoio do povo e da igreja católica timorense.

Respondendo à questão sobre qual o ponto decisivo para a viragem, na entrevista que conduzimos a 28 de Outubro de 2017, Xanana Gusmão afirmou ter sido «*a mudança da nossa política de Esquerda para uma política de acompanhamento da conjuntura política internacional dos anos 80 em diante*»¹⁷⁵. Em 1986 opta-se pela despartidarização por um conceito de UNIDADE NACIONAL, que não exigia a nenhum timorense a adesão à FRETILIN para poder lutar em conjunto pela independência de Timor-Leste. Bastava-lhe assumir a causa da libertação da pátria. Este foi o fator determinante, uma vez que, em 1974, o povo de Timor-Leste passava mal, nomeadamente devido à fome e à guerra civil entre timorenses por não se entenderem uns aos outros, o que acabou por levar à invasão pela Indonésia em 1975.

Portanto, «*a invasão de Indonésia também foi um dos fatores mais importantes, por obrigar os timorenses a tornarem-se mais nacionalistas e a fazer a revolução, a partir*

¹⁷² Volume I, Chega-CAVR; 2010, p. 261.

¹⁷³ Volume II, Chega-CAVR; 2010, p. 854.

¹⁷⁴ Volume I, Chega-CAVR; 2010, pp. 256-257.

¹⁷⁵ Gusmão, Entrevistado em Lisboa, 2017.

*do início de 1976, contra o invasor indonésio; também esse foi um ponto de viragem.*¹⁷⁶»

(b) Xanana Gusmão-reorganização da resistência interna e contactos com representantes no exterior em 1983.

A reestruturação da resistência interna visou constituir «*uma organização cívica de carácter político, apartidária, que tentaria ser a resposta, independente e de peso, às questões cruciais da vida nacional.*¹⁷⁷»,

Xanana encontrou-se com o bispo Dom Martinho Lopes e explicou os seus pensamentos. Depois, dialogou com Mario Carrascalão para tentar perceber melhor a via da social-democracia e da democracia liberal. Dom Martinho Lopes foi um grande promotor da nova ideia de unidade e da explicação, a todo mundo, de que os timorenses lutavam em conjunto pela Independência. Foi crucial na conciliação, no exterior, dos líderes dos dois partidos rivais, designadamente FRETILIN e UDT, e na criação de uma plataforma de unidade nacional.

Em Laline, em 1981, Xanana Gusmão lidera uma conferência nacional para a reorganização da estrutura dirigente e das redes clandestinas armadas. No mesmo ano envia um documento formal a Ramos Horta cujo objetivo era «*reorganizar a luta da independência de Timor-Leste no exterior.*¹⁷⁸»

(c) Promoção do diálogo com a ONU a partir de 1983.

«A nossa afirmação externa dependia muito da nossa frente diplomática», afirma Xanana Gusmão. «Na conjuntura do tempo da guerra fria a política timorense foi desfavorecida, por isso era preciso de mudar a nossa posição no sentido de não sermos marxistas e leninistas, mas antes independentistas, de fazer renascer a nossa visão política.¹⁷⁹» A ideia independentista ganha apoios significativos na ONU. O seu Secretário-Geral, Kofi Annan, foi crucial nas discussões, votações e decisões sobre a questão de Timor-Leste, o que se revelou decisivo no momento do estabelecimento de conversações. Em 1983, Xanana entrega um Plano de Paz ao Coronel Purwanto, com destino a Jacarta. Este plano, que seria implementado em 1999, sustentou uma luta timorense que, por essa altura, não conseguia receber apoio exterior em termos de armamento. A vertente negocial complementou e apoiou a luta armada.

¹⁷⁶ Ibid, Lisboa 2017.

¹⁷⁷ Gusmão, 1994, p. 112.

¹⁷⁸ Gusmão, 1994, p. 111.

¹⁷⁹ Gusmão, entrevistado 28 de Outubro de 2017.

Da década de 90 em diante as FALINTIL reduzem drasticamente o seu contingente armado. Será que este fator também foi determinante para a futura independência de Timor-Leste? Do ponto de vista de Xanana «a guerrilha contribuiu de forma fenomenal para a questão de Timor-Leste». A estratégia de raids retirava margem de manobra ao inimigo e servia para mostrar ao mundo que, em Timor-Leste, se continuava a combater o regime de Suharto.

E qual a importância das visitas do Papa João Paulo II e de Nelson Mandela ao então Comandante Xanana Gusmão. A visita do Papa João Paulo II ajudou bastante a causa. Ficou clara que noventa e cinco por cento do povo timorense era católico praticante e mostrou-se ao Papa que a guerra não estava apenas na montanha, mas também nas cidades.

No cenário internacional o processo da independência de Timor-Leste estava a ganhar uma boa imagem quando, em 1983, quando Xanana Gusmão realizou conversações com o coronel Purwanto de Indonésia. Os resultados da nossa conversa foram os seguintes:

«em primeiro lugar a guerra contra o invasor (Indonésia) era uma guerra entre família, mas tinha o seu sentido próprio; em segundo lugar mostrámos a determinação em atingir o nosso objetivo, que era a independência; finalmente, mostrámos que já tínhamos ligações no exterior, e que as frentes clandestinas tinham conseguido levarem as nossas mensagens para os representantes de Timor-Leste e que estes a divulgavam lá fora.¹⁸⁰» Com as conversações, Xanana conseguiu levar o inimigo a aceitar sentar-se com guerrilheiros e tirar fotos conjuntas, que enviou para os representantes da resistência no exterior. Quando essas fotos chegaram aos *media* estrangeiros e aos defensores dos direitos humanos os militares indonésios assustaram-se, pois elas desmontavam a propaganda indonésia, segundo a qual os guerrilheiros eram apenas um pequeno grupo que estava no mato a roubar e matar as populações. Era verdade que a Resistência consistia, basicamente, num grupo de apenas cinquenta guerrilheiros descalços que pediam igualdade de direitos e que lutavam por isso contra a máquina militar indonésia, mas ela tinha uma liderança, objetivos e ações concretas de forma a atingir o objetivo da independência, nomeadamente depois da reorganização de 1981, feita a partir de Laline (Distrito Manatuto-Timor).

Em 1982, Xanana «entregou ao Bispo Dom Martinho Lopes todos os documentos com os resultados da conferência de Laline sobre a reorganização da luta pela

¹⁸⁰Gusmão, entrevistado no dia 28 de Outubro de 2017.

autodeterminação a independência de Timor-Leste»¹⁸¹. O Bispo Dom Martinho Lopes levou estes documentos para fora e fez um trabalho extraordinário, principalmente, a divulgar e denunciar a questão de Timor-Leste para que se pudessem encetar as conversações supervisionadas pela ONU.

(d) Conselho Nacional de Resistência Timorese (CNRT) em 1986.

Conselho Nacional da Resistência Timorese, conhecido pelas siglas de CNRM substituído por CNRT, foi uma plataforma única que abraça todos timorese independentistas e integracionistas que dedicar e resistir à ocupação indonésia de 1975 a 1999.

Em março de 1986, «o partido *Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (Fretilin)* e o partido *União Democrática Timorese (UDT)* tornaram a coligação¹⁸²» e essa coligação deu-se o nome Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) e escolhido Xanana Gusmão líder da resistência, e deu o seu apoio total as Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor-Leste (FALINTIL) em 1988.

Os avanços na «construção da unidade nacional só realizarem claramente por via da Convenção Nacional sobre a luta da independência de Timor-Leste em Peniche-Portugal, Abril de 1998.¹⁸³» Nesta convenção foram conseguidos mutual compreensão do avanço políticos determinantes entre. O resultado desta convenção tinha dado os resultados importantes seguintes; primeiro, foi constituído o Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT), composto por todos partidos políticos como UDT, FRETILIN, KOTA, APODETI e Trabalhista, Igreja Católica e organizações independentes. Segundo lugar, O acordo de mutual compreensão de nomear Xanana Gusmão como líder máximo e mais tarde eleito como Presidente do Conselho Nacional da Resistência Timorese (CNRT) e tinha sido dois vice-presidentes do CNRT, designadamente vice-presidente José Ramos Horta no exterior e Mario Viegas Carrascalão vice-presidente do CNRT clandestinamente no interior de Timor-Leste. E terceiro lugar, a palavra “Maubere” é sinónimo de Fretilin e raízes revolucionárias considerado pela UDT e por esta razão substituído por termo Timorese.

¹⁸¹ Ibid, Lisboa, 2017

¹⁸² Mattoso, 2005, p. 127.

¹⁸³ Mattoso, 2005, p. 139.

O CNRT constituído por três órgãos, nomeadamente a Comissão Política Nacional, o Conselho Executivo, e a Comissão de Jurisdição e Controle. A Comissão Política Nacional liderado pelo Xanana Gusmão; enquanto, o Conselho Executivo responsabilizado pelo José Ramos Horta. Dentro da Comissão Política Nacional foram também representantes da igreja católica e os independentistas, enquanto no Conselho Executivo foi constituído pelos partidos políticos e não políticos, enquanto Comissão de Jurisdição e Controle pelos técnicos profissionais. O presidente de CNRT escolheu 22 pessoas como representantes no exterior e 12 pessoas foram representantes no interior do país.

Em maio de 1998, o ex-presidente Hadji Mohamed Suharto demitiu-se e substituiu-se pelo presidente Bacharuddin Jusuf Habibie. A demissão de Suharto deu maior vantagem a Timor-Leste autonomia alargada, e abriu caminho para o referendo em Timor-Leste. O cenário acima referido deu mais uma razão ao presidente do CNRT para consolidar a sua liderança e fortificar a diplomacia externa para alcançar o referendo.

3.2.3. Carta do Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo à ONU, em 1989.

Em momento oportuno, o plano foi avançado pelo Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, em 1989, em carta eloquente ao Secretário-Geral das Nações Unidas, da seguinte forma:

«I am taking the liberty of writing to your Excellency to let you know that the decolonization process in Portuguese Timor still has not been resolved by the United Nations, and that this issue should not be forgotten. For us, the people of Timor, I would like to ask that you begin the decolonization process in Timor in the most normal and democratic way: by realizing a referendum. The people of East Timor must be heard by way of a plebiscite regarding their own future. Until now, the people have not been consulted; it is others who speak in their name. Indonesia says that the people of Timor has chosen integration, but the Timorese themselves have never said so. Portugal thinks that time will bring a solution to the problem. Meanwhile, we are dying, as a people, and as a nation.¹⁸⁴»

¹⁸⁴ David Webster *estudos portugueses revisão 11 (1); 2003, pp. 1-28.*

Esta carta mostrou que a Igreja se encontrava firmemente do lado da autodeterminação. O Secretário-geral das Nações Unidas, Pérez de Cuellar, nunca respondeu, mas o apelo para um referendo tornou-se num dos elementos mais proeminentes na campanha no exterior por exilados timorenses e grupos de solidariedade. A carta tornou-se um documento decisivo para a reformulação dos termos do debate sobre a questão de Timor Leste. Nos anos posteriores, ela continuou a ser um ponto de referência para uma solução aceitável.

O papel da igreja católica era crucial. Após a anexação indonésia, a igreja tornou-se a única instituição independente e com suficiente liberdade de acção para, em Timor-Leste, controlar e acompanhar as atitudes dos militares indonésios, oferecendo um espaço para a dissidência e a afirmação da identidade timorense. «A fé católica do povo é uma espécie de símbolo de união, é uma forma de expressar o fato de serem timorenses.¹⁸⁵» Apesar disso, o Vaticano recusou-se a colocar Timor-Leste sob a autoridade da Conferência Episcopal da Indonésia.

Em 1981, o dialeto tétum foi aprovado para uso em missa em Timor-Leste. A imagem do testemunho, de uma igreja em pé com as pessoas a revelarem ao mundo o seu sofrimento através dela, tornou-se um símbolo primordial da identidade timorense, ao longo de 24 anos. Era também através da Igreja que se recebia informação do exterior.

CAPÍTULO IV.

Da emergência normativa à cascata da norma de autodeterminação entre 1989 e 1997

4.4.1. Visita do Papa João Paulo II em 1989: consolidação da emergência normativa

A visita do Papa João Paulo II a Timor Leste, no dia 12 de Outubro de 1989, «contribuiu para a busca da autodeterminação de Timor-Leste,¹⁸⁶» e foi um ponto de viragem da difusão normativa. Esta visita coloca a questão da independência de Timor-Leste no mapa mundial. A religião católica é parte da identidade do povo timorense, do qual 95% é católico. O momento da chegada do Papa João Paulo II foi de grande alívio e alegria para muitos habitantes do território cercado. Tratou-se também de um momento histórico, na medida em que foi a única visita de um chefe de Estado a Timor Leste durante todo o período da ocupação indonésia.

¹⁸⁵ *Entrevista Bispo Ximenes Belo, Porto, 11 de Novembro de 2017.*

¹⁸⁶ Volume II, *Chega, CAVR, 2010, p. 746.*

O Papa João Paulo II sublinhou, durante a sua visita a Timor-Leste, que «o respeito pelos direitos humanos torna a vida mais humana.¹⁸⁷» A visita da sua santidade a Timor-Leste foi profundamente apreciada e motivo de orgulho pelo povo de Timor-Leste por uma razão bastante sentida: o papa não visitou apenas a Indonésia, mas também Timor-Leste, que a Indonésia considerava como parte integrante do seu território, dando ao povo enorme esperança.

Na homilia durante a missa em Taci Tolu, o Papa «desejou que o povo de Timor-Leste pudesse viver de harmonia com seus próprios princípios, costumes, línguas, cultura, tradição e religião.¹⁸⁸» Depois disso, achou ainda necessário mandar chamar ao Vaticano um jornalista da Rádio Renascença para reafirmar esse desejo, e revelar que rezava todos os dias «pelos vítimas do sofrimento que se abatia sobre o povo.¹⁸⁹» Acerca do problema político da autodeterminação do povo de Timor-Leste, o Papa afirmou que ele deveria ser tratado noutra instância, no quadro das Nações Unidas, e expressou o desejo de ver defendidos «os princípios da justiça, dos direitos humanos e as questões nacionais de Timor-Leste» (Volume II, Chega, CAVR, 2010, 767).

4.4.2. Manifestações dos estudantes de Timor-Leste em Indonésia: difusão para a sociedade civil e ONG's (1990)

Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL) criaram primeira rede de contactos com activista dos direitos humanos em Jakarta capital de Indonésia, em 1980. Os estudantes contribuíram a sua luta pela independência de Timor-Leste por via das manifestações pacíficas sucessivamente em java.

O seu primeiro envolvimento juntamente com os movimentos “*O líder da activista dos direitos humanos de indonésia chamado Nugroho Katjasungkana falou a sua Comissão sobre o empenho dos ativistas indonésios em deporem o regime corrupto e injusto de Soeharto, durante a década de 1980.*”¹⁹⁰ Relembrando a participação dos ativistas timorenses nessas acções, observaram de que, a participação dos ativistas timorenses na luta pela democracia na Indonésia precedeu a participação dos indonésios na luta pela autodeterminação de Timor-Leste.

As manifestações dos estudantes timorenses em Jakarta na capital de Indonésia tornaram-se emergente na difusão do processo da pró-democracia na Indonésia e os

¹⁸⁷ Volume II, Chega, CAVR, 2010, p. 747.

¹⁸⁸ Volume II, Chega, CAVR, 2010, p. 746.

¹⁸⁹ F. Durand, 2004 apud José Mattoso, 2005, p. 147.

¹⁹⁰ Volume II, Chega, CAVR, 2010, 808.

timorenses foram muitas vezes vista em manifestações realizadas a pedir mudanças na Indonésia, durante a década de 1990. Anteriormente, os ativistas de direitos humanos indonésios empenhados com as suas próprias prioridades em prol da democracia, e desconhecidos da luta da independência de Timor-Leste, acabaram pouco a pouco por identificar o problema de Timor Leste com a causa de raiz dos seus próprios problemas, que foi o regime da «Nova Ordem de Soeharto.¹⁹¹»

Em vários pontos estratégicos das cidades da Ilha de Java formaram-se grupos indonésios de apoio à autodeterminação de Timor-Leste, sobretudo após o Massacre de Santa Cruz. Nos anos 1991, em Jacarta, várias organizações não governamentais formaram o Comité Conjunto para a Defesa de Timor-Leste, designadamente, constituído por «(*Forum Solidaritas Rakyat Timor Lorosa'e, fórum solidariedade ao povo de Timor-Leste*). Em 1995, em Jacarta, era constituída a *SPRIM (Solidaritas Perjuangan Rakyat Indonesia untuk Maubere, Solidariedade Popular pela Luta Maubere)* e, em 1997, a *Solidamor (Solidaritas untuk Penyelesaian Damai Timor Timur, Solidariedade com uma Solução Pacífica para Timor Leste)*. Em 1998, em Kupang, os activistas estudantis universitários e as ONG formaram o *Forsolidareste (Forum Solidaritas Timor Leste, Fórum de Solidariedade com Timor-Leste)*. Os defensores dos direitos humanos indonésios e os ativistas timorenses consideravam a democratização da Indonésia como um salto qualitativo prévio para a autodeterminação de Timor-Leste. Um activista e membro da organização de solidariedade *SPRIM* chamava Wilson B. Nurtias, afirmou que os povos da Indonésia e de Timor-Leste eram “passageiros no mesmo navio, enfrentando os mesmos piratas.¹⁹²»

4.4.3. Início da cascata normativa em Portugal e na CPLP (1991).

O papel de Portugal foi importantíssimo e insubstituível em todo processo da independência. «*Portugal foi sempre o representante e porta-voz legítimo de Timor-Leste*», segundo Constâncio Pinto.¹⁹³ Embora Portugal não tenha cumprido os seus deveres como potência colonizador, não abandona Timor-Leste como a Espanha fez, por exemplo, no Sahara Ocidental. Portugal manteve a sua responsabilidade moral, acompanhou e lutou ao lado dos timorenses até a independência de Timor-Leste.

¹⁹¹ Volume II, *Chega, CAVR, 2010, 811-812.*

¹⁹² Volume II, *Chega, CAVR, 2010, pp. 804-812.*

¹⁹³ *Entrevistado a 16 de Novembro de 2017, em Dili, Timor-Leste.*

Portugal foi fundamental no movimento de solidariedade internacional com Timor Leste. Para o melhor e para o pior, Portugal foi o veículo diplomático da vontade dos timorenses em se autodeterminarem, como, aliás, lhe competia enquanto potência administrante. Desde o momento da invasão, em 1975, até ao referendo de 1999, Portugal envolveu-se nos esforços diplomáticos para ser encontrada uma solução justa e juridicamente válida do caso, denunciando a ocupação, as violações grosseiras e em larga escala dos direitos humanos fundamentais, e a invalidade da apropriação dos recursos naturais de Timor-Leste.

Ao longo dos 24 anos da luta de Timor-Leste «houve organizações de solidariedade em Portugal, tal como a Paz é Possível e tanto outros grupos parlamentares, assim como a comissão eventual para o acompanhamento da situação de Timor-Leste.¹⁹⁴» Portugal batalhou em Genebra, na Comissão de Direitos Humanos, para conseguirem um projeto de resolução condenando a situação de violação de Direitos Humanos em Timor-Leste. A intervenção de Portugal, por via da delegação portuguesa em Genebra, liderada por Ana Gomes, cumpriu a orientação política do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso para que se usasse «a linguagem atómica.¹⁹⁵» com os membros da União Europeia: se estes não votassem a favor da resolução sobre Timor-Leste, Portugal ia abandonar as outras resoluções sobre Cuba, o Irão e o Iraque. No dia seguinte houve a primeira grande votação na Comissão de Direitos Humanos, onde a resolução passou com uma larga margem contra a violação dos Direitos Humanos cometida pela Indonésia em Timor-Leste. Com o processo da cascata normativa, Portugal conseguiu convencer os seus aliados entre os estados-membro da União Europeia a apoiar a independência de Timor-Leste.

A entrada de Portugal para a Comunidade Europeia deu a «possibilidade jurídica de vetar permanentemente qualquer iniciativa de reconhecimento europeu da anexação.¹⁹⁶» O país tinha-se tornado membro da Comunidade Europeia em 1986 e, sob pressão do movimento de solidariedade não-governamental, essa nova condição foi usada para a internacionalização sustentada do problema de Timor-Leste.

Também a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP) concertou políticas e esforços na luta para a libertação de Timor-Leste e a afirmação da Independência do País.

¹⁹⁴ Bessa, Mendes, Pereira, Mónica Ferro, 2004, p. 11.

¹⁹⁵ Bessa, Mendes, Pereira, Mónica Ferro, 2004, p. 12.

¹⁹⁶ Benedict Anderson; 2000, p. 6.

Timor-Leste, invadido e ocupado pela Indonésia e bloqueado pela Austrália, viu-se impedido de exercer a sua autodeterminação e a afirmação da sua soberania durante mais de duas décadas, nas quais foi dizimado mais de um terço da sua população. Fato que a história contemporânea regista com profundo pesar, assim como os próprios timorenses. Não se pode subestimar a importância que a CPLP tem para os seus membros. Este é um fórum multilateral privilegiado para o aprofundamento das suas relações sociais, culturais e políticas através da cooperação e da concertação política e diplomática nos fóruns internacionais, que visa a consolidação desses Estados e a prossecução dos seus objetivos nacionais.

A relação entre Timor-Leste e a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi desde sempre muito estreita. Este jovem país de língua portuguesa situado no Sudeste Asiático sempre contou, desde os tempos da resistência à ocupação indonésia, com o apoio e solidariedade da CPLP. Da resenha histórica deste relacionamento que é agora recordado, tem grande significado a importância que representa a Comunidade para Timor-Leste e a janela de oportunidades que esta jovem Nação pode representar para os Estados membros da CPLP.

Em 1996 deu-se, assim, o início do processo da difusão da cascata normativa, quando, pela primeira vez, os Chefes de Estado e de Governo da CPLP receberam, no decurso da primeira Conferência, uma delegação da Comissão Coordenadora da Frente Diplomática da Resistência Timorense, que teve a oportunidade de intervir, expondo «*as preocupações pela situação prevalecente em Timor-Leste e a sua luta pela liberdade e dignidade do Povo timorense, designadamente pelo exercício do seu direito inalienável à autodeterminação.*¹⁹⁷» A reação dos então Chefes de Estado e de Governo da CPLP foi no sentido de afirmar a sua firmeza em promover acções concertadas com o intuito de garantir o respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais no território e a obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão de Timor-Leste, no pleno respeito pelos legítimos direitos e aspirações do seu Povo, em conformidade com o Direito Internacional. Dois anos volvidos, em 1998, durante a reunião do Conselho de Ministros da CPLP em Cabo Verde, Timor-Leste foi formalmente admitido com o estatuto de observador convidado. No ano seguinte, em 1999, momento marcado pelas negociações entre Portugal e a Indonésia,

¹⁹⁷ *Embaixador de Timor Leste em Lisboa-Portugal, 2008, pp. 7-8).*

sob a égide da ONU, para a realização do referendo sobre a questão de Timor-Leste, e posteriormente pelo resultado do referendo e decisão do Povo timorense pela Independência, os Governos dos Estados-membros da CPLP já tinham expressado o seu total apoio ao processo, mobilizando uma missão de observação eleitoral, composta por quadros que integrariam a Missão das Nações Unidas em Timor-Leste (UNAMET), por forma a garantir o êxito da consulta popular.

4.4.4. Massacre de Santa Cruz.: um novo ponto de viragem no processo da difusão normativa (1991).

O Massacre de Santa Cruz foi um ponto de viragem da luta da independência de Timor-Leste. Os jovens e estudantes mostraram a sua firmeza e determinação ao organizar a demonstração, para o mundo, da sua total rejeição à ocupação indonésia. O Massacre de Santa Cruz motivou bastante, designadamente, «a Resistência Nacional dos Estudantes de Timor-Leste (RENETIL) e a Frente Estudantil Clandestina de Timor-Leste (FELECTIL) influenciaram muito a luta de autodeterminação da independência de Timor-Leste tanto os estudantes resistiram na Indonésia como no interior de Timor-Leste;¹⁹⁸» que levaram a efeito uma «manifestação de protesto junto ao gabinete do representante da ONU em Jacarta para apelar aos decisores mundiais em relação da questão de Timor-Leste.¹⁹⁹ »

«Media é como arma sofisticada, que não mata a humanidade fisicamente, mas pode matar a humanidade politicamente e psicologicamente.²⁰⁰» A divulgação das informações é como bomba atómica que pode matar os seus adversários políticos da guerra. Portanto, não há guerra no mundo sem informação e muitos países que ganharam a guerra por causa sabe utilizar e gerir meios de comunicação. Assim sendo, quem domina a media e informação pode trazer maior vantagem ao seu favor. O processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste foi o contributo maior por parte de media e informação que tinha internacionalizando da vitória da independência de Timor-Leste. Através de media e comunicação social que tinham de convencer a comunidade internacional e Timor-Leste receba muito apoio e simpatia de comunidade internacional, e por outro lado, desmente a propaganda falsas por parte do

¹⁹⁸ Carlos Saky, Renetil iha Luta Libertação Timor-Leste, Antes Sem Título, Do Que sem Pátria, 2014, pp. 143-157.

¹⁹⁹ Volume II, Chega, CAVR, 2010, p. 814.

²⁰⁰ Carlos Saky, RENETIL Iha Luta Libertação Timor-Lorosaé, Antes Sem Título, Do Que Sem Pátria, 2014, p. 177.

governo de Indonésia que tinha espalhada aos seus cidadãos e a comunidade internacional.

Os *media* internacionais foram decisivos na divulgação da matança dentro do cemitério de Santa Cruz, nomeadamente através do jornalista britânico Max Stahl. As imagens do massacre despertaram a comunidade internacional e espalharam-se rapidamente pelo mundo fora «provocando um reforço impressionante das acções de solidariedade.²⁰¹» Jornalistas internacionais e ONG's estrangeiras deslocaram-se a Timor-Leste para testemunhar de perto as violações dos direitos humanos. Essa presença foi fundamental para fornecer informações fidedignas à opinião pública mundial durante os meses e anos até à chegada das forças da ONU.

No fundo, o massacre chamou as atenções da comunidade internacional e para a questão global da ocupação indonésia de Timor-Leste, o que constituiu uma catástrofe para a Indonésia, em termos de relações públicas.

4.4.5. Aprisionamento de Xanana Gusmão e as implicações internacionais em 1992.

Xanana Gusmão, comandante das FALINTL, foi capturado em Novembro de 1992. A capturação de Xanana Gusmão pela força Indonésia foi absolutamente ilegal, tal como a anexação indonésia de Timor-Leste, como tem dito no «*dia 12 de Dezembro de 1975, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprova uma resolução [res. 3485 (XXX)], afirmando o direito do povo de Timor à autodeterminação, exigindo que a Indonésia retirasse as suas forças imediatamente do território e reconhecendo Portugal como a potência administrante do mesmo.*²⁰²» Ao mesmo tempo, o artigo 297.º da constituição Portuguesa vem defender a questão de Timor-Leste de seguinte: «*Portugal continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste.*²⁰³»

O governo indonésio julgou e condenou Xanana Gusmão a prisão perpétua; no entanto, continuou a assegurar a liderança a Resistência a partir da prisão de Cipinang, em Jacarta, surgindo assim mais um ponto determinante na difusão da cascata normativa, com a resistência timorense a alargar as iniciativas diplomáticas, baseadas numa disponibilidade incondicional para o diálogo com a Indonésia. «A comunidade internacional continuou a reconhecer Xanana Gusmão como líder e figura incontornável

²⁰¹ Volume II, *Chega*, CAVR, 2010, pp. 1110-1119.

²⁰² P. Escarameia, *Reflexões sobre Temas de Direito Internacional, Timor, a ONU e o Tribunal Penal Internacional*, 2001, p. 21.

²⁰³ Nuno Rocha, *Timor 27.º Província da Indonésia*, 1987, p. 221.

da resistência timorese na busca de uma solução pacífica.²⁰⁴» O aprisionamento de Xanana Gusmão justificava-se, para o Governo indonésio, como sendo a de um líder da separatista. A pressão psicológica por parte dos militares indonésios a Xanana Gusmão foi enorme, designadamente «obrigando Xanana Gusmão a escolher para seu advogado de defesa um indonésio, e forçando-a o fazer declarações falsas.²⁰⁵» Xanana Gusmão Foi acusado pelo governo indonésio de traição, ao abrigo do disposto no «artigo 106º do Código Penal indonésio.²⁰⁶» Na verdade, Xanana tinha sido e continuava a ser o líder da resistência do povo de Timor-Leste.

A prisão de Xanana também foi bastante importante para a questão de Timor, nomeadamente ao facilitar a transmissão de informação de interior para o exterior, de guerrilheiros para a rede clandestina. A rede conseguia comunicar com Xanana, na prisão, e depois transmitir as orientações políticas para fora, e vice-versa.

Em Junho de 1997, Nelson Mandela, Prémio Nobel da Paz, fez uma visita oficial a Jacarta. Mandela agradeceu ao presidente Suharto o apoio que lhe tinha dado durante a luta contra o *apartheid*, mas a vertente emocional de Timor-Leste intromete-se quando Mandela faz uma declaração pública a pedir a libertação de Xanana. «Disse que Xanana era um combatente como ele e um grande lutador pela liberdade. O pedido de um encontro com Xanana era já no sentido de reconhecer que Timor-Leste tinha um líder que estava preso e que esse líder precisava de ser libertado para se poder resolver o problema politicamente²⁰⁷». No processo de difusão em cascata da norma passa-se, então, ao isolamento da posição da Indonésia e a um fortalecimento de Portugal, em plano arranque para a independência de Timor-Leste.

4.4.6. A viagem do «Lusitânia Expresso»: rumo à cascata normativa em 1992

Na sequência do Massacre de Santa Cruz, em Dili, 12 de Novembro de 1991, o responsável da missão «Paz em Timor", que há 25 anos tentou levar ativistas a Timor-Leste a bordo do 'ferryboat' *Lusitânia Expresso*, considerou que o objetivo de garantir

²⁰⁴ Chega, Volume II, CAVR, 2010, p. 770; e Mattoso, *A dignidade, Konis Santana e a Resistência Timorese*, 2005, pp. 282-283.

²⁰⁵ Chega, Volume III, CAVR, 2010, pp. 1783-1784.

²⁰⁶ Chega, Volume III, CAVR, 2010, p. 2068.

²⁰⁷ *Entrevistado Bispo Ximenes Belo, Porto, 11 de Novembro de 2017.*

a atenção mediática internacional para a causa timorense foi «plenamente alcançado.²⁰⁸»

O objetivo desta viagem era «levar flores ao cemitério de Santa Cruz e chamar a atenção do mundo para a questão da independência do povo de Timor-Leste, que tinha sido esquecida pela comunidade internacional ao longo de muitos anos.²⁰⁹» Todo o projeto foi pensado como uma ação de impacto mediático, liderado pelo Rui Marques e englobando 150 pessoas de diferentes nacionalidades.

Dentro do *Lusitânia Expresso* «seguiam jornalistas, homens de rádio e de televisão (RTP), com as bandeiras de muitos países e a das Nações Unidas içadas no navio, ilustrando o espírito internacional desta missão de paz.²¹⁰» Uma missão de paz num cenário de guerra, pois que o *Lusitânia Expresso* era sobrevoado por aviões e helicópteros e cercado por navios de guerra indonésios.

A 11 de Março de 1992 o 'ferryboat' foi impedido de prosseguir em direção a Dili por quatro navios da marinha de guerra indonésia.

O momento ficou marcado na memória dos participantes. Ao amanhecer do dia 11, um dos navios que se aproximara do *Lusitânia Expresso* estabeleceu comunicação, anunciando: Este é Papa Kilo Alfa India. Navio de guerra indonésio. Estão agora em águas territoriais indonésias.

Com mais de uma centena de jornalistas, estudantes e individualidades a bordo, entre elas o ex-Presidente da República Portuguesa, António Ramalho Eanes, o *Lusitânia Expresso* acabaria por regressar à Austrália depois de Rui Marques ter decidido que era a única forma de as imagens do bloqueio da marinha indonésia serem divulgadas internacionalmente. O processo da difusão da norma emergente para a cascata da norma foi plenamente alcançado através dos canais internacionais em todo mundo. As violações dos direitos humanos cometidas pela Indonésia continuaram a despertar a atenção da comunidade internacional.

4.4.7. Assaltos às embaixadas de países ocidentais em Jacarta 1994 – 1997.

Na década de 1990, os jovens e estudantes traçaram estratégias bem diferentes para, através das embaixadas ocidentais sedeadas em Jakarta, com o objetivo

²⁰⁸ <http://noticias.sapo.tl/portugues/lusa/artigo/22050253.html>, 01 Março de 2017).

²⁰⁹ <http://thebests2010.blogspot.pt/2017/03/missao-paz-em-timor-9-de-marco-de-1992.html>, 03 de Março de 2017.

²¹⁰ <https://www.rtp.pt/programa/tv/p29596>, 05 de Março de 2017).

internacionalizar a questão de Timor-Leste e demonstrarem a sua rejeição à presença dos militares indonésios em solo timorense. «Desde 1989 que os jovens timorenses procuravam asilo político nas embaixadas de Jacarta, designadamente, embaixadas Japão e Vaticano, receando pela violência exercida contra eles pelos militares indonésios. Na década de 1990, a tática foi utilizada como parte da estratégia destinada a chamar a atenção dos meios de comunicação social para a continuação da luta em prol da internacionalização da questão da autodeterminação.²¹¹» As iniciativas mais espetaculares, mais tarde conhecidas como acções de salto das vedações, tiveram lugar em 1994, durante a cimeira de líderes regionais da Cooperação Económica da Ásia Pacífica (APEC). Com a reunião a decorrer em Bogor, perto de Jacarta, e os meios de comunicação mundiais reunidos para fazer a reportagem, «aos 29 timorenses saltaram a vedação da Embaixada dos EUA em Jacarta, no dia 12 de Novembro de 1994,²¹²» e exigiram encontrar-se com o Presidente Bill Clinton, que ali estava de visita.

No dia 7 de Dezembro de 1995, vários jovens e estudantes saltaram os muros das embaixadas holandesa e russa a fim de chamarem a atenção para o aniversário da invasão indonésia de Timor-Leste. A Comissão Acolhimento, Verdade e Reconciliação,” (CAVR, 2010) permitiram apurar que estas acções se integravam numa estratégia bem coordenada da resistência nacional dos estudantes de Timor-Leste (RENETIL), cujas operações se articulavam directamente com a liderança de Xanana Gusmão na prisão de Cipinang.

CAPÍTULO V.

Cascata da norma de autodeterminação: rumo ao referendo.

5.1. Alteração do regime na Indonésia e da narrativa em relação a Timor-Leste: um novo contexto da cascata normativa.

Os quadrantes políticos de ambas as partes, Timor-Leste e Indonésia, fizeram o primeiro encontro na Áustria em Junho de 1995, com mediação das Nações Unidas. No entanto, a Indonésia limitou-se de abordar o estatuto político de Timor-Leste.

Em 1996, os diplomatas timorenses e portugueses intensificaram as actividades de forma bem concertada «após a outorga do Prémio Nobel da Paz de 1996 a Ramos Horta e Ximenes Belo, e a cela prisional de Xanana Gusmão em Jacarta passou a ser regularmente visitada por representantes de numerosos líderes mundiais e organizações

²¹¹ Carlos Saky, RENETIL Iha Luta Libertasaun Timor-Lorosaé, Antes Sem Título, Do Que Sem Pátria! 2014, p. 113.

²¹² Mattoso, A DIGNIDADE, Konis Santana e a Resistência Timorense, 2005, 252; e Carlos Saky, RENETIL Iha Luta Libertasaun Timor-Lorosaé, Antes Sem Título, Do Que Sem Pátria! 2014, p. 385.

importantes.²¹³» Em 1997, Kofi Annan tomou posse como Secretário-Geral das Organizações das Nações Unidas (ONU), colocando a questão de Timor-Leste na sua agenda em primeira mão. «O Secretário-Geral nomeou o diplomata paquistanês embaixador Jamsheed Marker como seu Representante Pessoal para a Questão de Timor-Leste, o que veio reforçar significativamente o trabalho desenvolvido por Francesc Vendrell e Tamrat Samuel no Secretariado da ONU, e a sua equipa visitou Portugal, a Indonésia e Timor Leste, durante os anos de crescente turbulência, de 1997 a 1998.²¹⁴»

Paralelamente, no Verão de 1997 eclode a crise económica asiática, cujos efeitos são sobejamente notórios em Jacarta. O cerco ao regime de Suharto agrava-se com a forte desvalorização monetária, que ronda «18.000 mil rupiah equivale 1 dollar americana,²¹⁵» e a massiva onda de falências que coloca nos dois milhões o número do desempregado em Março de 1998. O abalo económico tem reflexos sociais e no início de 1998 assiste-se a uma forte contestação do regime.

As denúncias de corrupção da família Suharto agravam os protestos nas ruas indonésias e, perante a crescente conflituosidade e falta de apoios, o presidente resigna. Suharto abandona o poder em Maio, após um reinado de trinta e dois anos à frente dos destinos de Jacarta. Em 1998, a situação política em território de Timor-Leste acalma-se, com a reforma e a transição política na Indonésia, dando assim, oportunidade aos activistas e estudantes timorenses para fazerem discursos livres e abertos sobre o estatuto político do território pela primeira vez desde a ocupação indonésia. Em meados de 1998, foram ganhando força os apelos à realização de uma consulta popular para que o povo timorense pudesse determinar o seu futuro.

5.2. Empreendedorismo normativo português: a liderança de Durão Barroso da União Europeia (EU) e na CPLP.

A presidência rotativa do Conselho da União Europeia, a cargo de Portugal, em 1992, conduzida em primeira linha pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, João de Deus Pinheiro, facultou a Durão Barroso, então Secretário de Estado dos Assuntos Externos e Cooperação e ainda em 1992 escolhido por Cavaco Silva para substituir Deus Pinheiro,

²¹³ Mattoso, A DIGNIDADE Konis Santana e a Resistência Timorense, 2005, p. 264-267.

²¹⁴ Chega, Volume IV, CAVR, 2010, 2630-2631.

²¹⁵ Chega, Volume I, CAVR, 2010,304-305; e Chega, Vol, V, CAVR, 2010, p. 2945.

um palco que aproveitou da melhor forma, colocando-o ao serviço do interesse nacional, da causa de Timor-Leste e dos valores europeus tal como os interpreta.

Desde as reuniões do Conselho de Ministros do Desenvolvimento, até às sessões do Conselho ACP-CE, passando pelos encontros ministeriais com os países da América Latina ou da ASEAN, sem esquecer as comparências perante o Parlamento Europeu e os inúmeros contactos bilaterais que então desenvolveu, em todos esses momentos revelou uma sensibilidade excepcional para as questões institucionais e políticas mais complexas, bem como uma capacidade de construir compromissos com valor acrescentado.

Num momento em que, inclusivamente em Portugal já não se acreditava na possibilidade de alguma vez Timor-Leste reconquistar a liberdade, Durão Barroso, acompanhado por outros seguidores, não hesitou em lutar contra a ignorância, a indiferença, a inércia e, por vezes, a hostilidade mal disfarçada, arranjando maneira de colocar o tema sistematicamente na ordem do dia pelas mais diversas vias. A ele se fica a dever, em boa parte, a decisão essencial, adoptada pouco depois, de se passar a introduzir cláusulas sobre direitos humanos e democracia em todos os acordos de cooperação subscritos pela União Europeia com países terceiros. Uma mensagem seguramente destinada à Indonésia e aos seus apoiantes, dentro e fora da União Europeia, mas igualmente um progresso de carácter horizontal na gestão das relações externas da UE.

Em relação à posição da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), «*os cinco países africanos de expressão oficial portuguesa foram, a partir de 1975, a retaguarda diplomática da luta de Timor-Leste.*²¹⁶» Apesar das suas limitações financeiras e de ordem material, nunca recusaram apoio à causa da luta da independência de Timor-Leste.

Em 17 de Julho de 1996 nasceu a Comunidade dos Países da Língua Portuguesa (CPLP), que veio reforçar a luta da independência de Timor-Leste.

5.3. O Brasil e a cascata normativa.

O papel do Brasil nas operações de manutenção da paz da Organização das Nações Unidas (ONU) merece muita atenção dada a sua ascensão como a potência regional mais forte na América Latina. O país participou de cinco operações de paz em Timor-

²¹⁶ Ramos Horta, 1994, p. 180.

Leste desde 1999. As contribuições do Brasil para as missões de manutenção da paz também estão ligadas a objetivos pragmáticos de sua política externa. «Brasília adere fortemente ao multilateralismo e percebe a sua participação em organizações internacionais como um mecanismo de correção dos desequilíbrios no sistema internacional, que favorecem as nações mais ricas.²¹⁷»

A participação brasileira em Timor-Leste reflete a natureza crescentemente pragmática de sua política externa na busca por maior prestígio internacional. No caso de Timor-Leste, «o Brasil envolveu-se em duas operações de paz com mandatos baseados no capítulo VII da carta das Nações Unidas²¹⁸». A primeira foi a Força Internacional para Timor-Leste (em inglês, International Force for East Timor [INTERFET]), em 1999, uma força-tarefa estabelecida pela Resolução 1264 de 1999, da ONU, em resposta ao declínio da situação humanitária e de segurança durante a transição timorense para a independência da Indonésia. A segunda operação foi a Missão de Apoio das Nações Unidas para o Timor-Leste (em inglês, United Nations Mission of Support to East Timor [UNMISSET]) em 2002, estabelecida pela Resolução 1410 de 2002 para prestar assistência a Timor-Leste até que todas as responsabilidades operacionais fossem integralmente transferidas para o governo timorense, dois anos depois. O Brasil aproximou-se dos mandatos de imposição, justificando o seu papel com os laços culturais e linguísticos comuns entre os dois Estados e com o fato de o consentimento ter sido dado pelas partes hostis.

Timor-Leste criou uma oportunidade única para «o Brasil por causa da sua condição de ex-colônia portuguesa numa luta de grande visibilidade para a independência que permitiu ao país demonstrar ativamente a sua política externa independente, o seu compromisso com a autodeterminação e a expansão dos seus laços económicos com o sul global.»²¹⁹ À Administração Transitória das Nações Unidas em Timor Leste (em inglês, United Nations Transitional Administration in East Timor [UNTAET]), notavelmente liderada pelo diplomata Sérgio Vieira de Mello como representante especial do secretário-geral da ONU, seguiu-se a UNAMET e a INTERFET em 1999 e durou até à independência de Timor-Leste em 2002. O objetivo da UNTAET era criar um governo interino para prestar assistência humanitária, ajudar no desenvolvimento, apoiar medidas de capacitação da população e oferecer segurança e manter a lei e a

²¹⁷ Monteiro, 2005, p. 129.

²¹⁸ Souza Neto; carta das Nações Unidas.2009.

²¹⁹ Pepe & Mathias, 2006, p. 52.

ordem. A UNIMITSET seguiu a UNTAET quando a independência foi alcançada com o objetivo de ajudar o novo governo, promover interinamente a imposição da lei e manter a segurança timorense.

A Missão Integrada das Nações Unidas em Timor Leste (em inglês, United Nations Integrated Mission in East Timor [UNMIT]) é uma missão em curso estabelecida em 2006 pela Resolução 1704, de 2006, com o objetivo de consolidar a estabilidade, promover uma governança democrática e facilitar o diálogo político com a comunidade timorense.

Dessas missões, o Brasil participou da UNAMET, INTERFET, UNTAET, UNMISSET, e da UNMIT. O papel mais crítico de Brasília nelas foi «o de mediador, uma posição que tem mantido na medida em que busca preservar cautelosamente a sua neutralidade a fim de manter relações amistosas com os timorenses e com o governo indonésio.²²⁰» A aspiração brasileira por «um assento permanente no Conselho de Segurança foi também um fator de engajamento em Timor-Leste. O governo anunciou formalmente esse objetivo em 1994.»²²¹ Timor-Leste também permitiu que o Brasil legitimasse o seu *status* desejado, especialmente após o seu argumento de reforma do Conselho de Segurança ter sido enfraquecido devido à sua oposição anterior às missões baseadas no capítulo VII.

5.4. Consolidação doméstica.

5.4.1. Independência de Timor-Leste: O referendo de 1999.

A internalização do processo normativo, por via de um referendo, foi conduzida pela ONU. Em 5 de Maio de 1999, numa cerimónia histórica e que muitos haviam julgado impossível, foram assinados três acordos, designadamente, «o *Acordo entre a República da Indonésia e a República Portuguesa quanto à questão de Timor-Leste; o Acordo relativo às modalidades da consulta ao povo de Timor-Leste através de uma votação directa; e o Acordo sobre a Consulta Popular em Timor-Leste. O primeiro acordo assinado pelos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Indonésia e de Portugal, e testemunhado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, e os dois últimos assinados pelas três partes.*²²²» O Secretário-Geral das Nações Unidas realçou de que, de acordo com o compromisso assinado, a segurança em Timor-Leste era da responsabilidade do

²²⁰ *Pepe; Mathias, 2006, p. 55.*

²²¹ *Soares de Lima; Hirst, 2006, p. 29.*

²²² *M. Ferro, 2005, p. 148.*

Governo indonésio. Dois dias depois, «*o Conselho de Segurança adopta a resolução 1236 (1999) congratulando-se com os Acordos de 5 de maio de 1999.*²²³»

Em 1 de junho de 1999 chegou a Dili o Representante Especial do Secretário-Geral (RESG), Ian Martim, numa declaração sem reserva de que o papel da ONU em Timor-Leste era o de garantir que o povo poderia decidir o seu futuro, após uma campanha justa, numa votação secreta.

Através de Resolução 1246 (1999) de 11 de junho, adoptada por unanimidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) decidiu estabelecer a United Mission in East Timor (UNAMET) para organizar e conduzir a consulta popular.

Nos Acordos ficou estabelecido que o povo de Timor-Leste será consultado para se pronunciar sobre o enquadramento constitucional que concederia uma autonomia especial a Timor-Leste dentro da república unitária da Indonésia, para que pudesse aceitá-lo ou rejeitá-lo por meio de uma consulta popular com base numa votação directa, secreta e universal.

A escolha da pergunta a colocar aos timorenses foram a seguinte: «*(i) Aceita a autonomia especial proposta para Timor-Leste integrada no Estado Unitária da República da Indonésia? Ou (ii) Rejeita a autonomia especial proposta para Timor-Leste, levando à separação de Timor-Leste da Indonésia?*»²²⁴

O artigo 6º. do Acordo de 5 de maio de 1999 dizia que se o resultado fosse a rejeição do enquadramento constitucional para uma autonomia especial, o Governo da Indonésia daria «*todos os passos necessários, em termos constitucionais, para pôr termo ao seu vínculo com Timor-Leste, restaurando, desse modo, nos termos da lei indonésia, o estatuto detido por Timor-Leste antes de 17 de julho de 1976, e os Governos da Indonésia e de Portugal e o Secretário-Geral [acordariam] os moldes de uma transferência pacífica e ordeira da autoridade em Timor-Leste para as Nações Unidas. O Secretário-Geral [daria] início, nos termos do mandato legislativo apropriado, ao procedimento que [permita] a Timor-Leste iniciar um processo de transição para a independência.*²²⁵» No dia 30 de agosto de 1999, 95% dos timorenses recenseados votaram mais de 430.000 mil pessoas. Tratou-se de uma votação que decorreu em geral de forma pacífica. O Presidente do Conselho de Segurança reafirmou que os timorenses tinham a oportunidade única de decidir o seu futuro, «*Qualquer que seja o resultado da*

²²³ Ibid., p. 149.

²²⁴ Ibid., p. 151.

²²⁵ M. Ferro, 2005, p. 152.

*consulta, os membros do Conselho de Segurança esperam que o povo de Timor-Leste respeite essa decisão e trabalhe em conjunto para construir um futuro próspero e pacífico.*²²⁶» Em 3 de setembro de 1999, o resultado da consulta popular foi conhecido: «94.338 (21,5%) votaram em favor da proposta de autonomia especial, e 344.580 (78,5%) votaram a favor da Independência.»²²⁷ Os resultados foram claros, quase 80% da população timorense rejeitou a autonomia especial dentro da República da Indonésia.

5.4.2. A reação da Comunidade Internacional: internalização da norma da independência de Timor-Leste.

Olhando para o resultado do referendo à independência de Timor-Leste em 1999, a comunidade internacional subscreveu o resultado anunciado pela Nações Unidas.

No entanto, a 1 de Setembro de 1999 a violência eclodiu, de forma brutal, fora do aquartelamento da UNAMET em Dili, quando as milícias atacaram apoiantes pró-independência. Os jornalistas nacionais e internacionais que testemunharam os incidentes tiveram que procurar refúgio na sede da UNAMET, bem como várias centenas de deslocados. «O Secretário-Geral das Nações Unidas condenou veementemente a violência.»²²⁸

Em 15 de Setembro de 1999, o Conselho de Segurança votou por unanimidade o estabelecimento de uma força multinacional sob uma estrutura de comando unificado para que esta tomasse todas as medidas necessárias para restaurar a paz e a segurança em Timor-Leste. Actuando ao abrigo do capítulo VII da Carta, o Conselho adopta a Resolução 1264, que autoriza o recurso à força.

O Conselho decide que a missão deverá ser destacada para Timor-Leste até que possa ser substituída por uma operação de manutenção da paz, tratando-se de uma medida temporária e de emergência. A Resolução convida o Secretário-Geral a efectuar as recomendações sobre tal força multinacional para uma Administração Transitória para Timor-Leste. Apelando ao fim imediato da violência e exigindo que as partes responsáveis pelas violações dos direitos humanos cometidas no território sejam levadas perante a justiça, o Conselho também reafirma a «*responsabilidade das autoridades indonésias em tomarem medidas efectivas e imediatas para o regresso seguro dos*

²²⁶ Ibid., p.164.

²²⁷ Ibid., p. 165.

²²⁸ Ibid., p. 165.

*refugiados e pessoas internamente deslocadas.*²²⁹» O direito à autodeterminação era finalmente respeitado pela comunidade internacional, mas só depois de os habitantes de Timor-Leste terem dado provas de enorme coragem face à intimidação e à violência em massa e de terem exercido o seu direito de voto. A comunidade internacional assegurou a internalização normativa da independência de Timor-Leste num âmbito firme e duradouro.

CAPÍTULO VI.

Apresentação de dados e análise de conteúdo.

6.1. Apresentação de análise de conteúdo das entrevistas.

O processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste enquadrada na perspetiva analítica da difusão normativa.

Enquadramento.

As entrevistas foram sujeitas a uma análise de conteúdo que, de acordo com Bardin “aparece como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens”²³⁰.

A mesma autora realça que a base da análise de conteúdo está na articulação entre a superfície dos textos (descrita e analisada) e os factores que determinaram estas características, deduzidos logicamente. Defendem também que “[a] leitura efectuada pelo analista do conteúdo das comunicações não é, ou não é unicamente, uma leitura «à letra», mas antes o realçar de um sentido que se encontra em segundo plano.”²³¹

Quanto às categorias e subcategorias, esta autora afirma que:

«A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rúbricas ou classes, que reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de

²²⁹ M. Ferro, *Construção de Estado, Administrações Internacionais das Nações Unidas*, 2005, p. 172.

²³⁰ Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

²³¹ Bardin, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos²³²».

Também de acordo «com Gibbs, as categorias ou conceitos podem ter origem na literatura investigada, em estudos anteriores, em tópicos no roteiro da entrevista, em percepções sobre o que está a acontecer e assim por diante²³³».

Sintetizando, «para Bardin, a análise de conteúdo como método, configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Esta definição da autora identifica algumas especificidades essenciais na análise de conteúdo, nomeadamente, constituir um meio para estudar as comunicações entre os indivíduos, destacando o conteúdo das mensagens, privilegiado a linguagem escrita e oral, sem excluir outros meios de comunicação. A utilização deste método, principalmente sobre as mensagens escritas, reside no facto de estas serem mais estáveis e constituírem um material objetivo ao qual é possível recorrer sempre que necessário.²³⁴»

Na presente investigação, a análise de conteúdo partiu, fundamentalmente, de um procedimento aberta, a priori, ou seja, foi com base na revisão da literatura e nos objetivos de investigação elaborados, que as categorias de análise foram definidas, tendo sido efetuados ligeiros ajustamentos a partir da decomposição é feito aos discursos, nomeadamente no que concerne às subcategorias.

Os resultados de análise são apresentados em quadros, em que os entrevistados, no total de 10 personalidades timorenses que foram participados ativamente do processo da autodeterminação da independência de Timor-Leste, são designados por siglas, designadamente, «E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, e que pode ver os seus nomes verdadeiros no quadro a seguir» seguidos por uma síntese dos aspetos mais revelantes extraídos das entrevistas.

²³² Ibid., p. 111.

²³³ Gibbs, G, *Análises dos dados qualitativos*: Porto Alegre: Artmed.

²³⁴ Bardin, L; *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

Relativamente os dados profissionais dos inquiridos apresentam são participantes diretas do processo de autodeterminação da independência de Timor-Leste no enquadramento analítica da difusão normativa.

6.2. Quadro 1. Características sociodemográficas.

Quadro 1. Participantes ou entrevistados.

No.	Nome	Função	Local	Data
E1.	Carlos Filipe Ximenes Belo	Bispo e Prémio Nobel da Paz.	Porto	11-11-2017.
E2.	Constâncio Pinto	Activista e líder do Massacre de santa cruz, ex-ministro de comércio e ex-embaixador.	Timor-Leste.	16 -11-2017
E3.	Agostinho Barbosa	Ex-docente, empreendedorismo privado e Exativista da causa de Timor-Leste.	Timor-Leste	18-11-2017
E4.	Roque Rodrigues	Ex-ministro da Defesa e actual. conselheiro do Presidente da república de Timor-Leste	Timor-Leste	20-11-2017
E5.	Roberto Jerónimo Seixas	Reitor da Universidade Timor Leste (UNITAL)	Timor-Leste	21-11-2017
E6.	Kay Rala Xanana Gusmão	Comandante da resistência de Timor-Leste, Ex-	Lisboa	28-10-2017

		presidente da república de Timor-Leste, ex-Primeiro ministro de Timor-Leste, e atual negociador da delimitação fronteira marítima com a Australia		
E7.	Manuel Gonçalves de Jesus	Ex-Embaixador de Portugal em Timor-Leste	Timor-Leste	23-11-2017
E8.	Francisco Guterres Lu-Olo	Actual Presidente da república de Timor-Leste	Timor-Leste	25-11-2017
E9.	Lere Anan Timor	Jeneral das Forças Armadas de Timor-Leste e Guerileiro da resistêcia	Timor-Leste	28-11-2017
E10.	José Ramos Horta	Ex-Presidente da Republica de Timor-Leste; Prémio Nobel da Paz; Diplomata Timorense durante 24 anos no Exterior	Timor-Leste	12-03-2018

6.3. Análise da Norma Emergência.

Observando a Tabela 1, verificamos que os entrevistados são 10 personalidades que participaram ativamente no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste e que deram as suas opiniões a cerca de Norma Emergente.

Tabela 1. Perceção dos entrevistados sobre a Norma Emergência de 1974 – 2002.

Ano	Acontecimento	1ª. Norma Emergência.	Entrevistados	Percentagem %
Setembro 1974	FRETILIN lança o conceito Independência	Identidade, Direitos Humanos	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10.	90%
Dezembro 1975.	ONU, através da Resolução 384/75, condena a Indonésia por anexar ilegalmente TL	Direitos Humanos, Identidade	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
Setembro 1981.	Comando da luta reorganiza a Resistência; pede uma conversa liderada pela ONU em Laline/Manatuto	Identidade	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	90 %
Julho 1982.	O Líder da Resistência Xanana Gusmão, tem primeiro contacto com exterior.		X	X
Agosto 1986.	Xanana: Despartidarização da FRETILIN e criação da UNIDADE NACIONAL		X	X
Outubro	Visita do Papa	Identidade	E1, E6, E8, E9,	50 %

1989.	João Paulo II.	próprio.	E10.	
Fevereiro 1989.	Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo dirige carta a ONU para realização de referendo em TL	Direitos Humanos	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10	100 %
Novembro 1991.	Massacre de Santa Cruz.	Direitos Humanos, Identidade,	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
Setembro 1992.	Captura do líder da resistência, Xanana Gusmão.	Direitos Humanos	E4, E6, E7, E8	40 %
Novembro 1992.	O navio "Lusitânia Expresso" visita TL		X	X
Julho 1993.	Jovens e estudantes timorenses assaltam embaixadas em Jacarta (Indonésia).	Identidade, Direitos Humanos	E4, E9, E10.	30 %
Novembro 1994.	José Ramos Horta, diplomata no exterior, reúne com a Solidariedade internacional.	Direitos Humanos	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10	100 %
Dezembro 1996.	Prémio Nobel da Paz de José		X	X

	Ramos Horta e Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo			
Julho 1997	Crise financeira abala o regime de Suharto na Indonésia.	Má governança, desrespeito dos DH	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
Maio 1998.	Mudança do regime de ditadura para a democracia na Indonésia.	Violação dos DH	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
05 Maio 1999.	Acordo tripartido Portugal/ONU/ Indonésia para a realização de uma consulta popular /referendo em Timor-Leste.	Violação de Direitos Humanos, identidade.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
30 Agosto 1999	Adesão em massa do povo de Timor-Leste à Consulta Popular supervisionada pela ONU.	Direitos Humanos, Identidade.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
Junho de 1999.	United Nations Mission in East Timor (UNAMET).		X	X
Fevereiro 2000.	Entrada da UN Transitional Administration in		X	X

	East Timor (UNTAET).			
Agosto de 2001.	Criação da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL).	Direito Democrático	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100 %
Mai de 2002.	Restauração da Independência de Timor-Leste.	Direito do povo de Timor-Leste.	E3, E4, E5, E8, E9.	50 %

6.4. Perceção dos acontecimentos trágicos.

A perceção dos entrevistados de «E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10»²³⁵; com uma percentagem 100% que, descreveram sobre os acontecimentos sucessivos desde Dezembro de 1975 e 1976 sobre a Resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas e Conselho de Segurança das Nações Unidas e resolução de Assembleia Geral 37/30 das nações Unidas em 1982; o envio da carta ao Secretário-geral das Nações Unidas pelo Bispo Carlos Ximenes Belo em Fevereiro de 1989; o acontecimento do Massacre de Santa Cruz em Díli, em 1991 que abalou a comunidade internacional como o genocídio; a adesão em massa a solidariedade internacional promovido pelo José Ramos Horta e voluntariamente pela Organizações Não Governamentais e Organizações Internacional em Novembro de 1994; a crise económica financeira abalou o regime de Suharto e provocou a queda do regime de Suharto em julho de 1997; a mudança do sistema ditadura para o sistema democracia em Maio de 1998; o acordo mútuo ou acordo recíproco entre Portugal, Indonésia e ONU com sigla tripartida cujo objetivo de uma realização de consulta popular para a questão de Timor-Leste supervisionada pela ONU em 05 de Maio de 1999; o povo de Timor-Leste aderir em massa a consulta popular ou a participação em massa ao referêndum cuja objetivo de solucionar o seu futuro onde a ONU deu única oportunidade ao povo de Timor-Leste que sofreu ao longo de 24 anos, em 30 de Agosto

²³⁵ E1 ... até E10, são personalidades específicos que fizeram entrevistados em diferentes locais, 2017.

de 1999; finalmente, em Agosto de 2001, foi a consolidação da independência de Timor-Leste por via da Assembleia da república a elaboração da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

Resumidamente de seguinte forma. No ponto de vista de E1 a E10 dos inquiridos, são analisados os elementos basilares da norma emergente do processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste são «*Identidade, Direitos Humanos e a Independência*. Estes três (3) elementos que são fundamentais para o povo de Timor-Leste lutaram ao longo de 24 anos para o conquistar.²³⁶»

Enquanto, o acontecimento em Setembro de 1974 e Setembro de 1981 sobre a movimentação e o despertar do povo de Timor-Leste pelo Frente Revolucionário do Timor-Leste Independente (Fretilin) cuja objetivo de lutar e defender o seu direito como homem e como nação que tem a sua identidade própria, segundo os inqueridos E1, E2, E3, E4, E5, E6, E8, E9, E10 com uma percentagem de 90%; enquanto «*A Paz de Vestefália tornou-se um ponto de viragem na história das nações porque os elementos que instituiu eram tão simples como abrangentes. O Estado-e não o império ou a confissão religiosa. Ficou estabelecido o conceito de soberania do Estado. Foi afirmado o direito de cada parte signatária escolher livremente e sem interferência a sua estrutura institucional e orientação religiosa*²³⁷». Enquanto, o povo de Timor-Leste tornou-se a sua independência em 2002 e «*entrou de um processo de readaptação entre ordem, desordem, caos e paz*²³⁸». Neste caso o povo de Timor-Leste está sempre atento de adaptar os desafios do mundo global.

Enquanto, os inquiridos E7 e E1 não tem opiniões sobre os acontecimentos de Setembro de 1974 e Setembro de 1981 por razões das perdas familiares naqueles período.

Em relação ao acontecimento em Outubro de 1989, sobre a visita do Papa João Paulo II a Timor-Leste, segundo as perceções dos inquiridos E1, E6, E8, E9, E10 com uma percentagem de 50% de que, a visita de Sua Santidade foi um contributo inegável, através da sua visita juntaram-se centenas de jornalistas estrangeiros para a divulgação ou a internacionalização a questão de Timor-Leste por via da visita pastoral da comunidade católica de Timor-Leste porque a religião católica faz parte da nossa

²³⁶ E4,(Roque Rodrigues, Entrevistado em Timor-Leste, dia 20 de Novembro de 2017.

²³⁷ Kissinger, reflexões sobre o carácter das nações e o curso da história, A Ordem Mundial, 2016, p. 40.

²³⁸ Marco Martins, os Brics e as relações internacionais numa perspetiva da autopoiesia, 2017. P. 35.

identidade. Enquanto, os restantes inquiridos, designadamente, E2, E3, E4, E5, E7 com a percentagem de 50% não tem opinião sobre este acontecimento.

A restauração da independência de Timor-Leste em Maio de 2002, segundo a perceção dos inquiridos dos E3, E4, E5, E8, E9, com a percentagem de 50% disseram de que, a independência é como o direito do povo de Timor-Leste que lutou durante 20 anos para conquistar esse mesmo direito. Enquanto, os restantes dos E1, E2, E6, E7, E10 com a percentagem de 50% disseram de que ainda tem más memória sobre o desaparecimento das suas famílias que perderam a vida em neste acontecimento.

A captura do líder da resistência Xanana Gusmão, em Setembro de 1992, segundo da opinião dos E4, E6, E7, E8 com a percentagem de 40% disseram que, a captura do líder da resistência foi ilegal porque o líder da resistência de Timor-Leste não foi cidadão de Indonésia, e por isso eles fundamentaram de que, a Indonésia violou o direitos humanos da livre ação de Xanana Gusmão. Os restantes inquiridos, designadamente, E1, E2, E3, E5, E9, E10 com a percentagem 60% não tem opinião a esta questão, as suas opiniões não são claras.

A ação dos jovens e estudantes assaltaram as embaixadas estrangeiras em Jakarta capital de Indonésia em 1993 cuja objetivo de divulgar e denunciar a violação dos direitos Humanos e socializar a identidade e o processo de autodeterminação da independência de Timor-Leste, segundo os três inquiridos estão a mesma perceção, E4, E9, E10 com a percentagem de 30%. Enquanto as 70 percentagens disseram de que, os jovens deviam lutar no interior do país, outros disseram que ainda tem traumatizado por motivo do desaparecimento dos seus filhos.

6.5. Análise da Cascata Normativa.

Observando a Tabela 2, verificamos que os entrevistados são 10 personalidades que participaram ativamente no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste e que deram as suas opiniões a cerca da Cascata Normativa.

Tabela 2. Perceção dos entrevistados sobre a Cascata Normativa de 1974 – 2002.

Ano	Acontecimento	2^a. Cascata Normativa.	Entrevistados	Percentagem %
Setembro 1974	FRETILIN lança o conceito Independência	Contra a Ilegalidade da anexação Indonésia (Direito Humanos)	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Dezembro 1975.	ONU, através da Resolução 384/75, condena a Indonésia por anexar ilegalmente TL	Ilegalidade, Direito Humanos.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Setembro 1981.	Comando da luta reorganiza a Resistência; pede uma conversa liderada pela ONU em Laline/Manatuto	Divulgação da Violação dos Direitos Humanos	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Julho 1982.	O Lider da Resistência Xanana Gusmão, tem primeiro contacto com exterior.	Divulgação da violação Direitos Humanos.	E2, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	80%
Agosto 1986.	Xanana: Despartidarização da FRETILIN e criação da		X	X

O Processo de Autodeterminação e de Independência de Timor-Leste sob a Perspetiva analítica da Difusão Normativa

	UNIDADE NACIONAL			
Outubro 1989.	Visita do Papa João Paulo II.	Legitimidade, Divulgação Violações dos DH.	E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	90%
Fevereiro 1989.	Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo dirige carta a ONU para realização de referendo em TL	Pediu Onu para se realiza-se referendo.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9.	90%
Novembro 1991.	Massacre de Santa Cruz.	Violação dos DH, legitimidade, Diplomacia,	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Setembro 1992.	Captura do lider da resistência, Xanana Gusmão.	Ilegalidade da captura de Xanana Gusmão.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Novembro 1992.	O navio "Lusitânia Expresso" visita TL	Divulgação de violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste.	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E10.	70%
Julho 1993.	Jovens e estudantes timorenses assaltam embaixadas em Jacarta (Indonésia).	Divulgação de violações dos DH, Legalidade	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E9, E10.	80%

Novembro 1994.	José Ramos Horta, diplomata no exterior, reúne com a Solidariedade internacional.	Divulgação da violação dos direitos Humanos	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Dezembro 1996.	Prémio Nobel da Paz de José Ramos Horta e Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo	Divulgação do direito do povo de Timor-Leste por via Prémio Nobel da Paz	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Julho 1997	Crise financeira abala o regime de Suharto na Indonésia.		X	X
Mai 1998.	Mudança do regime de ditadura para a democracia na Indonésia.	Ilegalidade.	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
05 Maio 1999.	Acordo tripartido Portugal/ONU/ Indonésia para a realização de uma consulta popular /referendo em Timor-Leste.	Ilegalidade	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
20 Maio 1999	Adesão em massa do povo de Timor-Leste à Consulta Popular	Ilegitimidade	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%

	supervisionada pela ONU.			
Junho de 1999.	United Nations Mission in East Timor (UNAMET).		X	X
Fevereiro 2000.	Entrada da UN Transsitional Administration in East Timor (UNTAET).		X	X
Agosto de 2001.	Criação da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL).		X	X
Maio de 2002.	Restauração da Independência de Timor-Leste.		X	X

6.6. A violação dos Direitos Humanos.

A perceção dos inquiridos E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 sobre os acontecimentos sucessivos em relação a *violação dos direitos humanos* no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste enquadrada na *cascata normativa*. O elemento fundamental na cascata normativa são os Direitos Humanos. Neste contexto que é que todos os inquiridos a cima mencionado deram as suas opiniões a cerca dos acontecimentos sucessivos em relação ao desrespeito dos direitos do povo de Timor-Leste nos períodos anteriores, designadamente, em Setembro de 1974, a Frente Revolucionária da Independência de Timor-Leste (Fretilin) tinha lançado o conceito da independência de Timor-Leste e defender o direito de autodeterminação e independência. Segundo os inquiridos E1, E2, ... ate E10 subscrevem a mobilização do

povo de Timor-Leste para aderir a Fretilin cuja objetivo de defender o seu direito inalienável, e contra a violação dos direitos humanos com a percentagem de 100%.

A Organização das Nações Unidas (ONU) interveio por via da «*resolução na Assembleia Geral n.º. 3485 de 12 de Dezembro de 1975, e resolução do Conselho de Segurança das Nações Unidas, (n.º. res. 384) de 22 de Dezembro 1975, e resolução do Conselho de segurança (res. N.º. 389) de 22 de Abril de 1976, e resolução n.º. 37/30 da Assembleia Geral das Nações Unidas em 23 de Novembro de 1982,*²³⁹» contra a anexação ilegal ao território de Timor-Leste pelos militares Indonésios. «Este acto foi repúdio veemente pela comunidade internacional», segundo pela percepção dos inquiridos E1, E2,....., até E10 com a percentagem de 100%. Esta intervenção da ONU por via das resoluções são *pontos de viragem* para a questão de Timor-Leste.

Em Setembro de 1981, Comando da resistência liderado pelo Xanana Gusmão tinha organizado uma conferência no interior do país (na zona Laline do distrito de Manatuto), cuja «objetivo de divulgar a violação dos Direitos Humanos cometido pelos militares Indonésia por via Clandestina e Igreja Católica para poder transportar ao exterior sobre a violação dos direitos humanos em Timor-Leste» segundo as percepções dos inquiridos E1, E2, ... até E10 com uma percentagem de 100%.

O acontecimento do massacre de Santa Cruz em Novembro de 1991, foi uma violação dos Direitos Humanos tremenda e que deu mais um *ponto de viragem* a favor do processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste segundo os inquiridos E1, E2, ... até E10; e a comunidade internacional condenou veementemente a atitude dos militares e regime do presidente Suharto, com uma percentagem de 100% e representa os entrevistados E1, E2,... até E10.

A captura do líder da resistência Xanana Gusmão em Setembro de 1992, considerado como foi uma acção ilegal por parte das autoridades e militares Indonésio; por causa desrespeito o direito de livre acção do Lider da resistência de Timor-Leste. Segundo os entrevistados «E1, E2, ...até E10 de uma percentagem de 100% disseram de que, Timor-Leste não foi ex-colónia Indonésia ou Holandesa, mas sim, foi Colónia Portuguesa e por esta razão a captura do lidr de Xanana Gusmão é ilegal²⁴⁰».

Em Novembro de 1994, Ramos Horta com os seus aliados de organizações internacionais, organizações não-governamentais realizaram mobilização da

²³⁹ P. Escarameia, Reflexões sobre Temas de Direito internacional, timor, a ONU e o Tribunal penal internacional, 2001, pp. 112, 114, 115 & 127.

²⁴⁰ E1, E2, ..., até E10, foram entrevistados em diferentes locais, 2017.

solidariedade internacional no exterior cuja objetivo da divulgação da violação dos direitos humanos cometidos pelos militares Indonésios em Timor-Leste; segundo os entrevistados E1, E2, ... até E10 tiveram uma perceção de que, com o apoio da comunidade internacional deu mais um salto qualitativo no munto diplomático no exterior a favor da causa de Timor-Leste.

Laureados de dois personalidades timorenses que receberam o «Prémio Nobel da Paz em Dezembro de 1996 foi *um ponto de viragem*»,²⁴¹ no campo diplomático cuja objetivo de «fortificar e a claridade do processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste, que o povo batalhou durante 24 anos de luta contra o ditador Suharto», subscreveram por entrevistados de 100% designadamente, E1, E2, ... até E10.

Em maio de 1998, foi a mudança do regime de Suharto na Indonésia por causa a Crise Económica Financeira abalou o regime de Suharto, também por causa de má governação e violência dos Direitos Humanos; este acontecimento contribuiu bastante para a luta de Timor-Leste no ponto de vista da comunidade internacional, foi mais um *ponto de viragem* segundo os entrevistados E1, E2, ... até E10 e com a sua subscrição de 100%. A crise Financeira na indonésia foi um corte do ajuda de fundo monetário internacional (FMI) e Banco Mundial (BM) pelas instituições internacionais, e que contribuiu imenso para a causa de Timor-Leste, segundo os entrevistados acima mencionados²⁴²».

Enquanto, o acordo tripartido, designadamente, Indonésia, Portugal e ONU, em 05 de Maio de 1999, foi um acordo de carácter emergente e com a máxima responsabilidade perante a comunidade internacional e perante a ONU, cuja objetivo da realização de uma consulta popular ou referêndum em Timor-Leste. Os 10 entrevistados, nomeadamente, E1, E2, ..., até E10 estão de acordo ou subscreveram com aquilo que tinha acontecido em Maio de 1999.

Em 30 de Agosto de 1999, foi a realização da consulta popular ou referêndum em Timor-Leste e o povo adesão em massa por causa é a única oportunidade de decidir o seu destino que batalhou durante 24 anos e perante a comunidade internacional, «o povo foi muito entusiasmado de praticar o seu direito de voto livre, segundo os inquiridos E1, E2, ..., E10 que subscreveram com a percentagem de 100%».

²⁴¹ Horta e Belo receberam prémio Nobel da Paz foi um ponto de Viragem para a questão de Timor-Leste em 1989.

²⁴² E1, E2, ..., até E10, subscreveram de que a crise financeira em Indonésia também foi um ponto de viragem para a causa de Timor-Leste, 1998.

A visita do Papa João Paulo II, em Outubro de 1989, foi uma visita pastoral porque Timor-Leste é católica com quase 97 %, e que faz parte da identidade do povo de Timor-Leste, e por isso, a visita da Sua Santidade foi uma enorme contribuição da causa de Timor-Leste, ao mesmo tempo, acompanhado Sua Santidade Papa João Paulo II, multidões de jornalistas estrangeiros que fizeram cobertura de Sermão do Papa. Dando assim, os jornalistas estrangeiros conseguiram olhar de perto a violação dos Direitos Humanos praticados pelos militares Indonésios, Foi um ponto de Viragem para o apoio da questão de Timor-Leste no mapa mundial, segundo os inquiridos, «E1, E2, E3, E5, E6, E7, E8, E9, E10»²⁴³, e subscrevendo com a percentagem de total 90%. Enquanto, o entrevistado E4 que representa 10 % não tem ideia a cerca deste acontecimento por causa do desaparecimento da família na altura da visita do Papa João Paulo II.

O Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, em Fevereiro de 1989 enviou uma carta ao Secretário-geral das Nações Unidas Peres de Cueller, cuja objetivo de solicitar de realização de uma consulta popular em Timor-Leste para que possa resolver uma vez por todo o problema. Este referêndum terá supervisionado pela ONU para que poderia ter um resultado aceitável e mostrarem ao mundo a claridade do problema de Timor-Leste. Os nove entrevistados, E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 subscreveram a favor desta ação, enquanto o entrevistado E10 não comenta.

Em Julho de 1982, realizou uma conferência em Laline distrito de manatuto. O Líder da resistência de Timor-Leste fez seu primeiro contacto com exterior cuja objetivo da divulgação dos Direitos Humanos cometidos pelos militares Indonésios em Timor-Leste. Os entrevistados que subscreveram são, E2, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10 com a percentagem de 80%, enquanto entrevistados E1 e E3 com a percentagem de 20% não tem conhecimento claro sobre esta conferência.

Os jovens e estudantes assaltaram várias embaixadas estrangeiras em Jakarta capital de Indonésia, em Julho de 1993, cuja objetivo de divulgar a questão de Timor-Leste à comunidade internacional e que as violações dos direitos humanos cometidos pelo militares Indonésia basta. Esta ação foram subscrevendo os entrevistados E2, E3, E5, E6, E7, E9, E10 com a percentagem de 80%. Enquanto, os entrevistados E1 e E8 querem de que os jovens e estudantes deviam fazerem a sua ação no interior do país, com uma percentagem de 20%.

²⁴³ 90% dos entrevistados subscreveram a visita do Papa João Paulo II foi um ponto de viragem para a luta de Timor-Leste, em 1989.

Em Novembro de 1992, a visita do navio Lusitano Expresso à Timor-Leste cuja objetivo de divulgar e denunciar a violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste, e deu a atenção a comunidade internacional de que, na verdade os militares Indonésios cometeram violações dos direitos Humanos, segundo os entrevistados E2, E3, E4, E5, E6, E7, E10, com 70% subscreveram a presença de Lusitano Expresso. Enquanto, os entrevistados E1, E8, E9 com a total de percentagem 30% tiveram enorme dúvidas sobre a entrada de Lusitano Expresso em Timor-Leste, enquanto, Timor-Leste cercado pelos militares indonésios depois do Massacre de Santa cruz.

6.7. Análise da Internalização.

Observando da Tabela 3, verificamos que os entrevistados são 10 personalidades que participaram ativamente no processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste e que deram as suas opiniões a cerca da **Internalização**.

Quadro 3. Perceção dos entrevistados sobre a Internalização de 1974 – 20002.

Ano	Acontecimento	3^a. Internalização.	Entrevistados	
Setembro 1974	FRETILIN lança o conceito Independência	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Dezembro 1975.	ONU, através da Res. 384/75, condena a Indonésia por anexar ilegalmente TL		X	X
Setembro 1981.	Comando da luta reorganiza a Resistência; pede uma conversa liderada pela ONU em	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%

O Processo de Autodeterminação e de Independência de Timor-Leste sob a Perspetiva analítica da Difusão Normativa

	Laline/Manatuto			
Julho 1982.	O Líder da Resistência Xanana Gusmão, tem primeiro contacto com exterior.		X	X
Agosto 1986.	Xanana: Despartidarização da FRETILIN e criação da UNIDADE NACIONAL	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Outubro 1989.	Visita do Papa João Paulo II.		X	X
Fevereiro 1989.	Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo dirige carta a ONU para realização de referendo em TL		X	X
Novembro 1991.	Massacre de Santa Cruz.	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Setembro 1992.	Captura do líder da resistência, Xanana Gusmão.		X	X
Novembro 1992.	O navio "Lusitânia Expresso" visita TL		X	X

O Processo de Autodeterminação e de Independência de Timor-Leste sob a Perspetiva analítica da Difusão Normativa

Julho 1993.	Jovens e estudantes timorenses assaltam embaixadas em Jacarta (Indonésia).	Independência	E2, E3, E4, E5, E6, E7, E10.	70%
Novembro 1994.	José Ramos Horta, diplomata no exterior, reúne com a Solidariedade internacional.		X	X
Dezembro 1996.	Prémio Nobel da Paz de José Ramos Horta e Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo		X	X
Julho 1997	Crise financeira abala o regime de Suharto na Indonésia.		X	X
Maio 1998.	Mudança do regime de ditadura para a democracia na Indonésia.		X	X
05 Maio 1999.	Acordo tripartido Portugal/ONU/ Indonésia para a realização de uma consulta popular	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%

	/referendo em Timor-Leste.			
30 Agosto 1999	Adesão em massa do povo de Timor-Leste à Consulta Popular supervisionada pela ONU.	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Junho de 1999.	United Nations Mission in East Timor (UNAMET).	Assegurar a Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%
Fevereiro 2000.	Entrada da UN Transitional Administration in East Timor (UNTAET).	Assegurar a Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E, E9, E10.	100%
Agosto de 2001.	Criação da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL).	Consolidação a Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10	100%
Maio de 2002.	Restauração da Independência de Timor-Leste.	Independência	E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.	100%

6.8. O conceito de independência.

Baseando das perceções dos entrevistados E1, E2...até E10 e com a totalidade de 100% subscreveram de que a Fretilin despertou o povo de Timor-Leste com o conceito de autodeterminação e independência total. O conceito “Independência” transformou por

um Slogan «MAUBERE» significa refere ás pessoas descalços, descalçados, moradores, pessoas que trabalharam para o patrão sem remuneração. Eles viveram no interior do país. Essas pessoas que ergueram e brotaram juntamente com a Fretilin exigirem o seu direito e autodeterminação da independência de Timor-Leste. Esta exigência baseando das «*resoluções da Assembleia Geral (res. 1514), (res. 1541) e res. 3485 de 12 de dezembro de 1975, afirmando o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação, exigindo que a Indonésia retirasse as suas forças imediatamente do território e reconhecendo Portugal com potência do mesmo*²⁴⁴».

«*A 10 de Dezembro de 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas adaptou a Declaração Universal dos Direitos do homem e esta declaração universal é o marco mais importante na luta contra a violação dos Direitos Humanos*²⁴⁵».

Setembro de 1981, depois do desmantelamento total da base de apoio por parte do povo às Forças Armadas da Libertação nacional de Timor-Leste (FALINTIL) pelos militares indonésios; em 1981 o comando da luta liderado pelo Xanana Gusmão reorganizou-se a resistência e nessa conferência apelou a ONU para ser mediador sobre a questão de autodeterminação e independência de Timor-Leste por uma via Dialogo. Os entrevistados E1, E2, ..., até E10 subscreveram absolutamente a actuação do líder da Resistência de Timor-Leste, com o total percentagem 100%.

Em Agosto de 1982, o líder da resistência Xanana Gusmão declarou a sua despartidarização da Fretilin cuja objetivo de organizar e abraçar uma só frente que é a UNIDADE NACIONAL e que esta ideia veio a concretizar e muita pessoa a aderir para lutar contra a Indonésia. Os E1, E2,... até E10 foram subscrevidos e com a percentagem de 100%.

«O massacre de Santa cruz e, 12 de Novembro de 1991, mostrou ao mundo de que o povo de Timor-Leste verdadeiramente defender o seu direito da Independência . Os jovens mostraram a sua coragem e determinação lutar pela uma causa justa. A consolidação da sua luta até morte para as futuras gerações. O derramamento de sangue para conquistar a sua independência total e incondicional. Os inquiridos foram subscrevidos E1, E2,... até E10, com a percentagem de 100%»²⁴⁶.

²⁴⁴ P. escarameia, Reflexões sobre temas de Direito Internacional, Timor, a ONU e o Tribunal penal internacional, 2001, pp. 20-21.

²⁴⁵ M. Pinto, As Nações Unidas e os desafios da Governação Global, 2014, p. 22.

²⁴⁶ E1, E2,... até E10 dos entrevistados foram 100% subcreveram o Massacre Santa Cruz deu um impacto muito positivo para o processo de autodeterminação e de independência de Timor-Leste.

Em 05 de maio de 1999, o acordo tripartida constituído pelo Portugal, ONU e Indonésia cuja objetivo da realização de um entendimento mútuo para a realização de uma consulta popular ou referêndum para que o povo decide o seu destino supervisionada pela ONU. Subscreveram pelos E1, E2,...até E10, com o total de 100%.

Em 30 de Agosto de 1999, foi adesão em massa do povo de Timor-Leste à consulta popular supervisionado pela ONU. A perceção dos inquiridos E1, E2,...até E10 subscreveram este acto único para decidir o seu futuro com a percentagem de 100%.

Em Junho de 1999, United nation Mission in East Timor (UNAMET) marcou a sua presença para assegurar, registar e visionar a consulta popular. Esta presença das Nações Unidas é para consolidar as instituições. No ponto de vista dos entrevistados E1, E2,... até E10 com a percentagem de 100% subscreveram a actuação das nações Unidas.

A entrada de «UNITED Nation Transitional in East Timor (UNTAET) com a missão de assegurar e consolidar as instituições internas, designadamente, as leis, a constituição, consolidar a instituição policial, e todas as instituições públicas do estado da República Democrática de Timor-Leste. As perceções dos inquiridos E1, E2, ..até E10 foram subscrevendo esta atuação e com a percentagem de 100%»²⁴⁷. Este evento tinha acontecido em Fevereiro de 2000.

Agosto de 2001, a elaboração da constituição da República Democrática de Timor-Leste cuja objetivo de consolidação da independência de Timor-Leste. A socialização da constituição ao povo e regulamentação com os regimentos e normas de um país Democrático. O objetivo principal é consolidar as instituições domésticas, e que subscreveram pelo entrevistado E1, E2,... até E10 com a total percentagem de 100%.

²⁴⁷ E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9 e E10 dos entrevistados subscreveram 100% em relação da entrada de forças internacionais (UNITED Nation Transitional in East Timor (UNTAET) foram decisivo para a autodeterminação do povo de Timor-Leste, 2017.

A restauração da independência de Timor-Leste foi uma verdadeira consolidação que marcou a sua presença de Secretário Geral das Nações Unidas a dar Legitimidade internacional e permitiu Timor-Leste entrar como membro das nações Unidas com o seu direito plenitude e dever de cumprir todos os requisitos das nações Unidas, em Maio de 2002. No ponto de vista dos entrevistados E1, E2, ... E10 com a percentagem de 100% foram subscrevendo de que, Timor-Leste nasceu como um Povo e uma Nação perante a comunidade internacional de igual oportunidade e igualdade direito.

Em Julho de 1993, os jovens e estudantes assaltaram várias embaixadas estrangeiras em Jakarta, capital de Indonésia cuja objetivo divulgar o direito e autodeterminação e da independência de Timor-Leste. Os entrevistados E2, E3, E4, E5, E6, E7, E10, com a total percentagem de 70%. Enquanto, os inquiridos E1, E8, E9 com a percentagem de 30% querem que os jovens e estudantes lutaram no interior do país, porque eles fundamentaram de que a luta do processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste é lutar no interior do país não é no exterior.

CONCLUSÃO.

- O facto de as Nações Unidas reconhecerem que Timor-Leste era um território não-autónomo, bem como o seu direito à autodeterminação no dia 30 de Agosto de 1999, foi fundamental para o destino de Timor-Leste, um Estado de pequena dimensão e de grande vulnerabilidade. A questão de Timor-Leste adquiriu, deste modo, uma base jurídica internacional que se tornou o principal trunfo do povo timorense na sua luta desigual pela independência.

- Esta dissertação visou responder à seguinte Pergunta de Investigação:

Que atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do Governo de Suharto, na Indonésia, e no processo de consolidação da independência de Timor-Leste?

- No Capítulo I a dissertação demonstrou a fragilidade do Estado de Timor-Leste no momento da invasão da Indonésia. Por um lado, os timorenses já tinham criado cinco organizações políticas para concorrerem às eleições de novembro 1975: Frente Revolucionária de Timor-Leste independente (FRETILIN), União Democrática Timorense (UDT), Klibur Oan Timor Asuwaín (KOTA), Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) e Partido Trabalhista. A maioria da população aderiu à FRETILIN, por esta defender a opção de independência. Mesmo assim, a

sociedade dividiu-se, e esta fragilidade foi aproveitada pela Indonésia. As outras organizações (especialmente UDT e APODETI) ficaram descontentes com a preferência da população pela FRETILIN, e tentaram influenciar a escolha da maioria da população através de assaltos violentos aos simpatizantes da FRETILIN e/ou os ativistas que advogavam a independência do país. Estas organizações (UDT e APODETE) classificaram a FRETILIN como um partido comunista. Aproveitando a contradição e as tensões políticas entre as emergentes elites e lideranças timorenses, a Indonésia invadiu imediatamente Timor-Leste em 7 de Dezembro de 1975, utilizando o argumento de Timor-Leste ter adotado um sistema comunista que não servia os propósitos da região. A ocupação indonésia decorreu de 1975 a 1999.

- No Capítulo II foi analisada a aplicação do modelo teórico proposto pela perspectiva analítica da Difusão Normativa, à análise do processo da luta pela independência de Timor-Leste, com especial consideração pelos atores ainda não focados na literatura académica existente, como por exemplo, os partidos políticos, movimentos dos estudantes (nomeadamente, OJETIL e RENETIL, FALINTIL, OPMT, OPJT) e a Igreja Católica.

- No Capítulo III foi explorado o processo de causa e efeito na independência de Timor-Leste, analisando o modo como os governos, instituições internacionais, FRETILIN, Conselho Revolucionário da Resistência Nacional (CRRN), Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM), Conselho Nacional da Resistência Timorense (CNRT), Força Armada da Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL), a Igreja e a Diplomacia timorense cumpriram as obrigações, acordadas a nível internacional, de proteger e promover o direito à autodeterminação do povo de Timor-Leste, segundo a resolução 1514/1960 da Assembleia Geral das Nações Unidas, sobre a concessão de independência aos países e povos coloniais.

- Os capítulos quatro e cinco abordam as emergências da cascata normativa rumo ao referendo. O povo é como água e a resistência é como peixe.

- No capítulo VI, aborda sobre o resultado da pesquisa e analisando os processos da luta de autodeterminação e independência que enquadrada na teoria do ciclo de vida das normas internacionais.

- Depois da Segunda Guerra Mundial, «os direitos humanos ganham cada vez mais o seu espaço e a sua legitimidade a nível mundial»²⁴⁸. A eliminação do valor da

²⁴⁸ Maria Pinto, As nações Unidas e os desafios da governação global, 2014.

pessoa humana, tornava assim imprescindível a revalorização ou reedificação dos Direitos Humanos como um exemplo basilar de moral e racional.

BIBLIOGRAFIA

Bibliografia primária:

CONVENÇÃO de Montevideu. (1933) Portals Multilateral Documents. Sobre direito e deveres. Decreto nº 1.570, de 13 de Abril de 1937. Promulga as convenções sobre direitos.

RESOLUÇÃO das Nações Unidas 384/75, de 22 de dezembro, sobre a ilegalidade da anexação de Timor-Leste por Indonésia.

RESOLUÇÃO das Nações Unidas 389/76, de 22 de Abril. Artigo 27, nº3. A missão chefiada pelo Vittorio Guicciardi, visitou a Indonésia, Timor-Leste e Australia, de 15 de Janeiro a 7 de Fevereiro de 1976.

[HTTP://Timor-Leste.gov.tl](http://Timor-Leste.gov.tl) (PDF) Cronologia-Governo de Timor-Leste. As resoluções da Assembleia Geral 1514(XV), 1541(XV), 2625(XXV) e as resoluções e decisões relevantes aprovadas pelo Conselho de Segurança e pela Assembleia Geral quanto a questão de Timor-Leste.

CONVENÇÃO de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos do Homem (10 de dezembro de 1948).

Bibliografia Secundária:

ANDERSON, B. (2000) “O tempo está do nosso lado. O colapso do colonialismo indonésio em Timor Leste”. *Política Internacional*: 5-16.

ANDERSON, Benedict. (1991) *Imagined Communities. Reflection on the Origin and Spread of nationalism*. Revised Edition. London and New York.

ANDERSON, B. (2011) *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Companhia das Letras: São Paulo.

ANDERSON, B. (1993) *Imagining East Timor*. *Arena Magazine*. Nº. 4 Abril-Maio 1993. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/timor/imagin.htm>, consultado a 10 de Setembro de 2011.

- ACNUR (Alto Comissariado Das Nações Unidas Para Os Refugiados). A situação dos refugiados no mundo. Cinquenta Anos de acção humanitária, www.cidadevirtual.pt/acnur/.

- BARBEDO de Magalhães, A. (1999) East Timor Indonesian Occupation and Genocide. Porto: Universidade do Porto.
- BARBEDO de Magalhães, A. (1999) Timor Leste na encruzilhada da transição indonésia. Lisboa: Gradiva/Fundação Mário Soares.
- BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes. (2012) História da Igreja em Timor-Leste: 450 anos de evangelização (1562-2012). Fundação Eng. António de Almeida – Porto.
- BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes. (2013) Apresentação do livro: Dom Frei Manuel de Santo António, Santa Catarina-Porto.
- BELO, Dom Carlos Filipe Ximenes. (2014) História da Igreja em Timor-Leste. Fundação Eng. António de Almeida – Porto.
- BOLI, John e George M. Thomas. (1999) The emergence of global transnational civil society. Stanford University Press.
- BUCHANAN, Allen. (1999) “Recognitional legitimacy and the state System”. *Philosophy & Public Affairs*, 28, issue 1, 51: 46- 78. In his latest work on this topic, *Justice, Legitimacy, and Self-Determination: Moral Foundation for International Law*, New York: University Press 2004.
- CANCLINI, N. G. (2010) *Consumidores e Cidadãos: Conflitos Multiculturais da Globalização*. 8ª Edição, Editora UFRJ: Rio de Janeiro.
- CASTELLS, M. (2008) *Poder da Identidade*. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo.
- CORTÊS, F. C. (2010) *Entre Colonialismos e Autonomia Nacional: Reflexões Identitárias de Leste-Timorenses no Brasil*. Monografia de Bacharelado em Antropologia. Universidade de Brasília (UNB): Brasil.
- Cuche, D. (1999) *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC.
- CAMILLERI, Joseph A. e Falk, Jim. (1992) “The End of Sovereignty? The Politics of a Shrinking Fragmented World”. Aldershot: Edward Elgar Publishers.
- CHEGA-Volume I, II, III, IV, e Vol. V. CAVR (Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação de Timor-Leste). (2010) Relatório da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR) de Timor-Leste: resumo executivo. Díli.
- CASSESE, A. (1995) *Self-Determination of Peoples. A Legal Reappraisal*. Cambridge: Cambridge University Press.
- COMMISSION on Global Governance. (1995) *Our Global Neighbourhood*. Oxford University Press.
- CANOTILHO, J.J. Gomes e Moreira, Vital. (1998) “Constituição da Republica Portuguesa. Lei do tribunal Constitucional”. 5ª Edição Revista, Coimbra Editora.

- CHOMSKY, N. (1979) “O povo de Timor Leste está entre as vítimas da actual fase da ideologia e prática do Ocidente”. www.chomsky.info/
- CICERCO, Roman Orator. (2014) Democracy, Good Governance, And The Rule of Law. Do These Apply to the International Economic System? UNCTAD (United Nations Conference on Trade And Development).
- COX, Steve. (1995) Timor Leste Gerações da resistência. Lisboa: Caminho.
- CLARK R. (1980) The decolonization of east Timor and the United Nations Norms on Self-determination and Aggression. Yale journal of world public order: 2-44.
- DE ABREU, P. (1997) Timor – A Verdade Histórica. Lisboa: Editora Luso-Dinastia.
- DE CARVALHO, M. J. A. (2001) Panorama Linguístico de Timor; Identidade Regional, Nacional e Pessoal. Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14, jul/set, 65.
- DAVIS, Dietrich and Sepp. (2004) International Intervention in the Post-Cold War World Moral responsibility and Power Politics. New York London.
- DANESE, Sérgio França. (1987) Os novos Estados como novos atores nas relações internacionais. Palácio Itamaraty, Brasília.
- DJELIC, Marie e Laure. (2006) Transnational governance: Institutional Dynamics of regulations. Cambridge: Cambridge University Press.
- ERMAN, Eva and Anders Uhli (Eds). (2010) Legitimacy Beyond the State?: Re.examining the democratic Credentials of Transnational Actors (Democracy beyond the nation State? Transnational actors and Global Governance). London: Palgrave Macmillan.
- ESCARAMEIA, Paula. (1993) Formation of Concepts in international Law. Subsumption under Self-Determination in the case of East Timor. Lisboa, Fundação Oriente.
- ESTATUTOS da Rádio e Televisão de Timor-Leste, EP (2010) Capítulo II, Secção III, Artigo nº. 19.
- FALK, R. (1999) A Predatory Globalization. Critique. Cambridge: Polity Press.
- FALK, R. (1998) Law in an Emerging Global Village. A Post-wetphalian Perspective. Ardsley: Transnational Publishers.
- FALK, R. (1989) Revitalizing International Law. Ames: Iowa State University Press.
- FALK, R. (1995) On Human Governance. Toward a New Global Politics. Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press.

- FINNEMORE, M. e Sikkink, Kathryn. (1998) “International Norm Dynamics and Political Change” *International Organization* 52: 887-917.
- FROST, M. (1996) *Ethics in International Relations. A Constitutive Theory*. Cambridge: Cambridge University Press.
- GALVÃO Teles, M. (1999) “As Nações Unidas e a questão de Timor Leste”. *Política Internacional*: 177-191.
- GALVÃO Teles, P. 1999. “Autodeterminação em Timor Leste: dos Acordos de Nova York à consulta popular de 30 de Agosto de 1999”. *Documentação & Direito Comparado*: 379-454.
- GALVÃO Teles P. (1997) “O Estatuto Jurídico de Timor-Leste: Um case study sobre as relações entre os conceitos de autodeterminação e soberania”. *Política Internacional*: 193-248.
- GHIMIRE, Kleber Bertrand. (2011) *Organization Theory and Transnational social Moviments: organization Life and internal Dynamics of Power exercise within the Alternative Globalization*. Lexington Books.
- GOMES J.P. (2010) “A Internacionalização da Questão de Timor-Leste.” *Política Internacional*: 67-89.
- GUSMÃO, M. M. C. (2010) *Billateral Brasil Timor na Profissionalização docente em serviço: Perspectivas e desafios e de formação do Século XXI*. Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade de Brasília (UNB), Brasil.
- GUSMÃO, X. (1994) *Timor-Leste: Um Povo, Uma Pátria*. Lisboa: Edições Colibri.
- GUSMÃO, X. (2000) *O presente e o Futuro de Timor-Leste*. *Política Internacional*; Vol.3, nº. 21: 39-48.
- GUNN, Geoffrey C. (1997) *East Timor and the United Nations: The case for Intervention*. Publisher: Red Sea Press, Nagasaki University-Japan.
- HALL, S. (2004) *Identidade Cultural na pós-modernidade*. DP&A Editora: Rio de Janeiro.
- HILL, H. (2002) *Stirrings of Nationalism in East Timor, FRETILIN 1974-1978*, Oxford Press.
- HORTA, José R. (1998) *Perjuangan Timor Lorosae Belum selesai [A luta inacabada em Timor-Leste]*. SOLIDAMOR.
- HORTA, José R. (1994) *Timor Leste: amanhã em Díli*. Lisboa: Dom Quixote.
- HANNIKAINEN, L. (1988) *Peremptory Norms (jus cogens) in International Law. Historical Development, Criteria, Present Status*. Helsinki: Lakimiesliiton Kustannus.

- IGNATIEFF, M. (1998) *The warrior's Honor: Ethnic War and the Modern Conscience*, London: Chatto and Windus.
- IPJET (International Platform of Jurists for East Timor). (1995) *International Law and the Question of East Timor*. Londres: CIIR/IPJET.
- ITHCA, Ny. (1995) *The struggle against apartheid*. Cornell University Press.
- KATOPPO, A. (2002) *An Indonesian view-The silent majority must speak up*. *Negócios Estrangeiros* (eds.), pp. 50-41.
- KEOHANA, Robert O. and Joseph S. Nye. (2001) "Chapter 2: Realism and Complex Interdependence". In *Power and Interdependence*. 3rd edition. New York: Addison Wesley Longman, 20-32.
- KISSINGER, H. (2016) *Reflexões sobre o carácter das nações e o curso da História, A Ordem Mundial*. Edição: Dom Quixote.
- KOHEN A, e Taylor J. (1979) *A act of genocide: Indonesia's invasion of East Timor*. Londres, Tapol.
- LOURENÇO, S. V. (2008) *Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste*. Dissertação de Mestrado em Língua e Cultura Portuguesa, Universidade de Lisboa.
- LUTTWAK, E. (2000) "A regra de Kofi: intervenção humanitária e neocolonialismo". *Política Internacional*: 59-67.
- MONYEIRO, A. (2001) "O Conselho de Segurança e a libertação de Timor Leste". *Negócios Estrangeiros*: 5-39.
- MOREIRA, A. (2008) *Teoria das Relações Internacionais* (6ª. Edição). Coimbra: Almedina.
- MALONE, David M. (2002) *THE UN SECURITY COUNCIL: From the Cold War to the 21st Century*. A Project of the International Peace Academy. *African Perspectives on Intervention and State Sovereignty*. In: *African*.
- MALTEZ, J. (2014) *ABECEDÁRIO DE TEORIA POLÍTICA, ideias e autores dos séculos XIX e XX, pela Santa Liberdade I*. Lisboa: ISCSP.
- MARTIN, Ian. (2001) *Self-determination in East Timor: The United Nations, the ballot, and international intervention*. Boulder: Lynne Rienner.
- MAHONEY, James. (2010) *World Politics: "The New Methodology of Qualitative"*, 126-129. *Journal Cambridge WPO*: Cambridge University Press.

- MICHAEL J. Matheson. (2001) “United Nations Governance of Post-conflict societies”. Refugee Studies Centre, University of Oxford, United Kingdom: www.unhcr.org
- MARKER, Jamsheed. (2003) East Timor: A Memoir of the Negotiations for Independence. Jefferson: MacFarland.
- MARQUES, Rui. (2005) Timor-Leste: O agendamento mediático. Porto Editora.
- MARQUES, Rui. (1992) Fórum estudante “Lusitânia Expresso: Missão Paz em Timor”, Revista. 12denovembro: Lisboa.
- MARQUES, R. (2005) Timor-Leste: O Agendamento Mediático. Porto Editora: Portugal.
- MARTIN-Barbero, J. (2011) Dos Meios às Mediações. Editorial UFRJ: Rio de Janeiro.
- MARTINS, Marco Batista. (2017) Os Brics e as relações internacionais numa perspetiva da autopoiese. Edições Húmus, Lda. p35.
- MATAN Ruak, T. (2001) A importância da língua portuguesa na resistência contra a ocupação indonésia. Camões, Revista de Letras e Culturas Lusófonas, nº 14, jul/set, 41-42.
- MENEZES, F. X. (2006) Encontro de Culturas em Timor-Leste. Crocodilo Azul. Dili.
- Molnar, A. (2005) East Timor: an Introduction to the History, Politics and Culture of Southeast Asia’s Youngest Nation. Disponível em <http://www.seasite.niu.edu/EastTimor/>, consultado a 15 de setembro de 2011.
- MENDES, N. C. (2005) Como Nasceu Timor-Leste? Nacionalismo, Estado e Construção Nacional. CEPESA Centro Português de Estudos de Sudeste Asiático.
- NAU, Henry R. (2011) Perspectives on International relations. Power, Institutions and Ideas. CQ Press.
- NEVES, F. (2000) “Timor Leste: processo diplomático”, Política Internacional: 29-38.
- PINTO, Constancio and Jardine, Mathew. (1999) East Timor’s Unfinished Struggle: Inside the Timorese Resistance. Boston: South End Press.
- PUREZA, José M. (2001) “Quem Salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo Solidário”. Publicações Oficina do CES.
- RAMOS, Flávio A. (2010) A Diplomacia Portuguesa no Processo de Autodeterminação Timorense (Evolução entre 1974-1999): Universidade Nova Lisboa.
- RIBAS, Luís. (2018) Uma Vida em Directa, 38 anos de aventuras da Casa Branca a Timor-Leste. Editor: Oficina do Livro.

- RISSE, Th, Stephen Ropp., e Kathryn Sikkink . (2013) The power of human Rights. *International Norms and Domestic Change*:134-171. Cambridge Studies in International Relations.
- RISSE, Th., Walter Carlsnaes e Beth A. Simmons. (2006) *Transnational Actors and World Politics*. Publisher: SAGE Publications Ltd.
- RUGGIE, J.G. (1998) *Constructing the World Polity. Essays on International Institutionalization*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- SAKY, Carlos da Silva. (2013) *RENETIL: Iha Luta Libertasaun Timor-Leste*. [Antes Sem Título, Do Que Sem Pátria]. Edifício CNRT Balide, Dili.
- SILVA, L. M. (2000) *Descolonização, nacionalismo e separatismo no Sudeste Asiático; Os casos da Indonésia e Timor-Leste*. *Lusotopie*, 374-359. Disponível em <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/marques.pdf>, consultado a 15 de Setembro de 2011.
- SOUSA, D. (2007) *Colibere: um herói timorense*. Lisboa: Lidel.
- SOUSA, D. (2010) *História da Resistência Timorense*. Thesaurus: Brasília.
- SOUSA, D. (2003) *Olobai 75. Baucau (Timor-Leste)*. Gráfica Diocesana: Baucau.
- TARROW, Sidney. (2005) *The New Transnational Activism (Cambridge Studies in Contentious Politics)*. Cambridge: Cambridge University Press.
- TAYLOR, J. (1999) “A Indonésia e a Transição para a Independência em Timor Leste”. *Política Internacional*, Vol,3: 193-225.
- TAYLOR, J. (1993) *Timor, a história oculta*. Lisboa: Bertrand Editora.
- TRAUB, J. (2000) “Inventing East Timor”, *Foreign Affairs*, vol,54, nº.2: 74-89.
- VOETEN, E. (2005) *The Political Origins of the UN Security Council’s ability to legitimize the use of Force*, in: *Inetrnational Organization*, 59: 3, pp527-557.

ANEXOS.

Tabela 1. As perguntas de entrevistas para recolher informações primárias.

No.	Perguntas
1.	No seu ponto de vista, o que constituiu o ponto de viragem no processo de

	reconhecimento do processo de autodeterminação e de Independência de Timor-Leste e quais são os fatores que mais contribuíram para a Independência de Timor-Leste?
2.	A independência de Timor-Leste foi muito tarde. No seu ponto de vista, qual foi o papel da resistência do povo no processo da independência de Timor-Leste desde 1975 até 1999?
3.	Quais são os atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo Indonésio de Suharto e no processo de Consolidação da Independência de Timor-Leste?
4.	A solidariedade internacional e nacional de forma separada mas sinérgica acabou por pressionar as OI,s (Organizações Internacionais) e especialmente a ONU, para resolver rapidamente a crise e reafirmar ou consolidar a independência do país: No fundo o que esteve em causa realmente?
5.	O papel dos jovens e estudantes também foi decisivo e determinante para a causa de Timor-Leste?
6.	No seu ponto de vista, a visita do Papa João Paulo II, dois personalidades timorenses que receberam premio Nobel da Paz e a visita de Nelson Mandela foram importantes para o processo da independência de Timor-Leste, porque?
7.	Assaltos dos jovens nas Embaixadas estrangeiras em Jakarta no capital de Indonésia entre nos anos 1994 até 1997, qual foi o impacto destas ações?

8.	Como é que o Rev. Bispo e Premio Nobel da Paz tinha esta ideia tão corajosa de escrever pela 1ª. vês para as Nações Unidas pedir para a realização REFERENDO em Timor-Leste, qual foi a influência desta carta?
9.	Em 1999, a vida do Rev. Bispo e Premio Nobel da Paz estava em perigo por ameaças do militares e milícias indonésio obrigando forçosamente deixar Timor-Leste, qual foi o impacto da saída do Prémio Nobel da Paz Bispo Carlos Filipe Ximenes Belo?
10.	Qual foi o papel de Portugal como potencia administrante da questão de Timor-Leste?

Tabela 2. Participantes ou entrevistados.

No.	Nome	Função	Local	Data
1.	Carlos Filipe Ximenes Belo	Bispo e Prémio Nobel da Paz.	Porto	11-11-2017.
2.	Constâncio Pinto	Activista e líder do Massacre de santa cruz, ex-ministro de comércio e ex-embaixador.	Timor-Leste.	16 -11-2017
3.	Agostinho Barbosa	Ex-docente e empreendedorismo.	Timor-Leste	18-11-2017
4.	Roque Rodrigues	Ex-ministro da Defesa e actual. conselheiro do Presidente da república de Timor-Leste	Timor-Leste	20-11-2017
5.	Roberto Jerónimo	Reitor da	Timor-Leste	21-11-2017

	Seixas	Universidade Timor Leste (UNITAL)		
6.	Kay Rala Xanana Gusmão	Comandante da resistência de Timor-Leste, Ex- presidente da república de Timor-leste, ex- Primeiro ministro de Timor-Leste, e atual negociador da delimitação fronteira marítima com a Austrália	Lisboa	28-10-2017
7.	Manuel Gonçalves de jesus	Ex-Embaixador de Portugal em Timor-Leste	Timor-Leste	23-11-2017
8.	Francisco Guterres Lu- Olo	Actual Presidente da república de Timor-Leste	Timor-Leste	25-11-2017
9.	Lere Anan Timor	Jenderal das Forças Armadas de Timor- Leste e Guerileiro da resistência	Timor-Leste	28-11-2017
10.	José Ramos Horta	Ex-Presidente da República de Timor-Leste; Prémio Nobel da Paz; Diplomata Timorense durante 24 anos no Exterior	Timor-Leste	12-03-2018

Anexos.

E1.

Entrevista com: **Bispo Dom Ximenes Belo, Premio Nobel da Paz.**

Porto, 11-11-2017.

1. A independência de Timor-Leste foi muito tarde. No seu ponto de vista, qual foi o papel da resistência do povo no processo da independência de Timor-Leste desde 1975 até 1999?

Resposta.

A independência de Timor-Leste foi muito tarde devido a várias razões.

A 1ª. Razão é que na altura do 25 de Abril outras colónias de Portugal, como, Angola, Moçambique, Guine Bissau, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde haviam movimentos de Libertação que lutavam pela Independência autodeterminação a partir da década de 60 do século passado, ao contrário, em Timor-Leste não havia nada, e por isso, quando em 1974 governo Português quis descolonizar as antigas colónias teve um problema em relação a Timor-Leste porque la dentro não havia partidos políticos por isso não havia liderança da política dos Timorenses e por isso podemos dizer que o governo Português na altura não sabia como descolonizar Timor-Leste/Timor-Português, então, e até disse que aquilo que o governo Português estava preparar era mais o estatuto da autonomia para Timor-Leste e Timor autónomo integrado na Indonésia. Não sei se sabes disto. Isto é um segredo que não está muito dito, não é. Entretanto, criar três partidos, UDT, FRETILIN e APODETE; estes três partidos com direção diametralmente opostas. UDT queria integração com Portugal a longo prazo, Fretilin queria uma Independência total imediata e APODETE queria uma integração a Indonésia. Portanto, aí, se havia logo que timorense não estavam unidos e isto iria contribuir para que a autodeterminação se retardasse, entretanto ganhou a tese da integração a Indonésia, Timor foi invadido pela Indonésia que ocupou território e transformou na sua vigésima sétima província, portanto, tudo isso causou pela certa maneira, houve um retardamento da resolução de problema. Entretanto, nas Nações Unidas, o problema acendo, debatendo, as nações alguns foram apoiar Timor-Leste e outros foram abstendo-se, e até que fim, em 1982 o processo ficou parado.

Então, O Secretário-geral das Nações Unidas pediu Portugal como potência de Yuri, e Indonésia como potência de facto para conversar. Mas depois retardou também, por causa da guerra civil que houve, invasão da Indonésia e a comunidade Internacional não

estava muito a par do problema de Timor, entretanto, nós os timorenses éramos poucos, havia resistência que lutava no interior do território, sobretudo nas florestas, mas não havia uma vós muito forte cá fora. Portugal não sabia como resolver o problema, as Nações Unidas estavam marcar passo, e lá dentro a guerrilha também estava sendo dizimada. Portanto, com contar do tempo, resolveu-se de tal maneira que em 1999 conseguimos fazer o referendo; a partir de referendo houve portanto, o consenso das Nações Unidas, da Comunidade Internacional que que o povo de Timor-Leste seria independente, mas podemos dizer em comparação com outras colónias Portuguesas da África, o processo foi entregue para Portugal e as Nações Unidas para que as Nações Unidas resolvesse. Portanto, Portugal empurrou para as Nações Unidas. Se não fossem as Nações Unidas estaríamos na mesma de baixo da Indonésia.

2. No ponto de vista do Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, o que constituiu o ponto de viragem no processo de reconhecimento da Independência de Timor-Leste e quais são os factores que mais contribuíram para a Independência de Timor-Leste?

Resposta.

Aí, temos que recuar no tempo sobretudo,

Na década de 80, havia existência da resistência no mato;

Depois da visita do Papa João Paulo II em Outubro de 1989;

Depois em 1986, o Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo enviou uma Carta ao Secretário-geral das Nações Unidas;

Depois em 12 de Novembro de 1991 houve Massacre de Santa Cruz;

Portanto, já eram pontos que chamavam atenção a Comunidade Internacional. Mas podemos dizer;

O 1º. Facto -Um dos pontos fulcrais foi um encontro do então, Primeiro-ministro de Portugal, Eng. António Guterres em Bangkok na Cimeira de ASEAN/ASEM, então, foi ali que, pela primeira vês, o Primeiro-ministro António Guterres falou com Suharto e pedia Suharto para libertar o Comandante das Falintil Xanana Gusmão da prisão, e ao mesmo tempo, os dois países começaram a estabelecer secções de interesses/de contactos, Portugal começava a estabelecer o seu representante a traves da Embaixada de Holanda em Jakarta (Indonésia), e Indonésia estabelecia o seu representante a traves da Embaixada de Tailândia em Lisboa. Portanto, este é um facto muito importante, em Fevereiro de 1996.

O 2º. Facto, que precisamente virou o ponto de viragem foi a carta do Primeiro-ministro John Haward, escreveu ao Habibie que a partir de Janeiro de 1998, Austrália pedia ao presidente Indonésia (Habibie) para pensar no possível acto Auto-determinação de Timor-Leste possível consulta popular.

3º. Facto, foi determinante a tomada da posição do Presidente Bill Clinton, isto já em 1999, houve referendo depois os militares e milícias Indonésia cometeram atrocidades em massa, barbaridades cometidas pelas tropas Indonésios e as Nações Unidas estavam lá demorar, quando de novo o Primeiro-ministro António Guterres telefonou ao Presidente Bill Clinton com que ameaçado, se vocês não apoiaram Timor, nós retira a base de Lajes nos Açores. E então, presidente Bill Clinton foi a partir daí, chegou a saber o que de facto Timor, o que os Timorenses queriam, então, foi a partir do presidente Clinton dava a força dos EUA e juntamente com Austrália, e que os países ocidentais começaram a tomar conta da resolução do problema de Timor-Leste.

3. Quais são os atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo Indonésio de Suharto e no processo de Consolidação da Independência de Timor-Leste?

Resposta.

A posição de Portugal como potencia administrante nunca renunciou o problema de descolonização de Timor, portanto já disse no princípio, Portugal entregou o problema às Nações Unidas, o problema estava no fórum internacional. Embora Indonésia dissesse que Timor já era uma província de Indonésia, mas as Nações Unidas nunca declarada oficialmente. Depois a guerrilha no interior, embora seja, pelo menor número com lutas e guerrilhas mantiveram a cesa luta pela independência. A posição da Igreja Católica através da sua Hierarquia que falava que era preciso de ouvir o povo de resolver o seu problema. Outro aspecto, era a luta da juventude que mesmo estado de baixo da Indonésia, no entanto, formava aquilo que nós chamávamos a rede de clandestina e que fazia com que actuava dentro de Indonésia, de com grupo de solidariedade dentro de Indonésia e com grupos em Timor para que essa luta continuasse.

4. A solidariedade internacional e nacional de forma separada mas sinérgica acabou por pressionar as OI,s (Organizações Internacionais) e especialmente a ONU, para resolver rapidamente a crise e reafirmar ou consolidar a independência do país: Qual é o seu ponto de vista a cerca disto?

Resposta.

Foi realçar dos grupos da solidariedade de muitos países, como na America, Australia, Europa, dos países da CPLP, grupos da Ásia (grupos da solidariedade da Filipina, Malasya, da Thailandia e da própria Indonésia/Solidamor. Portanto, estes grupos ONG's tiveram a nossa importância, na medida em que mantinham as Nações Unidas para resolução do problema. Mas não podemos esquecer que existiam grupos Pretos da solidariedade na Inglaterra que fizeram acção, desmantelamento de não vender os aviões de guerra a Indonésia, e armas, e grupos da Belgica, da França, da Alemanha, da Suedia. De entre própria Austrália (o partido trabalhista) e outras Organizações da Austrália, Organizações que chama-se chafud que desde do principio de 1983/1984 era muita activa deste campo de solidariedade.

5. O papel dos jovens e estudantes também foi decisivo e determinante para a causa de Timor-Leste?

Resposta.

O papel dos jovens e estudantes foi importante, basta de ver, o massacre de Santa Cruz é um exemplo concreto, como a juventude, sobretudo, a juventude de Dili, dos Liceus e também dos estudantes Universitários em Dili e estudantes Universitários na Indonésia estavam unidos das suas ideias, no mesmo ideal foram eles que mantiveram espírito de luta e de combate defendendo a sua Independência. Portanto, podemos dizer que, a juventude foi um factor importante em fazer a conhecer ao mundo que eles são gerações de jovens e gerações futuras de Timor-Leste. Eles são esperança de Timor e lutando pela independência.

6. No seu ponto de vista, a visita do Papa João Paulo II, dois personalidades timorenses que receberam premio Nobel da Paz e a visita de Nelson Mandela foram importante para o processo da independência de Timor-Leste?

Resposta.

a) **A visita do Papa João Paulo II**, foi no dia 12 de Outubro de 1989; não foi uma visita política mas foi sobretudo, uma visita pastoral, como Bispo de Roma faz a sua Diocese de Dili. Podemos ver este aspecto; porem, com a sua visita, o Papa, em qualquer visita que as nações têm sempre o aspecto que chamar atenção. E por isso, quando a Santa sé resolveu para o santo Papa visitasse a Timor, pois aí surgiu logo o problema de Timor. Podemos dizer com a sua visita, embora, seja fosse a pastoral, não

fosse política colocou a situação de Timor-Leste no mapa mundial. Com a sua visita, televisões, jornais, rádios em tudo mundo começaram a falar, porque é que o Papa foi fazer aquela visita, uma terra tão distante, pois a partir daí o Papa ajudou a internacionalizar o problema de Timor. Portanto, aqui a política não é da Santa Sé, uma política não é muita clara, faz as coisas muita discretamente mas foi muito efectivo na visita do Papa. Deve acrescentar que a visita do Papa teve muitas críticas da parte dos alguns políticos, dos alguns sectores aqui em Portugal e alguns timorenses e mesmo dentro da Diocese de Díli (havia clérigos, Padres que não aceitava) a visita do Papa dizendo que o Papa iria lá para conversar ou apoiar a integração. Mas não era esta visita ou não era essa intenção do Papa. Mesmo os Sacerdotes que diziam isso. Nós não vamos aceitar a visita do Papa porque ele vem para apoiar a integração de Timor na Indonésia.

b) Outro Factor importante que, é a concessão do Premio Nobel da Paz em 1996, também daí, quando se concedeu Premio Nobel da Paz muito sectores mundiais perguntaram, mas há muitas outras personalidades, há muitas causas importantes que merecem o Premio Nobel da Paz, e porque concedeu Premio Nobel da Paz aos dois Timorenses. E até perguntava algumas das Nações, onde é que fica Timor-Leste? O que é que está passar lá? Portanto, Premio Nobel da Paz, véu a prender as perspetivas, os horizontes que chamar atenção dos políticos, diplomáticos, principalmente decisores mundiais; Premio Nobel da Paz contribuiu para isso; contribuiu esta abertura do problema de Timor.

Este Premio Nobel da Paz mais concedido ao Povo de Timor através por dois indivíduos de Timor. O Povo lutando e o Povo que sofrido. Portanto, Premio Nobel da Paz era também para isso. Mesmo que fosse um povo pequeno, apenas 700.000 habitantes naquela altura, e o povo que vivendo numa meia ilha perdida lá no Oceano Pacífico, mas o povo que também tinha Direito. Portanto, aqui estamos nestes aspectos, de que os povos mais pequenos também têm o seu Direito a existir como o povo e como uma nação. E por isso que o Comité Premio Nobel da Paz pensou e decidiu em dar esse Premio Nobel da Paz, para que através do Premio Nobel da Paz as Nações Poderosas da Europa, da América procurasse uma solução pacífica para Timor, que venha a depois acontecesse.

c) A visita de Nelson Mandela em Junho de 1997, sendo ele Premio Nobel , um grande lutador não é do Aphartaid, e pedir para que tivesse com encontro com Xanana Gusmão era já um sentido de que ele reconhecia que Timor-Leste tinha um Leader,

estava preso que este leader precisava de ser libertado para sim, poder resolver o problema politicamente.

7. Quais foram os objectivos fundamentais dos Jovens e estudantes Timorenses que assaltaram várias Embaixadas Estrangeiras em Jakarta entre nos anos 1994 até 1997?

Resposta.

Eu nesta altura não via muito clara; este problema do assalto das Embaixadas. É o contrário, tinha problema com isto, não é. Porque algum entraram na Embaixada de Santa Sé em Jakarta, o Núncio telefonava para mim, para ver esse caso. Portanto, eu acompanhava e procurar a falar com Núncio para que compreendesse a situação dos jovens. Mas eu não apoiava directamente; uma coisa que eu fiz notar, a minha posição foi saída dos jovens para Europa, dali que alguns foram para Austrália e outros ficam em Portugal, eu afirmei publicamente que, de facto eu não era a favor da saída dos Jovens, até eu afirmei, se todos jovens saísse de Timor quem é que ficaria cá para lutar. Portanto, que saiam alguns poucos, mas queria que maioria continuasse la dentro. Portanto, a minha posição aí, sobre saída dos jovens, em neste aspecto, a minha posição foi muito diferente em muitos outros políticos. E mesmo se fala no Barco do Lusitano, eu era contra porque sabia que se o Barco fosse a Díli apertasse no ponte cais de Díli, claro que os jovens todos iriam para lá procurar lugar e pendurasse lá no Barco para poder sair, iria haver outro novo Massacre. Para evitar outro novo Massacre, eu afirmei publicamente para que o Barco não vá a Timor. Mas foi uma luta que os Portugueses fizeram para apoiar a luta da independência de Timor-Leste.

8. Como é que o Rev. Bispo e Premio Nobel da Paz tinha esta ideia tão corajosa de escrever pela 1ª. ves para as Nações Unidas pedir para a realização REFERENDO em Timor-Leste?

Resposta.

Primeiro, temos que olhar para o contexto próprio, eu voltei a Timor em 1981, e estava colocar em Fatumaca . E fazer visita a Bercoli, Venilale, Loilubu, Baguia, Quelicai; pois via que de facto, havia muitos postos dos militares de controlo ao longo do caminho.Temos de levar o salvo de conduto/surat jalan. E via que, as pessoas viviam como que em campo de concentração, basta de lembrar aquela de cotahisi. Não havia preso ausente lá a viver, Lospalos lá viver. Portanto, eu naquela altura já eu quando

estava em Fatumaca pensava que, isto não é condição de pessoas livre, não estamos livres. É uma questão.

Segunda questão. Quando fui a Dili, já Administrador Apostólico, portanto, era 1983, 1984 e 1985 percorria em todo o território de Timor-Leste, visitar as paróquias, missões havia também esta situação, sofrimento do povo de Timor-Leste; mas o factor mais fundamental que me ajudou ou que me despertou para me **escrever esta CARTA FOI UMA TARDE QUANDO UM JOVEM DE SMA NEGERI.I. DE DILI** foi a Lcidere começava a chorar a dizer que um Guru (um professor) de flores começava a falar, portanto, ditos palavras que despresado aos Timorenses, que os Timorenses não valiam nada, que eram pobres, analfábetos, não tem cultura, não tem informação. E portanto, eu quando via aquele jovem a chorar, pronto, quando ele sair, foi logo para o meu escritório, a escrever a carta, portanto, isto levado sobre tudo para defender os jovens, a juventude Timorenses. Partindo duma coisa simples, quando uma conversa com um estudante, e depois a carta foi; portanto, aí não sabia qual era o impacto da carta, posteriormente, mas, sem consultar ninguém, sem consultar presbiteral da Diocese de Dili, nem Vigário Geral, nem Núncio. Por iniciativa, escrever a carta, e pedir isso mesmo, os conteúdos estão lá na carta. Claro que, logo a seguir, um dia ou dois dias depois, comecei de novo a sentir pressão, véu logo o Padre Ricardo, olha, a carta está aí circular na cidade de Dili, o que vai ser a Diocese, como vai ser a Igreja; mas pronto, **MAIS VALE ASCENDO DO QUE ESTAR CALADO.** Voltando ao assunto, foi esta força, foi sobretudo, de defender digamos assim a dignidade de um povo, e sobretudo dos jovens.

O encontro com Xanana em 1983, através do Nuncio pediu para ir encontro com Xanana, a Nunciatura tinha uma posição, foi apresentar a posição da Nunciatura ao Comandante Xanana, O Xanana claro numa conversa que falar muito, disse Sr. Bispo, nós Guerrilheiros, nós combatemos por uma causa justa, que é de Timor, portanto, não vamos render, vamos continuar a nossa luta, e morrendo como árvores. Eu também na altura disse, Sr. Comandante, vamos continuar a lutar, mas devemos saber que a Indonésia é uma potência militar muito forte. E os guerrilheiros são poucos. Portanto, Sr. Comandante vê-lá, se encontrar outro caminho da luta, daí que eu sugeri que, eu crei que, nesta luta que é muita demorada, se esta aqui não é possível, vamos optar por uma luta que é **DIPLOMATICA** e talvez esta diplomacia venha a resolver a solução. Portanto, eu não sei se daí que Xanana na altura foi pensando e dali se entregou daquela captura dele em Dili para que lutasse pela outra via, já não tanto no mato com tiros,

emboscadas, mas está na prisão uma luta muito maior ainda visibilidade em todo mundo/aquecendo ao mundo. Depois mais tarde encontrou-me na altura em Dili, disse-me: Oh, O Sr. Bispo disse não é político, mas mais político duque nós.

9. Em 1999, a vida do Rev. Bispo e Premio Nobel da Paz estava em perigo por ameaças do militares e milícias indonésio. Como é que Rev. Sentia em relação aquela pressão toda?

Resposta.

Bispo disse que, só tinha uma ideia fixa que é preciso de falar com o Papa João Paulo II. É preciso fazer chegar ao Papa este sofrimento do povo que está acontecer. E por isso que eu saí de Timor rumo a Austrália e seguindo a Lisboa e último destino foi a Roma, para falar com Santo Padre João Paulo II. Este foi o objetivo, que este problema não é com barbariedade, os incêndios, deportação de 200.000 timorenses para Timor ocidental/Kupan-Indonésia. É preciso fazer ECUAR PARA CONHECER ISSO, e não havia outro caminho, se não ir diretamente falar com o Papa João Paulo II. E a partir daí ficou a saber, o que é que tinha acontecido.

10. A saída do Rev. Bispo e Premio Nobel da Paz em 1999, por causa da Barbaridade, incendiadas as casas, deportação dos 200.000 timorenses para Timor ocidental foi um ponto fulcral ou viragem que provocou a queda do Suharto; qual é o ponto de vista da Sua excelência?

Resposta.

São vários factores:

- a) A queda do Suharto não foi só isso, uma das causas principais foi a ECONOMIA DA INDONÉSIA, que estava um retrocesso, uma recessão económica na indonésia daí que surgir dos movimentos da democratização e da liberalização de Indonésia, e também surgiu a NOVA ORDEM daí que Suharto caiu;
- b) caiu também por causa dos outros factores que é abuso dos Direitos Humanos em Timor.
- c) As comunidades Internacionais criticavam sobre tudo as atitudes dos militares Indonésios em relação genocídio em Timor-Leste.
- d) A Libertação de Xanana.

e) A mudança política por parte da America e da Australia que mudaram totalmente a posição em relação aquilo que tiveram nas suas posições em 1975. Portanto, tudo isso, são factores Internacionais que contribuíram.

f) Outros factores importantes que devemos reconhecer que “ADESÃO EM MASSA DO POVO TIMORENSE NA CONSULTA POPULAR”. Porque os timorenses tivessem votado contra esta possibilidade nós continuaríamos, portanto, a comunidade internacional apoiaria uma possibilidade independente se lá dentro o povo manifestasse abertamente, o que foi acontecido foi isso. Conjugando o aspeto interno, o factor interno/ o próprio povo; e depois esta decisão popular foi legalizada, pronto, foi apoiada pela comunidade Internacional, disse, o povo já apoiou, então, vamos apoiar, segundo Bispo Dom Carlos Filipe Belo.

-----//-----

E2.

ENTREVISTA INDIVIDUAL COM: Em Timor-Leste.

Dr. Constâncio Pinto,

Por via e-mail, 16 de Novembro de 2017.

(Autor do Livro: East Timor’s Unfinished Struggle Inside The Timorese Resistência).

1. A independência de Timor-Leste foi muito tarde, no seu ponto de vista, como foi a resistência do povo e da organização do processo da independência de Timor Leste desde 1975 até 1999?

Resposta.

A independência de Timor-Leste foi tarde por motivos de uma invasão e ocupação da Indonésia que obrigou o povo Maubere a travar uma luta duradoura, a luta da libertação, que levou 25 anos de resistência e que resultou a morte de mais de 250 mil habitantes e as infratuturas do país dizimadas. O processo de organização da independência iniciou-se pela ASDT (Associação Socialista de Timor-Leste) que se transformou para a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste). A FRETILIN liderou a luta de resistência de 1975. Nos anos 80, por exigências de luta e a necessidade de adaptar-se

com a evolução da luta houve transformações criando assim o CRRN (Conselho Revolucionário da Resistência Nacional) assente na ideologia Marxista Leninista e depois transformou em CNRM (Conselho Nacional da Resistência Maubere e por último o CNRT (Conselho Nacional da Resistência Timorense).

Falando da estrutura da Resistência de Luta de Libertação, a Resistência Timorense era composta pelas três frentes, a Frente Armada sendo o comando superior de luta atua-se no mato, a Frente Clandestina atua nas zonas ocupadas pela Indonésia e a Frente Diplomática no exterior. A frente Clandestina sempre foi o back bone de toda a resistência, armada e diplomática e o seu papel tornou-se fundamental e determinante para o processo de libertação e independência a partir de 1989.

A restauração da Independência de Timor-Leste em 1999 foi o resultado de um esforço das três frentes. A capacidade da resistência Armada em manter chama viva das acções armadas, a Frente Clandestina assegurar alimentar o espírito patriótico no meio da população e Frente Diplomática na mobilização e sensibilização da opinião internacional. Os acontecimentos exógenos como a crise económica na Ásia “Asean Crisis” também contribuiu para a solução do nosso problema.

2. Foi a luta levada a cabo pelo povo de Timor-Leste motivada estritamente pela expulsão do invasor Indonésio ou, subjazem-lhe também, ideias fundamentais específicas da vivência do povo de Timor-Leste?

Resposta.

A luta levada a cabo pelo povo de Timor-Leste foi motivado pelos desejos fundamentais do povo a liberdade e a independência e o respeito pelos seus direitos fundamentais.

3. A conquista da Independência de Timor-Leste foi muito dura. Quais os fatores normativos emergentes que motivaram a sua Independência?

Resposta.

Os fatores normativos que motivaram a independência de Timor-Leste os que acabei de mencionar anteriormente. Segundo o direito internacional todos os povos têm o direito a auto-determinação concretizada através de um sufrágio universal do qual a população possa escolher livremente o seu destino quer seja uma independência, associação com outro país ou manter o status quo. No caso de Timor-Leste foi um processo que todos sabemos foi através de um referendo embora foi doloroso para chegar até lá.

4. Porque é que estes fatores das normas emergentes, se tornaram determinantes para a Independência de Timor-Leste?

Resposta.

Estas normas foram determinantes para a legitimação da Independência de Timor-Leste.

5. Quais são os atores e mecanismos que se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo Indonésio de Suharto? E no processo de consolidação da Independência de Timor-Leste?

Resposta

Independência de Timor-Leste e um processo indiscutível e um direito inalienável do povo Timorense. Já nos Anos 60 o processo foi registado Na Comissão para a Descolonização, ou seja, o Comité 24 da Nações Unidas como “Non-Self Governing Territory”. E veio a concretizar-se com o resultado do referendo em 1999. Hoje Timor-Leste e um estado de direito e membro da comunidade internacional com os mesmos direitos.

6. Foi Portugal um ator fundamental no apoio à causa de Timor-Leste? Porquê?

Resposta.

O papel de Portugal foi importantíssimo e insubstituível em todo processo da independência. Portugal foi sempre o representante e porta voz legítimo de Timor-Leste. Embora Portugal não cumpriu os seus deveres como potência colonizador não abandona Timor-Leste como a Espanha fez ao Sahara Ocidental. Portugal deteve a sua responsabilidade moral acompanhou e lutou ao lado dos Timorenses ate a independência de Timor-Leste.

7. Até que ponto o movimento de solidariedade em prol da independência de Timor-Leste (independentemente de ações conjuntas e concertadas, ou separadas e diversas) foi conducente à independência do seu povo?

Resposta.

O papel do movimento de solidariedade foi importante ao processo da Independência principalmente nas campanhas para influenciar as decisões políticas e na mobilização da opinião publica internacional.

8. A solidariedade internacional e nacional de forma separada, mas, sinérgica, acabou por pressionar as OI e especialmente a ONU, para promover em rapidamente pela resolução da crise e reafirmar a independência do país

Resposta.

A solidariedade internacional e nacional contribui alguma parte influenciar as decisões das Nações Unidas em busca de uma solução rápida a crise de 1999.

9. O papel dos jovens e estudantes, foi decisivo e determinante para a causa de Timor-Leste?

Resposta.

Sem duvida nenhuma. Foram os jovens estudantes que romperam o silencio da comunidade Internacional através das suas ações corajosas como as manifestações nas cidades ocupadas. A primeira ação foi a Manifestação na ocasião da visita do Papa João Paulo II e sucessivas manifestações. A manifestação de 12 de Novembro de 1991 que culminou com o Massacre de Santa Cruz foi a mais importante de todos. Tenho a coragem de dizer que se não fosse o Massacre de Santa Cruz ninguém nos ouve. A comunidade Internacional continuar a em silencio pois desconhecem a Resistência Timorense, e as injustiças ocorridas no nosso país. Se não fosse o Massacre de Santa Cruz nem o Comité Nobel da Paz nos interessa.

10. No seu ponto de vista, a visita do Papa João Paulo II, duas personalidades timorenses que receberam Prémio Nobel da Paz e a visita de Nelson Mandela ao Xanana Gusmão foram importantes para o processo da Independência de Timor-Leste?

Resposta.

tudo isso contribui para processo da Independência. Mas o mais determinante de todos e a determinação e a firmeza do nosso povo em assegurar a luta e a liderança dos nossos líderes, tais como Xanana Gusmão e Taur Mantan Ruak encerrar a crise de 1999 com serenidade. Em 1999 bastando uma ação armada contra as milícias apoiadas pelos militares Indonésios a intervenção militar em Timor-Leste poderá ser adiada ou mesmo cancelada.

-----//-----

E3.

T.L, 18 de Novembro de 2017.

Realização de uma ENTREVISTA individual COM

Dr. Agostinho Barbosa.

1. A conquista da independência de Timor-Leste foi muita dura, é sem dúvida, no seu ponto de vista porque?

Resposta.

Primeiro, a luta em si levou 24 anos.

Segundo, não tinha nenhum apoio material, neste sentido, apoio material de guerra do anterior.

Terceiro, os países ocidentais influenciastes tinham ideias muito sépticas à capacidade de Timor-Leste ser um país independente no futuro próximo.

Quarto, os países ocidentais tinham grandes interesses económicos da Indonésia do que com a causa Timorense.

Quinto, quase menos de 10 estado/países que suportaram moralmente em apoiar o processo da luta pela Independência de Timor-Leste.

- Portanto, por ter ideologia comunista naquela altura dos países ocidentais e alguns da região tinham grande relutâncias de dar suporta, porque tinham receios de que a sua independência poderia ser uma grande chantagem/ameaça enquanto está no meio de dois (2) países gigantescos que são aliados dos países ocidentais.

-Os factores normativas emergentes que lhe motivaram são:

A sua Identidade Cultural, no sentido de, não quer perder a sua identidade, e quer ter a sua identidade própria.

A luta pela sua liberdade contra a ocupação estrangeira já tinha começado nas várias revoltas locais nos anos anteriores antes da guerra colonial. (ex: A revolta de Lifau, Railako, Same, Buibela,..).

-A CARTA do Direitos Humanos da ONU que admite e reconhece o Direito de Auto-determinação e da Independência dos países colonizados/das colónias.

2) Quais foram factores essenciais da defesa da identidade e a independência de Timor-Leste?

Resposta.

É porque, esses factores acima mencionados são considerados como a coluna vertebral/pedra angular/a base fundamental no processo da luta pela Independência de Timor-Leste. Poderíamos dizer noutra sentido de que a luta pela uma causa justa justifica-se pela razão clara e motivadora, e desta forma, o alvo da causa poderia ser atingido numa certa altura, e esse alvo foi a Independência de Timor-Leste.

3) Quais são os actores e mecanismos essenciais que contestaram a invasão de Timor-Leste?

Resposta.

Os actores essenciais no processo de contestação, neste sentido, segundo do meu ponto de vista, no processo de consolidação da Independência de Timor-Leste foram como:

- a. As organizações e activistas, Os mecanismos essenciais no processo de contestação de consolidação da Independência foram como:
 1. A carta das Nações Unidas sobre/que reconhece o direito de Autodeterminação das colónias/dos países Colonizados.
 2. A independência unilateral de 28 de Novembro de 1975.
 3. A Invasão de Indonésia de 7 de Dezembro de 1975, que foi considerada ilegal e infringiu a Carta da ONU à Colónia Timor-portuguesa, na qual Portugal foi considerado sempre como a sua potencia Administrante Ultramar de Timor.
 4. A conversão dos factos Verédictos em nome de poucas pessoas através da manobra /manipulação da proclamação de Balibo de 30 de Novembro de 1975.

4) Qual foi o papel de Portugal?

Resposta.

Porque:

- a. Timor-Leste foi a sua Colonia durante de 450 anos.
- b. Timor-Leste foi invadido antes da descolonização e por essa razão a ONU continuou a reconhecer Portugal como a sua única potência administrante antes e ao longo de problema de Timor-Leste ainda não estar resolvido da agenda das Nações Unidas.

5) A visita do Papa João Paulo II foi importante para a Independência de Timor-Leste?

Resposta.

-Timor-Leste depois da invasão, de 7 de Dezembro de 1975, foi totalmente fechado ao mundo exterior/internacionalmente até ao ano da visita do Papa João Paulo II, em Outubro de 1989. Esta visita marcou um primeiro momento de como o mundo exterior pode saber e conhecer um pouco bem onde está Timor-Leste e o que está a passar nesse

território. Neste sentido, a história da sua colónia, o processo da sua luta e o sofrimento do seu povo. A partir daí, alguns jornalistas e ativistas internacionais começaram a procurar caminhos de entrar em Timor-Leste com a falsificação da identidade para não serem identificados ou apanhados pelas autoridades Indonésias para assim poderem contactar directamente com os habitantes locais, principalmente, a própria RESISTÊNCIA da Frente Clandestina e Armada.

-A solidariedade em prol da causa de Timor-Leste começou a ser notável depois do massacre de 12 de Novembro de 1991 e do Prémio Nobel da Paz dos dois personalidades Timorenses da resistência da causa de Timor-Leste. A comunidade internacional sabe que Timor-Leste estava no caminho de uma luta prolongada, muitas das pessoas gente já tiveram mortos, assassinadas, capturados, presas e desaparecidas por uma causa justa. Esse acto recordou assim a comunidade internacional de prestar a sua atenção e solidariedade em defesa do Povo Timorense ao reconhecimento do seu direito à autodeterminação e independente.

6) Qual foi a acção da comunidade Internacional?

Resposta.

Porque a comunidade internacional sabe que o problema de Timor-Leste está apontado na agenda da ONU e ela própria reconheceu ou admitiu que esse problema ainda não está resolvido;

-A integração foi feita através de via militar e por esse facto, a ONU foi considerada como o único actor principal de como solucionar o conflito de Timor-Leste.

-Por todo esse processo, a comunidade internacional e o próprio povo timorense sabe que Timor-Leste tem todo o seu legítimo Direito de se Governar a si próprio;

-Muitos Timorenses tiveram mortos por uma causa justa.

-Por assim que, mais tarde ou mais cedo, a comunidade internacional junto da ONU teria de procurar uma solução justa, rápida e viável para a causa de Timor-Leste.

7) Qual foi o papel dos jovens assaltaram embaixadas estrangeiras na Indonésia?

Resposta.

Sim. O papel dos jovens e estudantes timorenses foi muito decisivo e determinante no processo da luta pela independência do seu país, porque eles foram considerados com actores principais na distribuição de informação da resistência, na propaganda e contra-propaganda de todas as informações falsas do seu adversário ou inimigo. Além deste

papel, os jovens e estudantes foram também consolidados como convencedores e mobilizadores de massas da resistência de de fazer manifestações e outras acções em favor do seu processo de luta pela independência.

E4.

**Entrevista em Timor-Leste Dr. Roque Rodrigues.
(20-11- 2017).**

- Vamos situar o processo da Independência de Timor-Leste no contexto da Guerra Fria. Timor-Leste começou o processo a construção da sua identidade há 500 anos. Pode ser eu quase tenho a certeza que existem historiadores, estudiosos do nacionalismo timorenses que podem encontrar factores que promoveram a formação da consciência nacionalista em Timor. A emergência de o nacionalismo em Timor antes da chegada dos Portugueses. Pessoalmente, eu preferia dizer para utilizar as palavras do Dr. Alkatiri, há 500 anos começou o processo da construção da IDENTIDADE timorense. Podemos utilizar a metáfora de Xanana Gusmão, de uma maneira brilhante, Xanana Gusmão disse assim, se perguntarem a Timor-Leste, onde é que ele nasceu? Ele vai responder que foi em Lifau ou seja a certidão de nascimento de Timor-Leste tem lá, lugar de nascimento em Lifau. Porque em Lifau se colocou o chamado padrão dos descobrimentos. Eu não gosto da palavra descobrimento; eu acho que houve um encontro, história faz destas coisas. Então, Portugueses e os habitantes desta meia ilha se encontraram ou até podemos dizer os habitantes de Timor. Já nos tinham visitado outros povos, segundo se diz os Chineses que tinham colocado os seus mapas já o nome de Timor. Na cartografia Chinesa aparece já mar de Timor.

- Os primeiros europeus que chegaram as nossas paragens foram os Portugueses. Depois da conquista de Malaca em 1511, e foi uma verdadeira batalha naval e os Portugueses com poucas forças com o comando de Dom Afonso Albuquerque tomaram Malaca e ocuparam durante décadas esta posição estratégica que era Malaca. Malaca é hoje parte

do reino ou da Federação da Malasya e a partir daí fizeram algumas investidas chegaram até Oecussi aquilo que é hoje Oecussi, e plantaram padrão em Lifau. A partir daquele dia, dizem os historiadores; que foi 18 de Agosto de 1515.

- Timor começa um processo de (eu chamo-lhe) singularização, ou seja Timor começa a nascer com ENTIDADE Singular dotada de uma personalidade ou de uma identidade própria; de uma cara própria, de um rosto próprio, de impressões digitais próprias. Portanto, utilizei a metáfora de Xanana Gusmão, se perguntares a Timor, onde Timor nasceu, ele declara que a sua certidão de nascimento está o nome de Lifau.

- Lifau acaba por lembrar-nos dois (2) factores externos que foram de uma grande importância para a construção da nossa IDENTIDADE. Aquilo que poderia chamar o FAZER e REFAZER da alma Timorense. Estes dois factores externos são **1. A Língua Portuguesa, e 2. A Religião Católica.**

O contacto com Cristianismo e o contacto com a Língua Portuguesa. Estes dois ingredientes revelaram-se condicionantes, formadores, forjadores da alma timorense ou da Identidade timorense. Temos que reconhecer para nós timorenses uma ponta de vaidade e orgulho que houve sempre uma resistência a colonização. É evidente que isto que 7jkhoje indonésio é uma zona arquipelágica, aqui está o maior arquipélago do mundo unificado, arquipélago Indonésia, naquela altura ocupada pela Holanda. Disputaram ou revalidaram entre potencias Europeias, Holanda e Portuguesa e resulta que esta parte Oriental da Ilha de Timor mais o Enclave de Oecussi, ilha de Atauro e o ilhéu de Zaco. Eu dizia também pedra de Sinai são parte daquilo que é hoje a Republica Democrática de Timor-Leste (RDTL). Estamos a passar 13 anos sobre a Restauração da Independência.

- Falamos sobre a restauração da Independência, estamos a dizer que houve a primeira Independência. Essa independência foi proclamada unilateralmente pelo Comite Central da Fretilin no 28 de Novembro de 1975 em Dili. Esta independência não foi reconhecida ou foi reconhecida por uma parte pequena da comunidade internacional. Destaque aí do relevo dos países Africanos da Língua oficial Portuguesa. Estamos a falar de Angola, Moçambique, Guine-Bissau, São Tome e Príncipe, Cabo Verde. Países estes que as suas lideranças políticas reconheceram praticamente de imediato a proclamação da independência de Timor-Leste. A situação que presídio que antecedeu a

proclamação, o acto da proclamação unilateral da independência revelava já encarnava as suas inspirações profundas do nosso povo a ser livre e a ser independente. Este acto estava colocado numa conjuntura política internacional da Guerra Fria, onde a Austrália se tornou compleição do regime fascista de Suharto. Onde um país democrático com os Estados Unidos da América acabou por dar à luz á invasão indonésia. Na altura o que estava dominante como pensamento era a luta contra o comunismo. E, portanto, a indonésia aproveitou-se esta atmosfera e colocou a questão em termos de a Fretilin é comunista. Eu não posso ter na minha boa vizinhança não pode ter um estado comunista na minha traseira. Foi muito hábil no relacionamento com Gafehitler(altura primeiro ministro da Austrália de trabalhista), e convenceu Austrália é o melhor destino para Timor seria a sua integração na Indonésia. Se a Austrália tivesse tido o comportamento bom de defender os direitos humanos do povo de Timor-Leste a Indonésia não teria invadido. A Austrália tornou-se complexo e a visita de presidente Gerald For e o secretário estado Kisinger fizeram ao Suharto dia 06 de Dezembro facilitaram a tarefa do governo do fascismo Indonésio. Portanto, eu estou a situar ao Francisco no contexto da Guerra Fria. Eu diria que este contexto facilitou a invasão Indonésia, e dificultou o reconhecimento da comunidade internacional da independência de Timor-Leste proclamou pela Fretilin.

- Existirem também outros factores, muito provavelmente a imagem que nós timorenses próprios dêmos ao mundo. I imagem da divisão e fractura, da rotura do tecido social. É verdade também que o outro factor poderá estar ligado que é, o facto de não haver sociedade civil organizada, e a opção democrático na Indonésia facilitou o trabalho de fascismo Indonésio. Por outro lado, um factor que pouca gente trabalhou, que tinha havido problemas na Indonésia. Em 1974, ficou conhecido como WAFERTANAKA, era a luta entre política dos militares Indonésios, a disputa das influências entre os Japoneses e Americanos que tinham dividido as forças armadas na Indonésia, aquilo que era ABRI. Então uma boa maneira de UNIFICAR a liderança, as facções militares na Indonésia que era um factor externo agregador. Uma invasão que era como o território Timor-Leste iria obrigar as forças armadas se juntaram, facilitavam a coesão, facilitaria o trabalho de unificar as clivagens que havia no seio das forças armadas da indonésia. Então, Suharto e os seus generais decidiram pela invasão. Timor era um bom pretexto para unificar, assim, acabaram com as clivagens das forças armadas na Indonésia. **Este é um dos factores para responder as suas perguntas.** É verdade

também, o papel de Portugal; eu costumo dizer uma coisa, para descolonizar um território é preciso ter força, sobre tudo político. A potência colonial se quer ser potência descolonizadora tem de ter prestígios e tem de articular com as Nações Unidas, e não pode ter clivagens internas. Portugal estava clivado internamente. Eu não gosto de usar esta palavra mas provavelmente o poder estava na rua, quer dizer que havia forte dissidências internas e Portugal não podia assumir como potência descolonizadora e por isso verificamos o estado em que deixou último governador de Timor o general Lemos Pires, o saudoso general Lemos Pires, que procurou actuar com honestidade mas não tinham instruções de Lisboa; e fez privado dos seus instrumentos para fazer uma descolonização séria, reconhecendo os actores, não há descolonização do seu envolvimento do actor nacional. O mais importante reconhecida o actor nacional na altura era sem dúvida é a FRETILIN. E portanto as indefinições na escolha do interlocutor, as interferências da Indonésia, a complexidade dos EUA e da Austrália retardaram o processo da Independência e provocaram distúrbios no processo da descolonização e provocaram o atraso do reconhecimento internacional da Independência proclamado no dia 28 de Novembro de 1975. Nós não podemos explicar isto sem olhar para trás.

Portanto, estamos no dia 20 de Maio de 2015, estamos a assinalar 13 anos da restauração da independência. Se falamos da restauração significa que já tínhamos proclamado no dia 28 de Novembro de 1975. Porque é que estamos a restaurar? Porque perdemos. Porque havia uma complexidade, um conjunto de factores internacionais e regionais que se portaram contra nós. Nós também fizemos erros, nós não estávamos suficientemente coesos, unidos para poder apresentar ao mundo uma só voz. A nossa desunião facilitou o que não significa que os outros não tiveram responsabilidade neste processo. Falou das interferências descaradas da Indonésia no processo da descolonização. Falou de indefinição Portuguesa e da fraqueza e debilidade de Portugal potência descolonizadora do território. Falou do pouco envolvimento da ONU ao processo da independência de Timor, porque a ONU conhecia pouco o processo da independência de Timor-Leste. Eu falei a complexidade da Austrália, diria posição vergonhosa que foi assumida pelo governo trabalhista de Gafehitler e a favor do genocídio e assassino da ditadura de Suharto. Porque não resta dúvidas, dez anos antes, a invasão tinha havido o genocídio, as estatísticas mostram entre 500 mil indonésios, há 2 milhões indonésios mortos, não é Fretilin que diz isso mas o documento da CIA que

mostrou isso porque a CIA operou por traz da ditadura de Suharto e os seus jenerais para liquidar os comunistas indonésios, os democratas indonésios e anos depois ter o papel que teve em Timor. **(deu resposta a pergunta, o que é que retardou o processo da independência de Timor-Leste?).**

Tivemos que falar sobre primeira RDTL, mono partidária. A segunda RDTL nasceu em 20 de Maio de 2002; mas é uma República/ uma independência restaurada, é uma república renovada; a primeira república assume-se como tinha a república de carácter mono partidária e a segunda república de carácter poli liberdade/democrática, com um funcionamento moderno e uma democracia poli partidária, há eleições, poder político democraticamente eleito, legitimidade derivada das urnas, sociedade civil organizada e a pluralidade de opiniões. Os dirigentes são eleitos e vem com a sua legitimidade renovável por via de voto. **(em relação o que é que retardou a independência!).**

- Solidariedade Internacional. Timor-Leste é um caso curioso, é que apesar de uma luta extraordinária heroica, exceccionalmente brava, determinada do povo, se não fosse os sangues timorenses junta-se a ele, junta-se a solidariedade internacional. Em nestas fases cruciais e iniciais, os países africanos de língua Portuguesa tiveram um papel extraordinário. Portugal teve um mérito notável, ao contrário do papel vergonhoso da Espanha tem em relação a sua ex-colónia do Sahara Ocidental. Portugal nunca deixou de dizer que era potência administrante do território. Isto foi determinante. Isto foi importantíssimo para a retomada do processo pela Nações Unidas sobre o processo da independência de Timor-Leste. Portugal diz não! Eu não reconheço a Indonésia na condição de país que ocupou em Timor legalmente ocupa ilegalmente em Timor, os políticos Portugueses sempre disseram isso. A Portugal sempre chamou para si como potência administrante do território. Solidariedade internacional sem dúvida, em princípio confinada aos países limitada, os países africanos de língua portuguesa que foram cruciais, deram-nos guarida, tornaram-nos o nosso santuário para a partir do exterior sempre em contactos com os nossos companheiros da frente interna, armadas e clandestina fazer o papel que tinham ser feito para que o mundo conhecesse, tomasse contacto com o rosto da resistência timorense ouvisse a voz da nossa resistência, das nossas aspirações.

- **Ponto de viragem.** Conceito de Bases (quais são conceitos de bases para a luta da libertação de TL?)

1. Eu iria dizer o seguinte, a base mais importante é a EXISTÊNCIA DE UMA ALMA de um rosto e de uma Identidade Própria. A partir desta identidade, a partir desta alma, a partir desta instituição sólida era possível travar todas as batalhas. Porque? Em Timor as armas foram importantes, mas o mais importante do que as armas foram as ALMAS. A ALMA Timorense serviu-se da Arma para se libertar o POVO. Mas a arma era empunhada por uma ALMA. A alma é o rosto e a IDENTIDADE. É sobre esta base, estes fundamentos, este alicerço sólido que foi possível de resistir durante quase um quarto do século teimosamente no perseguir deste objectivo que era a INDEPENDÊNCIA. A partir daqui resistência conseguiu produzir o ponto de viragem. Sem uma base era difícil fazer os seus pontos de viragens ou tirar partido dos momentos definidores. Os pontos de viragens também ser classificados como momento de definidores de pontos de viragens. Mas os momentos da definição ou da redefinição são os momentos de MUDANÇA ESTRATÉGICA, só são possíveis se houver factores de bases que chamar FACTORES BASILARES ou chamados factores fundamentais (raízes) sem raízes não é possível, certo. Então, era bom, se nós percebêssemos-nos em primeiro lugar, antes de falar os elementos genéticos, aquilo que garante tudo, aquilo que fundamenta tudo, aquilo que permanece no tempo, regista no tempo, depois vamos então, dizer porque existem factores basilares, porque existem elementos de raízes, existem as fundações fortes, aquilo que eu chamei ELEMENTO RESISTA o tempo, elementos que portam o FUTURO, elementos que permite que com o tempo no ventre da base nasce alguma coisa de novo, e está a nossa IDENTIDADE. Por isso que eu digo, uma tese desse tipo tenta começar vertebral bem. A IDENTIDADE vai permitir a Independência, e a luta por ela, se sem isso não vale a pena. E ela que vai proporcionar o chamado Movimento, Momento de Definição.

-----//-----

E5.

Dr. Roberto Jeronimo Seixas, (21 de Novembro de 2017).

PERGUNTAS DE ENTREVISTAS.

1. No ponto de vista de Sua Excelência, o que constituiu o ponto de viragem no processo de reconhecimento da independência de Timor-Leste; e quais são os factores que mais contribuíram para isso?

Resposta:

O ponto de viragem no processo de reconhecimento da independência de Timor-Leste é a confiança, coragem, determinação e capacidade de resistir em todos os componentes de luta.

No plano interno, há realidades marcantes que estavam por detrás dessa surpreendente Resistência Timorense:

- A determinação e a vontade, baseando num único objectivo, à independência;
- A condição do terreno e a tática da guerrilha timorense, militarmente desfavoreciam os soldados indonésios, apesar de, bem equipados com os materiais bélicos dos EUA e da Europa;
- Existiam nos soldados indonésios uma enorme quantidade sem qualidade, devido de origem de diferentes etnias, culturas e mentalidades de só ganhar dinheiro para a sua sobrevivência e família;
- A Igreja Católica Timorense, persistentemente lutou lado a lado com a Resistência Timorense;
- A enorme diferença cultural que separa os timorenses dos indonésios e, muito especialmente, dos javaneses;
- O comportamento brutal das forças indonésias que, em vez da submissão pelo terror, provocou a mais profunda e generalizada revolta.

No plano externo, as realidades são cada vez mais favoráveis ao povo timorense:

- Portugal manteve vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor Leste;
- Ano após ano, a partir de 1976 e até 1982, a Assembleia Geral e o Conselho de Segurança da ONU votaram 8 resoluções a favor de Timor Leste;

- A luta diplomática de Portugal e os representantes da Resistência Timorense no exterior, cada vez mais apoiada pelos países que têm interesse económico e doadores da ajuda financeira à Indonésia;
- O impacto internacional da atribuição de Prémio Nobel da Paz aos dois timorenses resistentes: o Bispo D. Carlos Filipe Ximenes Belo e o Dr. José Manuel Ramos Horta;
- A influência da comunicação social transformava a opinião pública internacional, tornava-se uma arma eficaz.

Contudo, era preciso complementar as realidades acima mencionadas, isto é ter:

- A confiança porque a resistência confia na sua capacidade criadora e transformadora para lutar, sobretudo dos guerrilheiros e do povo em geral.
- A coragem porque há razão de resistir e se morrer pela defesa da Pátria.
- A determinação porque o querer de um Timor-Leste ser livre e independente, rejeitando o colonialismo, o neo-colonialismo e todos os tipos de exploração do homem pelo homem.
- A capacidade de resistir porque tem de saber transformar a situação político-militar do inimigo para aproveitar explorar o máximo possível, nacional e internacionalmente, como:
 - A carta de D. Carlos Filipe Ximenes Belo SDB, ao Secretário-Geral das Nações Unidas;
 - A primeira manifestação dos jovens de frente ao Hotel Turismo na chegada do Embaixador dos Estados Unidos da América, senhor John Monge, em 1988;
 - A segunda manifestação dos jovens timorenses perante à Sua Santidade, o Papa Paulo II em Taci-Tolu, após da celebração de Missa Campal, em 1988;
 - A terceira e a mais sangrenta de todas foi a manifestação de repúdio dos jovens à anexação de Timor-Leste pela Indonésia em 12 de Novembro de 1991 com a cobertura de jornalistas estrangeiros, mais conhecido por “Massacre de Santa- Cruz” perpetrados pelos soldados indonésios. Por um lado, a manifestação era de origem à missa do sétimo dia do jovem Sebastião que foi assassinado pela polícia política indonésia, em Outubro de 1992. Por outro lado, esta também estava a ser preparada para a recepção dos deputados portugueses que segundo o programa iam chegar nesse mesmo mês de Novembro.

- Os assaltos às embaixadas estrangeiras em Jakarta pelos estudantes timorenses, pedindo “asilo político”. Este acontecimento fez um reforço político diplomático de Portugal e da Resistência Timorense, a fim de intensificar a diplomacia e a internacionalização da questão de Timor-Leste;

- A saída dos ex-prisioneiros políticos a Portugal pelo Comité da Cruz-vermelha Internacional onde vieram intervir nas Sessões da Comissão e Sub-comissão das Nações Unidas em Genebra e nos Fora Internacionais para prestar depoimentos e declarações acerca dos mortos, torturas, violações, etc. Como testemunhas vivas;

- A atribuição do Prémio Nobel da Paz pelo Comité de Nóbél da Paz, em Outubro de 1996 aos dois filhos timorenses mais destados no mundo internacional: o Bispo de Díli, D. Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB e o Dr. José Manuel Ramos-Horta. Este evento veio dar um salto qualitativo para a política internacional sobre Timor-Leste e um culminar da diplomacia portuguesa-timorense.

Portanto, são esses quatro princípios que levaram a questão de Timor-Leste ao mundo internacional através da comunicação social estrangeira, que para Portugal, principalmente, como país de potência administrante de Timor-Leste ter a base forte de falar mais alto no mundo internacional e de mobilizar todos os diplomatas portugueses por todo mundo para redobrem as suas actividades em prol de um Timor-Leste livre e independente, mas também para a componente diplomática da resistência timorense esforçar-se mais na luta diplomática e ser mais reconhecido e ouvido internacionalmente.

As actividades das três componentes: Armada, clandestina e diplomática foram sempre bem coordenadas para uma única direcção: Libertação da Pátria Maubere.

- A Componente Armada, é aquela onde os combatentes participaram directamente em acções de cariz militar destinadas a conseguir a independência de Timor-Leste;

- A Componente Clandestina, é aquela onde os combatentes envolveram em actividades de apoio directo a Componente Armada e a Componente Diplomática, através de apoio logístico e operacional, assistência nas comunicações, aprovisionamento, contribuições monetárias e em espécie e outras actividades necessárias para o desempenho das respectivas actividades pelas duas outras componentes.

- A Componente Diplomática, é aquela onde os combatentes que, fora do território de Timor-Leste e com carácter de regularidade, promoveram a causa da libertação do país através de contactos diplomáticos e/ou, institucionais, organização de manifestações e outros eventos similares, divulgação da causa junto dos meios de comunicação social e das autoridades e grupos de pressão de países terceiros e, outras actividades destinadas a dar publicidade à causa de Timor-Leste e de atrair apoiantes para a mesma em países terceiros.

A boa coordenação política entre o Governo Português, Brasil e PALOPs e a Resistência Timorese foi decisiva para a vitória diplomática e que veio gerar a assinatura do acordo entre Portugal e Indonésia em 5 de Maio de 1999 sob a égide do Secretário-Geral das Nações Unidas e, quatro meses depois as Nações Unidas realizaram a Consulta Popular em Timor-Leste e na diáspora onde o não à autonomia/integração na República da Indonésia venceu estrondosamente esta mesma Consulta Popular.

Entretanto, desde no princípio a FRETILIN propôs-se levar o Povo de Timor-Leste a enveredar pelo caminho do progresso, da paz e da liberdade. Repudia qualquer forma de colonialismo e neo-colonialismo, a fim de que o Povo de Timor-Leste possa vir a ser verdadeiramente independente, livre e próspero.

- **Até que ponto a solidariedade internacional e nacional em prol da independência de Timor-Leste acabou por pressionar as Organizações Internacionais e especialmente a ONU (organizações das Nações Unidas) para resolver rapidamente o problema da Independência de Timor-Leste?**

Resposta:

O total empenho da luta armada e clandestina e a concertação política entre o Governo Português e a Resistência Timorese em sensibilizar a comunidade internacional, isto é, transmitir-lhe o desejo ardente do povo de Timor-Leste à independência.

Aplicar afincadamente, a política da unidade nacional, transformar as ideias autonomistas e integracionistas ou dos pro-indonésios para ideias revolucionárias e

independentistas através das redes clandestinas existentes em todo território nacional. Divulgar em campanha, clandestinamente sobre as atrocidades e violações dos direitos humanos em todo território nacional, aliciar e sensibilizar a população, principalmente os líderes dos partidos políticos pro-integração para engrossar nas fileiras da luta pela independência de Timor-Leste.

- **A independência de Timor-Leste ocorreu muito tarde. Quais são os factores que retardaram a independência de Timor-Leste?**

Resposta:

Os factores que retardaram a independência de Timor-Leste, em primeiro lugar foram devidos da Guerra Fria e desanuviamiento. De 1947 a 1989 as relações internacionais foram dominadas pela clivagem Este – Oeste, ou seja, os Estados Unidos da América, Canadá e a Europa Ocidental contra a União Soviética. Os ocidentais – aqueles que estão para Oeste da cortina de ferro –fizeram então face ao bloco de Leste.

Na verdade é que a Indonésia foi empurrada direta ou indiretamente a cometer invasão, dado que não houve nenhuma tomada de posição de impedimento por parte dos países amigos de interesse económico na Indonésia, para encontrar uma solução pacífica com Lisboa e não por uma solução forçada.

A Indonésia foi empurrada para efectuar invasão a Timor-Leste, também foi devido da especulação da Imprensa Indonésia, que havia infiltração comunista ou declarações de líderes da UDT (União Democrática Timorense), divulgada no dia 14 de Maio de 1975 pela France Press, os seguintes: a imprensa indonésia afirmou que os líderes da UDT, em visita a Jacarta, procurando apoio da Indonésia contra o desenvolvimento do comunismo em Timor. Os dois líderes, Francisco Lopes da Cruz e Costa Mouzinho, afirmaram, segundo a imprensa, que um dos seus grandes objectivos era a luta contra o comunismo em Timor.

Os dois líderes da UDT, elogiaram ainda o ex-presidente de Portugal, António de Spínola pela sua luta em Portugal contra os extremistas da esquerda e afirmaram estarem prontos a colaborar com o partido pro-indonésio APODETI (Associação

Popular Democrática Timorense), no sentido de impedir a infiltração comunista na colónia.

Contudo, a Indonésia tinha sempre as suas ambições territoriais desde no governo do antigo presidente da Indonésia, Sukarno, o qual depois da sua conquista sobre todos os territórios das antigas Índias Netherlandesas, ambicionava conquistar também o Timor Português, o que lhe faltava a oportunidade para a sua concretização.

O presidente Sukarno tinha um sonho : a criação de uma grande Indonésia compreendendo a totalidade dos territórios das antigas Índias Netherlandesas, abarcando população não indonésias; por esta razão tinha renunciado às estruturas federais, inicialmente previstas na criação dos Estados Unidos da Indonésia, para adoptar instituições centralizadas, bem mais eficazes contra os movimentos separatistas. Este sonho vai determinar a política interna e externa da Indonésia.

Uma grande Indonésia não é mais do que um sonho imperialista que, desde o fim dos 50, recusa qualquer tipo de existência aos movimentos individualistas das Celebes; o que parece surpreendente da parte de Sukarno, sempre tão ardente denunciante do imperialismo ocidental! Como é possível conciliar este sonho com o espírito de Bandung? Na óptica indonésia, o imperialismo não é condenável desde que provenha de antiga colónia; é, assim, que a Indonésia, antigas Índias Nedelandesas, se tornou país colonizador.

- **A resistência das Forças armadas na montanha foi poucas na década de 90 em diante, seja que com números pequenos também considerando um factor determinante para a independência de Timor-Leste? Qual é a sua opinião?**

Resposta:

Já os generais indonésios aquando decidiram invadir e anexar Timor-Leste, afirmaram-se convencidos de que em escassos dias teriam o território e a sua população inteiramente sob controle. Era enorme a desproporção de forças, entre a quinta nação mais populosa do globo e o pequeno e sub-desenvolvido povo timorense. Além disso, este não podia contar com apoio militar exterior nem com “santuário de recuperação”

em qualquer país vizinho, pois quem a volta de Timor- Leste só há mar e a parte ocidental da ilha, pertencente à potência ocupante.

Por tudo isso, e pelas relativas semelhanças étnicas e de povoamento das duas partes de Timor, muitos políticos pensaram que a integração seria fácil e a resistência depressa se diluiria ou seria eliminada. Pelo contrário, a resistência, mesmo com poucos guerrilheiros armados tinham sempre convincentemente a vitória, porque confiavam no povo e a teoria que diz: O povo é a água e as FALINTIL são os peixes.

Quais são os atores e mecanismos se revelaram essenciais no processo de contestação à legitimidade do governo Indonésia de Suharto e no processo de consolidação da independência de Timor-Leste?

Resposta:

Timor-Leste nunca colónia holandesa, aliás, foi sempre parte integrante de Portugal “de Minho a Timor” e que após da Revolução dos Cravos em 25 de Abril de 1975 Timor foi dado a liberdade para escolher o seu próprio destino. Desta feita, os timorenses tinham o direito escolhê-lo através da criação de Partidos Políticos. Assim, nasceram em Timor, 3 grandes partidos políticos: UDT (União Democrática Timorense), FRETILIN (Frente Revolucionária do Timor-Leste Independente) e a APODETI (Associação Popular Democrática Timorense).

Contudo, a FRETILIN era a única que defendeu a independência total para Timor, assim como a FRETILIN desde princípio aquando se deu a invasão indonésia lutou contra os invasores e contestou sempre que a Indonésia não tinha nenhuma legitimidade em Timor-Leste, considerando a presença indonésia era ilegal, por isso tinha que se retirar as suas tropas imediatamente.

A ocupação ilegal da Indonésia durante 24 anos em Timor-Leste mais de 200 mil timorenses perdeu as suas vidas através de escaladas violações de direitos humanos. Além destes factores que consolidaram a independência de Timor-Leste, existem outros factores internos da própria Indonésia, como a violação de direitos humanos nas províncias de Aceh, Irian Jaya e outras onde Soeharto impôs a sua lei de ditadura militar. Factor externo, como após a queda do muro de Berlim, os países ocidentais ditou

a democratização e a nova ordem internacional e que a Indonésia não podia escapar deste novo conceito mundial.

Na opinião de Sua Excelência, em que condições se realizaram as passagens entre os pontos (emergentes da norma/aceitação da norma) que eventualmente resultou na Independência de Timor-Leste?

Resposta:

Encontrava-se numa situação caótica aquando se realizaram as passagens emergentes da norma, isto é, a luta sangrenta pela independência de Timor-Leste. Mas, a resistência timorense, ou seja, o Povo timorense tem a sua identidade própria, tem a sua maneira de ser demonstrando ao mundo que é capaz de conduzir o seu destino próprio, porque garante que ele existe, tem um território para viver e poder político que lhe possa guiar. Conjugando isto com o direito internacional sobre a auto-determinação dos povos foi possível Timor-Leste hoje é livre e independente.

No seu ponto de vista, qual foi a posição dos Estados Unidos da América como país hegemónico em relação ao processo da Independência de Timor-Leste nos anos 1995 em diante?

Resposta:

Os Estados Unidos foram amigos do regime de Soeharto e motivadores da invasão de Timor-Leste pelas Forças Armadas da Indonésia, a fim impedir, segundo a administração de Gerald Ford o avanço do comunismo no sudeste-asiático. Porque os Estados Unidos tinham perdido a guerra no Vietname contra as forças revolucionárias apoiadas pela União Soviética nos anos 70 e com medo de que ia perder a sua influência política e militar na região do sudeste-asiático. Assim, durante essa mesma invasão os Estados Unidos pediram a Indonésia que a guerra de Timor-Leste não demorasse muito tempo, ou seja, que o controlo de Timor-Leste fosse rápido. No entanto, como terminou a Guerra-fria e a incapacidade da Indonésia de levar a cabo a situação político-militar de Timor-Leste, os Estados acabaram por decidir apoiar a auto-determinação do Povo timorense.

Na sua opinião, qual foi a posição da Austrália como país vizinho em relação ao processo da Independência de Timor-Leste?

Resposta:

A posição da Austrália, por um lado foi, desde princípio, um dos países, que reconheceu a anexação de Timor-Leste pela Indonésia. Um dos apoiantes do regime ditatorial de Soeharto no mundo Internacional. Por outro lado, a Austrália condenava a violação dos direitos humanos perpetrados pelos militares indonésios em Timor-Leste. Entretanto, viu que o regime do Soeharto acabou na Indonésia, virou-se contra a Indonésia apoiando a auto-determinação do Povo timorense de acordo com o direito internacional. Portanto, a posição da Austrália era uma posição de oportunidade.

Qual foi o papel de Portugal como potência administrante?

Resposta:

Portugal manteve vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à independência de Timor Leste. Pois, o papel que Portugal desempenhou como país de potência administrante de Timor-Leste foi determinante para a independência de Timor-Leste. Durante anos que Portugal bateu sózinho no meio de muitos outros países, principalmente da Europa e dos Estados Unidos da América. Portugal é um dos membros da Aliança Atlântica (NATO) e também é membro da União Europeia. Neste sentido, Portugal conseguiu levar a sua atrás os Estados Unidos da América e países da União Europeia para influenciarem a Indonésia, a fim de aceitar a implementação do direito internacional consagrado na Carta das Nações Unidas.

Qual é a sua opinião, em relação a Visita do Papa João Paulo II, dois personalidades Timorenses que receberam Premio Nobel da Paz e a visita de Nelson Mandela ao Xanana Gusmão na prisão foram importante para o processo da independência de Timor-Leste?

Resposta:

A visita de Sua Santidade o Papa, João Paulo II foi um apoio moral importantíssimo para os timorenses, pois antes, nunca um Papa a visitar Timor-Leste. Mas também, para que o Papa pudesse observar in loco a situação político-militar em Timor-Leste. A sua visita foi o início da vitória de Timor-Leste.

- **Que papel dos jovens e Estudantes desempenharam nos assaltos das Embaixadas estrangeiras em Jakarta (Indonésia) e demonstraram manifestações em vários locais, tanto no interior como no exterior do país?**

Resposta:

O papel dos jovens foi um grande impulso na Libertação Nacional, desde logo a manifestação de 12 de Novembro de 1991, onde os militares indonésios ceifaram a vida de muitos jovens manifestantes, conhecido por “massacre de Santa-Cruz”. Não obstante, os jovens que saltaram os muros das diferentes embaixadas estrangeiras em Jakarta, Indonésia pedindo asilo político, os quais depois de terem chegado a Portugal realizaram várias manifestações pela Europa e América fora com a solidariedade dos jovens europeus e americanos. Portanto, a independência de Timor-Leste, também, se deveu a eles.

.....//.....

E6.

SR. Xanana Gusmão.

Lisboa, 28 de Outubro de 2017.

1. Resposta primeira. Qual foi o factor importantíssima que contribuiu para o ponto de viragem?

R. Eu penso que foi a **mudança da nossa política de Esquerda para uma política de acompanhamento a conjuntura política internacional nos anos 80 em diante**; Em 1986 despartidarização, fizemos a política de optar o conceito de **UNIDADE NACIONAL** não exige de que um timorense tem de aderir a Fretilin mas lutamos juntos para a independência de Timor-Leste, bastava-se de assumir a libertar a patria, penso que foi este o factor determinante, penso que este **um dos pontos de viragem**. Pq em 1974 o povo de Timor-Leste passava mal, nomeadamente tivemos fome, guerra civil entre timorense por causa de não se entenderam uns aos outros, e por isso acabou por invasão pelo indonesia em 1975; Portanto, **A invasão de indonesia também foi um dos factores importante que obrigaram os timorenses tornaram-se mais nacionalistas para fazer revolução a partir do inicio de 1976 contra o invasor indonesio**; considero também um ponto de viragem.

2. Resposta segunda. Solidariedade Internacional e nacional em prol da independência de Timor-leste acabar por pressionar a ONU?

R. Encontrei com Dom Martinho Lopes e expliquei os nossos pensamentos, depois de encontro com Mario carascalão a falar sobre **Social Democracia, democracia liberal**, e penso que quem também promoveu muito o problema de Timor la fora foi Bispo Dom Martinho Lopes ao todo mundo de que lutamos **pela Independência** e conciliar os líderes dos dois partidos rivais la fora para criar uma plataforma de **UNIDADE NACIONAL**. Sem olhar para os seus partidos, mas sim, primeiro lutamos para libertar a nossa patria que é a independência. Também em 1984, em Portugal criaram Convergência Nacionalista para se juntaram uma só voz, que a independência é único caminho. Em Laine 1981, Reorganização todos os aniquilamentos, nomeadamente, as redes clandestinas, armadas feito novamente pelo liderança do Xanana Gusmão (fez uma conferência nacional para reorganizar a estrutura dos dirigentes da luta pela independência de Timor-Leste).

A independência de timor-Leste foi muito tarde, quais foram os factores que retardaram a independência?

R. Haviam aspectos internos e externos;

Factor Interno.

- Quando iniciou a guerra quase mais de 30. 000 mil homens armados. **Em 1977**, maioria dos quadros superiores foram mortos pelos militares Indonésios, a População foi controlado quase total pelo militares indonésios, seja que os lideres superiores foram mortos, mas ainda havia bastante força no mato. **Em 1981**, quando tivemos reorganizados, havia apenas quase 1500 pessoas armados no mato com apenas 700 armas. Então, na altura perdemos base de apoio e perdemos tudo. A maioria das armas que eram usaram naquela altura eram mauzero e xetres de Portugal no tempo da 2ª. Guerra mundial, além de temos armas antigas não tivemos munições suficientes para combater os inimigos, para isso temos que capacitar os guerrilheiros, capacitar os comandantes e melhorar as unidades das redes da Clandestina para ter uma estratégia e disciplina de conquistar as armas e munições dos inimigos, pq não tínhamos nenhum apoio de fora, apenas lutar com a nossa própria força interna. Este foi um aspecto interno.

- No Factor Externo.

No factor externo dependia muito da nossa **Frente DIPLOMATICA**, na conjuntura política do tempo da guerra fria, a nossa política foi desfavorecida, portanto, e por isso, é preciso de mudar a nossa política de não sermos Marxista e Leninista, mas optamos a

política **INDEPENDENTISTAS**, renacermos a nossa política. Com a ideia Independentista, temos apoios significativa nas NU(nações unidas) SG das Nações Unidas Kofi Annan foi Crucial nas decisões sobre a questão de Timor-Leste em relação discussões e votações nas Nações Unidas, para tal é preciso de CONVERSACÕES. Por isso que, em 1983, eu(Xanana) entreguei um plano de Paz ao Colonel Purwanto levar para Jakarta(Indonésia). Este plano de paz foi implementado em 1999; porque não temos apoios de armamento de fora, por isso é preciso de Conversações.

Na década de 90 em diante, as FALINTIL ficou com uma redução drástica, será que este pequeno número foi também um factor de terminante para Timor-Leste?

Resposta.

A Guerra de Guerrilha foi um factor fenomenal para a contribuição da questão de Timor-Leste. Em cada momento em que a guerrilha fez acção foi sempre com uma estratégia de rapides em minutos para que o inimigo não podia fazer margem de manobra; e para mostrar ao mundo de que, em Timor-Leste continuava guerras contra o regime de Suharto.

A visita do Papa João Paulo II, dois personalidades timorenses que receberam Prémio Nobel da Paz e a visita de Nelson Mandela ao Comandante Xanana Gusmão foram importantes para a questão de Timor-Leste?

Resposta.

Ajudaram também para a questão de Timor-Leste. Quando o Papa visitou Timor-Leste, a nossa decisão foi muito firme para se tornar Timor-Leste independente e a posição de Timor-Leste ficou clara de que o povo quase 95% é Catolico praticante. E mostramos ao Papa de que, a guerra não apenas na montanha mas sim, a Guerra também estão nas cidades. No **cenário internacional** nós estamos a ganhar uma imagem boa; em 1983 quando foi das conversações conseguimos enganar o inimigo; porque,

1º. A guerra contra o invasor(Indonésio)como uma guerra entre familia mas tem o seu sentido próprio.

2º. Estamos determinados porque queremos atingir o nosso objetivo que é a INDEPENDÊNCIA.

3º., Mas por outro lado, já tínhamos as ligações para fora, as frentes CLANDESTINAS levaram as nossas mensagens para os representantes de Timor-Leste la fora para divulgar. Conseguimos levar o inimigo aceitasse a sentar-se conosco (guerrilheiros) e

tiramos juntos fotografias e enviamos para fora(estrangeiro); quando as fotografias foram chegadas nas mãos das médias estrangeiros, ao defensor dos DH, os militares indonésios ficaram mesmo assustados e as imagens(fotografias) foram revelados no sentido de desmontar as propagandas Indonésia a dizer que, os guerrilheiros apenas um pequeno grupo que estava no mato a roubar e matar as populações. de que ESTES GUERILHIROS COMANDADO PELO XANANA tem os seus objetivos próprios que é **Independência**. É verdade que, tivemos uma RESISTÊNCIA que tem (**uma cabeça e objetivos certos**) e temos determinados para se atingir o nosso OBJETIVO “**INDEPENDÊNCIA**”, erámos 50 guerrilheiros descalços que pedem IGUALDADE DOS SEUS DIREITOS, e estão a lutar de igualdade como os indonésios.

Em 1981, reorganizar a RESISTÊNCIA em LALINE (Distrito Manatuto).

Em 1982, eu (Xanana) entreguei todos os documentos de resultados da CONFERÊNCIA EM LALINE sobre a REORGANIZAÇÃO da luta pela AUTODETERMINAÇÃO A INDEPENDÊNCIA DE Timor-Leste. O **Bispo Dom Martinho Lopes** levou estes documentos para fora e fez um trabalho extraordinário, principalmente, divulgar e denunciar a **QUESTÃO DE TIMOR-LESTE NO EXTERIOR** para que fosse uma **CONVERSÃO DIRIGIDO PELA ONU (Organizações das Nações Unidas)**. Em nessa altura, a **SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL APOSTAR MAIS** em nesta decisão de DIALOGO NA MESA REDONDA LIDERADO PELA ONU (Organizações das Nações Unidas), Nobel da Paz e visita do Papa João Paulo II também foram decisivos/condicionantes para a nossa luta e que todos estes fatores contribuíram para **UMA POLÍTICA DE RECONHECIMENTO DO NOSSO DIREITO DE INDEPENDÊNCIA**.

A visita de Nelson Mandela também importante. Porque,

- considerava com um líderes Resistência de um povo pelo seu direito de ter Independência.
- Obrigar o Suharto para se ceder a sua **AROGÂNCIA DE “não”**, pelo contrário que é preciso de libertar o Xanana para se conversações/dialogo entre Timor e Indonésia.
- A prisão de Xanana também foi bastante importante para a questão de Timor, nomeadamente, facilitar a transmissão de informação

de interior para o Exterior, de Guerrilheiros para a rede Clandestinidade e a rede Clandestinidade pode transmitir para o XANANA NA PRISÃO e depois os Clandestinos transmitir as orientações políticas para fora e vice-versa. Foi assim é que no ano de 1999, implementamos o nosso direito de voto sob auspícios pela Nações Unidas através de REFERENDUM. Assim, o povo votou pela maioria á Independência.

//

E7.

EMBAIXADOR de Portugal em Timor-Leste, 23 de Novembro de 2017

Dr. Manuel Gonçalves de Jesus.

No que toca ao Ponto de Viragem no processo de reconhecimento, levou muito tempo desde 07 de Dezembro de 1975 até final de Setembro de 1999(referendum):

-Pela experiência de Embaixador quando foi o acontecimento Massacre de Santa Cruz no dia 12 de Novembro de 1991, Embaixador estava em Toquio (Japão) a preocupação que teve; foi a reportagem das médias internacionais sobre o Massacre de Santa Cruz um enorme impacto para a Opinião pública. Nos anos 75 em diante, a questão de Timor-Leste foi **um pouco esquecimento na agenda internacional tanto na média internacional e a comunidade internacional e o tempo continuando a passar.**

DNÂMICAS INTERNACIONAIS.(Os pontos de Viragem).

-Nos anos 80, a questão de Timor-Leste ainda um crescimento das **participações dos Portugueses á pressão das Nações Unidas, e a vinda dos deputados Indonésios e as movimentações várias não bem identificadas.** Aí há uma dinâmica de facto pouco se sente;

-A Queda do Murro de Berlim nos anos 1989;

-E em 1991 foi o fim da União Soviética; e o Fim da Guerra Fria, POR CAUSA com o problema da CONJUNTURA Política de **RELAÇÕES INTERNACIONAIS.**

- Em 1991, o Maior acontecimento do Massacre de Santa Cruz, Dili com a ajuda do Jornalista Maxtal que publicou a imagem do acontecimento do Massacre ao todo mundo; daí o Massacre chocou a opinião do Povo Japonese e a questão de Timor-Leste foi muito aquecido no Parlamento Japonese em Toquio.

- Em 1991, Governo Japonese e sua população foram muito ativo em relação ao Massacre de St^a. Cruz.

-Da Parte da Igreja de Timor-Leste, o Pe.João Felgueira em Dili explicou sobre o acontecimento de Santa Cruz por via Cruz vermelha internacional.

- Todos estes acontecimentos foi despertar a Opinião Publica o que está a passar em Timor-Leste.

-A visita do Papa João Paulo II, os jovens deram as suas manifestações em Tassi-Tolu em Timor-Leste.

- Em 1992, a capturação de Xanana e foi preso em Cipinang e o seu Julgamento;

-Dois personalidades Timorenses receberam Prémio Nobel Da Paz; com o prémio Nobel da Paz pode pressionar as Nações Unidas e a comunidade internacional. Estas duas personalidades, cada um com o seu prestígio de socializar e sensibilizar a opinião pública tantos média nacionais como internacionais, e pressionar as Nações Unidas;

-A Visita de Nelson Mandela a jakarta para visitar Xanana no Hotel(não tinha sido ir a prisão), falar com Jorge Sampaio, com Prémio Nobel da Paz José Ramos Horta e com Presidente Soeharto. Em fim, Presidente Nelson Mandela dizia de que, O Xanana é o grande lider e precisa de libertar. Nelson Mandela escreveu carta ao Suharto a dizer que Xanana é o homem mais útil para a conversação e não merece fica na prisão, em Julho de 1997. E portanto aqui foi um movimento conjunto RESSUCITA dos acontecimentos dentro do CENÁRIO que aqui era o CENÁRIO da Guerra Fria que esta DIVISÃO FRATURANTE e até IDEOLÓGICA. E aqui portanto em Timor-Leste foram os Jovens que reforçaram a luta de Timor-Leste.´, porque as forças de Guerrilla ficaram enfraquecidas por cause das forças indonésios cercaram toda a zona interior do país. A partir de Santra Cruz há uma dinâmica Nova, há um conjunto de questões que são múltiplas e as causas não são únicas.

* E depois a outra DINÂMICA, nomeadamente, a Crise da questão financeira na Indonesia;

* O fim de Suharto e substituindo pelo Presidente Habibie e que deu aval para se realizasse o Referêndum em Timor-Leste.

* 05 de Maio de 1999, encontro nas Nações Unidas entre SG Kofi Annan, Ali Alatas e Jaime Gama.

* O ponto de viragem com outra dinâmica a partir de 1991 até 1997 e culminou com a CRISE FINANCEIRA na Indonésia. Com esta dinâmica internacional com que fez acaba por pressionar os Indonésios e acabam por aceitar a realidade e própria as Nações Unidas também foram acelerar o mais rápido o processo de Timor-Leste. E Portugal acaba por ganhar uma outra nova dinâmica /atores seja que tinha uma Crise de Sudeste Asiático e que vai atingir toda a Indonésia.

No fundo, antes dos anos 80 a guerrilha foi fracassada por causa dos Militares Indonésios cercaram violentamente e não há possibilidade de estabelecer contactos efetivamente o exterior. Mas depois da capturação do Líder da Guerrilha SR. Xanana Gusmão; a partir daí a questão de Timor-Leste deu a maior VISIBILIDADE ao mundo. A partir daí, A solidariedade Internacional acabou por ter mais eficaz e deu mais pressão às Nações Unidas. E os países como Austrália e Estados Unidos da América acabaram por visitar Jakarta para se observar o mais perto as atitudes do Governo Indonésia, e próprio dentro da Austrália /a sociedade Australiana acabou por ser mais ativa em relação á questão de Timor-Leste; e própria os EUA estão cada vez mais ativo, e próprio Governo Português estava cada véz mais eficaz no fórum Internacional.

Olhando para Timor-Leste; A questão de Timor-Leste foi o produto da Guerra Fria, e até nos anos 80 até 1990, o Presidente Bill Clinton dos EUA e Austrália foram apoiadas as forças indonésia para que possa enfraquecer e aniquilar os FALINTL, enquanto, o papel de Portugal cada véz mais eficácia. E nessas épocas foram épocas desfavorecidas aos FALINTL por causa da conjuntura Internacional ou a Política internacional era diferente; e em 1983 e 1984 as Falintil ficaram fracassados e sem apoio pela força estrangeira por causa da GF e que teve uma ligação com a União Soviética. As forças políticas que tinham ligação ao União Soviética (Maoístas) foram desaparecidas. Em fevereiro 1986 houve um Congresso na União Soviética deu resultado ao desaparecimento da força política de Gorvaisft e havia mudança politica na União Soviética. Em 1989, a queda do murro de Berlim e a desintegração ao União soviética. ´, e em 1991 o fim da Guerra Fria.

Próprio o Bispo Dom Ximenes Belo, de Timor-Leste e foi para Austrália e depois chegou a Portugal tinha recebido uma enorme demonstração desfile de toda a cidade de Lisboa com panos preto e branco como sinal de luto e de Paz e o próprio Presidente

Jorge Sampaio falou com Presidente Bill Clinton para que possa intervir e realizasse um referêndum em Timor-Leste.

Os factores que retardaram a Independência foram seguintes:

1. Em 1975 até 1991, era a conjuntura Internacional (Cenário internacional) que desfavoreceu a Independência de Timor-Leste. Regan (presidente dos EUA) que fragilizou toda a economia Russa e conseguiu dominar com toda a sua política. O regime daquela forma não podia subsistir; O regime que não podia alicerçado no poder ECONOMICO REAL.
2. EUA conseguiu de derrubar o regime Marxista Russa porque aquele regime naquela época não produziu uma Economia real ao seu povo por causa disso o regime não sobreviveu perante ao seu povo e principalmente não foram bem vistos aos Ocidentais (Europa Ocidental e EUA). Por disputa da diferença de Ideologia entre Liberalismo e Socialismo acabou por retardar a independência de Timor-Leste. Timor não tinha uma boa época desde 1975 até 1991. E muito menos há dois países vizinhos gigantes que é Austrália e Indonésia que são bons aliados dos EUA;

e Austrália tem interessando ao mar de Timor, e até hoje continua a não reconhecer a delimitação marítima entre Timor e Austrália. Enquanto, Indonésia foi apoiado pelo EUA para ocupar Timor-Leste e que não deu espaço ao Chineses. Mas depois da independência de Timor-Leste a Indonésia sempre mostrou sua vontade de cooperar com Timor-Leste, nomeadamente, delimitação da fronteira terrestre e marítima e quase 90% está quase resolvida.

3. Na década de 80, a guerrilha na montanha estava enfraquecida porque os militares Indonésios isolaram aquela ilha para que não comunicasse ao exterior porque maioria dos países influentes já não tinham mais acções sobre a questão de Timor-Leste nas Nações Unidas, seja que Organizações das Nações Unidas mantiveram abertas.
4. Na década de 90 em diante, a resistência ficava enfraquecida, e o líder da resistência foi capturado e ficou preso. No entanto, a estrutura da resistência mantivesse firme seja que ficava com números reduzidos; a sucessão de Xanana foi o Mahunu, mas em curto tempo foi capturado, e substituiu por outra resistência que era o Konis Santana, e quando o faleceu por causa de uma doença prolongada veio substituindo por Taur Matan Ruak. A rede da clandestinidade foi bem estabelecida e bem funcionadas, os jovens que fizeram

manifestações no Cemitério de Santa Cruz e que deu um resultado com muitos mortos. Com este Massacre de Santa Cruz que foi despertado o mundo internacional por média internacional, regional e nacional. Por outro lado, os jovens assaltaram várias embaixadas estrangeiras em Jakarta (capital de Indonésia). A Guerrilha na montanha passou-se para a zona URBANA, e os jovens assaltaram várias Embaixadas estrangeiras em Jakarta(Indonesia). Indonésia não conseguiu de criar o ambiente político para convencer os Timorenses. Os Timorenses não deram boas vistas as imigrações, ligação da Cultura, Fretilin, e por isso o resultado do referêndum de 1999 ficou reprovado para Indonésia.

5. A contestação da invasão de Timor contra Indonésia ligando ao contexto internacional é claro, que a Indonésia na Conferência de Bandung em 1950 foi claro que Indonésia é um País não alinhado, estava em contradição com o resultado desta conferência, Mas o mais profunda crise Financeira que abalou toda a Economia Indonésia. Com toda aquela estruturação Económica que tem ligado ao FMI. E FMI também apresentaram programa de estabilidade e várias exigências ligado ao FMI. Recessão petrolífera; como distribuição de combustível; Distribuição das licenças, regulação do sector; a separação da produção, a entrada das empresas estrangeiras no sector, tudo isso acabou por prejudicar os mecanismos do FMI, deu uma penetração maior do movimento para a INDEPENDÊNCIA.
6. Em Timor, a Igreja também teve um papel muito importante, não foi só a guerrilha. A manutenção da existência de um país Católica, A igreja como um espaço para que haja a população rever os seus espaços históricos, culturais; No fundo é para contrarias o como os indonésios registar os cidadãos. Ai a Igreja mantenha este registo de números dos cidadãos para que possa manter o maior número de Católicos em Timor-Leste. Não iria dizer que era muçulmano. Este é um fator mais movimentado desde no ano 1990.

- A posição dos EUA; no fundo era, no ponto de vista historicamente, ainda trauma com o Vietnam que era perdido a guerra. Em 1975, os EUA não tinham interessado em Timor como um ponto importante na agenda dos EUA. Os EUA não iriam confrontado um aliado na Sudeste Asiático caso é a Indonésia. A guerra fria estava na Zona Asiática, nomeadamente, A China não tinha entrado na reforma, e da própria desintegração da União Soviética daquilo que era o COMUNISMO.

- Depois De nos anos 90, em África, a questão não era pacífica, a influência da Guerra Fria chegou também na África, nomeadamente, na Angola, Moçambique, na Africa Austral que era o fim do Apartheid, etc; as posições dos EUA olharam para a situação de Timor-Leste com o olhar de outra forma, aquilo que tinha sido nos anos de 1975.

- No caso da AUSTRÁLIA, a politica externa de Austrália não é igual aquilo que se passa na Asia obviamente. Mas sobretudo no mundo anglo saxónico. Mas dentro da Austrália há um movimento que sempre foi a favor da Independência de Timor-Leste. A Austrália como um país Democrático foi muito criticado em relação a questão de Timor-Leste.

- A visita do Papa do João Paulo II, Ele próprio vem de um país da Guerra Fria, e portanto, acabou por visitar Timor-Leste com aquele risco que corria e confrontado com a manifestação dos Jovens que tinham preparados para se mostrar ao Papa.

Foi importante que o Premio Nobel Nelson Mandela visitou Xanana e escreveu carta ao Presidente Suharto para que possa libertar o Lider Xanana Gusmão. Tudo isso foram dinâmicas que estavam ali, nomeadamente, a demissão de Suharto, o Sucessor Habibie, e depois da Crise Financeira, os prémios Nobeis também já estava ali e as dinâmicas já estavam ali bem montada.

- Os Jovens que tiveram em Jakarta/Indonésia, as manifestações em Jakarta fizeram uma boa combinação com os jovens que fizeram manifestações no interior do país para que possa mostrar ao mundo a rejeição da presença dos Indonésios. Com esta forma de luta pode reforçar a resistência que era drasticamente diminuído nos anos noventa e assim o papel da política externa teve um papel muitíssimo importante. E a Indonésia nunca considerou a resistência no interior e considera Timor como XXVII província, mas depois da política externa de Timor-Leste estava bem patente na comunidade Internacional, os Indonésios acabou por reconhecer o Referêndum. O papel dos jovens foi muito importante.

- O papel de PORTUGAL; antes do dia 7 de Dezembro de 1975, a Indonésia já tinha invadido de uma grande escala no Sul de Maliana/Balibo, filmado pelo Jornalista Português, Adelino Gomes. E depois do dia 07 de dezembro de 1975, em Portugal foi a Revolução do 25 de Abril de 1975, Timor é uma província longínqua e naquela altura todos os ex-colónias foram tudo independência, a crise interna que existe, a readaptação

de uma nova política, uma economia que entra em colapso nos primeiros meses; a posição de Portugal mantiveram que Timor como uma província ultramar de Portugal juridicamente; e a relação diplomática tinha cortado com a Indonésia. O fim do dialogo direto, e no fim transferiu para as NAÇÕES UNIDAS. A partir do ano de 1994 a questão de Timor estar vivo na agenda das nações unidas, enquanto nos anos 80 a questão de Timor foi alta e baixa. Mas mantenha relação com CPLP, com a EU e próprio Nações Unidas. Em 1997, o embaixador de Portugal em Pretória/Africa do Sul foi expulso por causa da visita de Nelson Mandela a Indonésia por causa da questão de Timor. A política Portuguesa nos anos 80 era alta e baixa; só a partir dos anos 90 é que foi mais visível na questão de Timor. Os elementos basilares de Timor como a Identidade são, Religião, Língua Portuguesa e Fronteira. No Governo de António Guterres era ano de movimentação e aceleração da questão de Timor-Leste.

-----// //-----

E8.

Dili, 25 de Novembro de 2017.

Entrevistado com Dr. Francisco Lu-Olo.

COMENTÁRIO DE Ele(Lu-Olo): considera este tema (do meu trabalho) é como um tema interessante onde valoriza a luta da independência de Timor-Leste. Ele foi um dos Guerrilheiros que nunca foi capturado pelos militares indonésios durante 24 anos da Guerra; ele resistiu no mato durante 24 anos até a Independência de Timor-Leste.

1. O ponto de viragem no processo da independência de Timor-Leste e os factores que mais contribuíram para isso?

R. No meu ponto de vista, aquilo que foi como ponto de viragem para que possa ter reconhecimento a independência de Timor-Leste, queria dizer que **“se não há fogo, não fumo fumo”** isso significa que a resistência armada foi precisamente o factor determinante. Se não existia a resistência na montanha, claro que não haveria condições para outro componente de lutar (Clandestina, Diplomática) para o processo de Timor-Leste. A resistência Armada foi um factor interno determinante em si mesmo;

1º. Do ponto de vista Comando, Capacidade do comando da luta para definir estratégia política e com táticas adequadas para que possa assegurar a resistência.

2º. No início da guerra, a estratégia da luta que é o seguinte “Guerra Dura e Prolongada”, mas não definiu até quando, foi apenas um slogan psicológico para assegurar a resistência. Uma luta dura e prolongada é um conceito que inculturar, moralizar e incutir o povo de Timor-Leste para ter uma consciência que a luta pela independência de Timor-Leste vai ser dura, quando é termina não se sabe. Mas toda agente deve se preparado para travar uma luta dura e prolongada. A vitória virá, mas devemos partir desta luta. Este aspeto Psicológico é fazer parte da estratégia de Luta dura e prolongada. Depois de 1997, há um factor que é mais importante foi a viragem de partido único para uma situação política da UNIDADE NACIONAL. Factor da luta da unidade nacional onde a comando da luta mostra a capacidade de comando no sentido de encontrar uma solução para o problema. Aqui o comando da luta mostra a sua capacidade de estratégia que se inicia numa primeira fase de **GUERRA DURA E PROLONGADA**, e segunda fase foi a UNIDADE NACIONAL, **significa o XANANA GUSMÃO deixou de ser líder da Fretilin e passou a ser líder da Unidade Nacional. E que era líder da CRRN(Conselho Revolucionário da Resistência Nacional, 1981), passou para o líder da CNRM e depois transformou para CNRT. Com esta mudança pode abranger todas as forças políticas de Timor-Leste cuja objetivo de tornar uma só voz, uma só força um só objetivo que é a Independência. Aqui encontrou uma solução de conflito que é o Diálogo.**

A estratégia já não é uma Guerra dura e Prolongada, mas a estratégia foi uma Solução de Negociação do Conflito, por via DIPLOMÁTICA. No plano interno criar condições, nomeadamente: 1º. Guerra dura e prolongada, 2º. Unidade nacional para libertar a pátria, 3º. No plano externo foi Negociação Diplomática, enviou a proposta para Portugal em 1979 e anexando para SG das Nações Unidas e enviou uma cópia desta proposta para o Suharto naquela altura por dia de um Comandante indonésia que chamado Joni. Este foi o ponto de viragem da frente Armada, e podemos dizer que a frente armada foi ponto determinante em neste aspeto. Todos estes pontos conseguiram de abrir caminho para a VISITA DE SANTO PADRE JOÃO PAULO II. A visita de Santo Padre também foi um factor determinante para chamar atenção ao mundo à questão de Timor-Leste. Os jovens mostraram Manifestações no sentido de mostrar as suas discordâncias com as

Violências e torturas pelos militares **Indonésios**. **Durante a existência dos militares Indonésios em Timor-Leste atuaram dois pontos importantes: VIOLÊNCIA e LOBBY(TORTURAR OS TIMORENSES e DEPOIS INCUTIR ESTES TIMORENSES COM A DOCTRINA INDONÉSIA PARA SER ESPIONAGENS DOS MILITARES INDONÉSIOS, para matar os timorenses, no entanto, Indonésia não conseguiu de convencer dos profundos sofrimentos e desejos dos TIMORENSES que é a INDEPÊNDENCIA.**

Factor religioso também foi importante para a causa de Timor-Leste. Outro factor que é muitíssimo importante foi o factor DA VIOLAÇÕES DOS DIREITOS HUMANOS e que a comunidade internacional reconheceu a causa de Timor-leste. Outros factores mais importante foram dois personagens que receberam prémio nobel da paz. Outro factor importante foi a da Captura de Xanana Gusmão e levou para a Prisão.

2. Até que ponto a Solidariedade internacional lutou pela questão de Timor-Leste?

R. divulgar a violações dos direitos humanos por parte dos militares indonesios em Timor-Leste, Solução negociada pelos tripartida: Indonésia, Portugal e Nações Unidas para se realizar Referendum em Timor-Leste, 1999. Desvalorização da moeda de Indonésia, a reforma do sistema governamental ditatorial em Indonésia para um sistema democrático. Situação Economica e Financeira indonésia foi muito grave e que obrigou o Habibie para se aceitou a realização Referêndum em Timor-Leste.

3. Quais são os fatores que retardaram a Independência de Timor-Leste?

R. a) Os lideres Timorenses em 1975 não acompanharam bem a conjuntura política internacional entre dois blocos entre Ocidente e oriente, nomeadamente, foram disputas Idelógicas.

b) A desunião entre os Timorenses também favoreceu da entrada dos militares Indonésias significa foi um factor de retardaram a independência.

4. A resistência no mato na década de 90 foram bastante reduzidas, seja que com números bastante reduzidas também foi um factor determinante para a causa de Timor-Leste?

R. mesmo que ficasse uma secção no mato, esta secção continua a ser um factor determinante. Mesmo que as Nações unidas enviassem os seus membros a Timor-Leste para se realizar o referêndum se os lideres guerrilheiros foram todos rendidos como é que possível para realizassem o referêndum, e por isso, eu digo

que seja que ficamos uma secção continuamos a considerar um factor determinante interno para dar força a parte Externa que é a DIPLOMÁTICA. Mas os guerrilheiros também a favor de uma Solução negocial por via de REFERÊNDUM do que por via militar.

5. Qual foi a legitimidade da contestação da integração do regime Suharto?

R. A Integração de Timor-Leste á Indonésia não foi reconhecida pela Comunidade Internacional e pela ONU. E não foi consulta popular pelo povo de Timor-Leste. A integração foi uma integração forçada. De facto, eles estiveram cá no nosso território, mas De Juri ou Juridicamente eles não têm legitimidade.

6. No seu ponto de vista em que condições da passagem das normas de Emergência, para Cascata Normativa e depois para a Internalização?

R. Nós temos a nossa IDENTIDADE PRÓPRIA, HISTORIA PROPRIA, RELIGIOSA PROPRIA E A NOSSA CULTURA PROPRIA; e a capturação de Xanana pelos Militares Indonesios ao levar para prisão, em primeiro momento, Xanana respondeu imediatamente ao tribunal Indonésia de que, “sou cidadão Português” e a vossa lei não reconhecida internacionalmente para se julgar um cidadão Português que pertence ao território de TL como provincia ultramar de Portugal.

7. Qual foi a posição dos EUA como país hegemónico em relação a causa de Timor-Leste?

R. EUA virou a sua posição política para se apoiar a independência de Timor-Leste.

8. Qual foi a posição da Austrália em relação a questão de TL?

R. Os governantes não foram aceitar ou apoiar a questão de TL para a Independência; no entanto, o povo Australiano apoiou ou a favor (solidariedade) da causa da independência de TL. Em fim acabou por cooperar com as Nações Unidas para que permite a entrada das Nações Unidas em Timor-Leste.

9. Qual foi o papel de Portugal como potência administrante?

R. Em 1976 Portugal meteu a questão de Timor-Leste na ONU. Para dizer que, o povo de TL ainda não foi a autodeterminação da sua Independência. Mais tarde Portugal também influenciou a comunidade Internacional, nomeadamente, EU, CPLP e na Assembleia Geral das Nações Unidas. E por fim, o povo Português e os

líderes políticos Portugueses uniram-se pela causa de TL para uma solução pacífica e duradoura. E Portugal como potência administrante continuando a empenhar em relação da questão de TL. Acordo 05 de Maio de 1999 o papel de Portugal foi muito importante para a solução do processo de TL.

10. Visita de Nelson Mandela ao Xanana?

R. Deu coragem ao Xanana Gusmão como líder político e deu esperança ao povo de TL.

11. Assaltos dos jovens nas Embaixadas.

R. Divulgar e testemunho vivo a questão de TL.

Muito Obrigado.

LERE ANAN TIMUR (Jenderal das Falintil)

Entrevista em **TIMOR-LESTE, 28 de Novembro de 2017.**

E9.

Perguntas e Respostas.

1. (P. nº. 4). Resistência das Forças Armadas na montanha foi pouca, com números pequenos considerados como factor determinante para a independência de Timor-Leste?

Resposta:

A resistência de T.L é uma resistência generalizada. Foi a luta do povo de T.L. As Falintil (forças armadas da libertação nacional de Timor-Leste), que nós afirmamos como braço armado do povo de T.L que lutou todo esse período para a independência e a soberania de T.L; sem dúvida até anos de 1990 em diante foi uma redução dramática dos efetivos das Falintil. Mas nós continuamos a manter viva no espírito a palavra de ordem da Fretilin que dizendo que “Patria ou morte é a independência ou mate ga Moris ukun rasik na.” Resistir é vencer e conta com as nossas próprias forças. Nós baseamos em nesta palavra de ordem é que resistimos até a Vitoria Final. Porque a palavra de ordem da Fretilin “ Resistir até a última gota de sangue.” Este é o nosso principio, (principio da Resistência).

2. (P. nº. 6). Qual é a nossa norma emergente ou o elemento basilar de defender e mostrar ao mundo de que, nós temos um elemento basilar que diferente com outros países e por isso nós temos esse direito de defender? (refere a Identidade).

Resposta:

A história de Timor-Leste é diferente de outras histórias de outros países no mundo. Nós sabemos que Timor-Leste era uma colónia Portuguesa, assim como outros países de colónia portuguesa na África. O nosso Direito basilar é a nossa SOBERANIA NACIONAL; e para alcançar esta soberania nacional sem dúvida que nós atravessamos grandes desafios. Em primeiro lugar, nós estávamos isolados do mundo. Não tínhamos apoio. Em segundo lugar, nós aprendemos a guerra e fazemos a guerra, e sem dúvidas que nós atravessamos muitas dificuldades, desafios, mas alcançamos o nosso objetivo que é a independência (A nossa Soberania Nacional), ou A nossa soberania Total e incondicional.”

3. (P. nº. 1). O que constituiu o **PONTO DE VIRAGEM** no processo de resistência da independência de T.L? E quais são os factores que mais contribuíram para isso?

Resposta:

O reconhecimento do processo da independência ou o nosso principal objetivo nacional; os factores que mais contribuíram para isso, designadamente, a) A resistência das Falintil nas montanhas durante 24 anos. b) O apoio do nosso povo para a resistência deste mesmo povo. c) A Violência dos Direitos Humanos cometida pelos militares indonésios que mais contribuíram para o ponto de viragem da luta de Timor-Leste.

Estes três factores acima mencionado é que levando ao alcance da nossa independência.

4. Igreja. Da parte da Igreja nós consideramos o sector importante para a contribuição da independência de Timor-Leste?

Resposta:

Nós todos sabemos que o povo de Timor-Leste 90% é Católico e por isso que a participação da Igreja Católica em neste processo de Libertação Nacional não pode ser negado. A Igreja católica é um dos aspetos principais que também culminou para o desenvolvimento da nossa luta da libertação nacional do povo de timor-Leste.

5. Luta de Estudantes no interior e no Exterior também contribuíram?

Resposta:

a) No plano interno, Massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991;

b) Assaltos das embaixadas Estrangeiras em Jakarta-Indonésia que mostraram ao mundo que há Violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste. E mostro ao mundo que o povo de Timor-Leste a sua Soberania e Independência.

6. Nos anos 1975 até 1980 não foi apoiado pelo Exterior, a nossa política ficou enfraquecida e militarmente não temos apoio de meios de guerra. Com que força ou donde veu essa força que fez Falintil resistiu até a última gota de sangue “que TORNA A INDEPENDÊNCIA?”

Resposta:

“É SEGREDO DA GUERRA.” A guerrilha em qualquer parte do mundo é invencível. Porque a guerrilha é em termos militares “Bate e Foge”. A guerrilha é sempre apoiar do seu Povo. Este é o factor principal. Sem apoio do povo também a guerrilha não existe. Como os guerrilheiros diziam no mato que a guerrilha ou guerrilheiro é como “ PEIXE e o POVO é como ÁGUA.”

Em suma de que, Água e Peixe junta-se “ **O Peixe não Morre e a Água não Chega.**”

ENTREVISTA ao DR. José ramos Horta
(Prémio Nobel da Paz),
Timor-Leste, 12 de Março de 2018.

E10.

1. Em **relação aos Direitos Humanos**, desde 1975, no dia 4 de Dezembro saiu de Timor-Leste por uma Missão nobre que é a causa de Timor-Leste. Em neste caso, depois da saída de sua Excelência foi o isolamento total a esse território que é o nosso Timor-Leste. Como é que o Dr. Horta olhou desde 1974 até referêndum; Quais são os momentos importantes que deu grande VIRAGEM A NOSSA LUTA, principalmente o processo de autodeterminação e independência de T.L. Como é que esta luta interna e externamente tem uma articulação eficaz e forte, desde que, eu acompanhei o Dr. Horta fez grande esforço até nos anos 1980 teve uma grande dificuldade nunca desistiu até que nós AXILOS POLÍTICOS CHEGAMOS até Portugal continuamos a lutar juntamente consigo. Quais são os pontos importantes em nesse momento?

RESPOSTA:

1. a) 1º. Lugar, As resoluções de Assembleia Geral das nações Unidas e Conselho de segurança das Nações Unidas em 1975 e 1976.
- 2º. Lugar, resolução de Assembleia Geral 37/30 das Nações Unidas em 1982.
- 3º. Lugar, A visita do santo Padre João Paulo II a Timor-Leste.
- 4º. Lugar O Massacre de Santa Cruz em 12 de Novembro de 1991, que foi mediatizado.
- 5º. Lugar, Mais importante de todo, no plano Diplomático, foi atribuição do PRÉMIO NOBEL DA PAZ em 10 de Dezembro de 1996, os dois personalidades,
 - i. Dr. José Ramos Horta.
 - ii. Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo;

Que colocou Timor-Leste mais ainda consagrou Timor-Leste ao mundo a opinião pública internacional, e legitimou ou deu legitimidade liderança política timorense.

E finalmente, logo a seguir em 1996 veio a Crise económico financeiro na indonésia desde 1997 até 1998 que levou a queda do regime de Suharto.

E Finalmente, referêndum são os factos, não menos prezar o papel de xanana Gusmão soube muito bem utilizar a sua prisão em 1992, e a partir da prisão de Cipinang-Indonésia e sobretudo no acto do seu julgamento em dili, quando Xanana Gusmão tornou mais visível, quer pessoalmente de facto existe uma pessoa carismática e eloquente (dotado de grande capacidade de expressão; bem dito), porque muito jornalistas e momento importante em todo esse processo é o papel da Igreja.

2. **A ARTICULAÇÃO entre luta armada, Igreja e resistência timorense no interior**, com o isolamento equiparado grandes números, dos militares indonésios com uma situação muito isolado, como é que a informação chegou ao EXTERIOR para que pode divulgar internacionalmente?

Resposta:

Entre 1975 a 1977, a informação lançada no interior era via através da Radio Fretilin com uma Radio Clandestina que nós estalamos em Darwin. Mas em 1977 e 1978 a polícia Australiana aprendeu a Radio e durante anos não houve mais informações e comunicação via Radio da montanha de Timor-Leste para o exterior. Em 1984 conseguimos fazer entrar outra Radio a Timor-Leste e restabeleceu a comunicação. Mas a partir de 1981 e 1982 Dom Martinho Lopes quando foi forçada pelos militares a saída de Timor-Leste levou consigo fotografias. Sobretudo, encontro importante em Larigutu, promovido do Mario Viegas Carascalão entre entre Xanana Gusmão e o Jeneral Puruwanto. Este encontro foi fotografado e nós publicitamos no exterior. Com a presença de Mario Viegas Carascalão em Timor-Leste como governador foi

extremamente importante porque ele provocou a abertura de Timor-Leste para o mundo, o que permitiu que muitos estrangeiros se começaram a visitar a timor-Leste, deputados de alguns países, alguns jornalistas, senadores Americanos, Embaixadores Americanos e New Zealandeses sedeados em Jakarta; aqui são os factores importantes que realçados. A frente Clandestina propriamente dita, até nos anos princípio de 1980 só havia praticamente duas (2) frentes:

- a) Frente Externa (diplomática).
- b) Frente Armada.

Porque era difícil se não possível organizar a Frente Clandestina no período dos anos de 1975 a 1979.

A partir dos anos de 1980 começou a organizar clandestina. Com o Eng. Mário Viegas Carascalão como Governador abriu um novo rumo designadamente enviou muitos estudantes timorenses como bolsheiros para estudar na Indonésia. Aí começou organizar uma frente na Indonésia e foi crucial para a luta, porque lutar e resistir na Indonésia era mais fácil, fazer sair as informações para o exterior era mais fácil.

A ARTICULAÇÃO entre **A Frente Armada, A Clandestina, A Frente Diplomática e A Igreja foram feitas através de muitos meios, designadamente, através da Igreja Católica**, através da RENETIL, e através das pessoas que enviaram de exterior para Timor-Leste, designadamente, Jornalistas, entre eles, o Jornalista Peter Gordon (vision television em new York), e o Jornalista MaxThall trabalharam com Xanana Gusmão na Indonésia.

3. **Portugal foi como potência administrante**, mas como é que nos anos de 1975 até 1980 não fez o seu papel como potencia administrante e o processo em neste período ficou parado? Qual foi o motivo principal que fez com que o processo ficou lento?

Resposta:

Em Dezembro de 1975, o papel de Portugal foi crucial. Foi Portugal enquanto potencia administrante de Timor-Leste que pediu uma reunião com Conselho de Segurança das Nações Unidas, e esta reunião teve lugar na segunda semana de Dezembro de 1975, logo a seguir a invasão. Esta reunião cuja objetivo de o Conselho de Segurança fez apelo a Indonésia para respeitar os Direitos Humanos em Timor-Leste. O período que vai de 1975 até 1987, portanto, quase dez anos (10 anos) foi também difícil para Portugal, porque nunca houve um governo estável em Portugal, governo apenas durou 6 meses e caiu, sucessivamente que durou até dez anos (10) com esta política que teve

acontecido em Portugal. Com esta situação a cima mencionado, foi muito difícil para Portugal traçar uma política estratégica coerente e consciente de Portugal.

Em 1987, foi eleito o Prof. Cavaco Silva com o Partido Social Democrático (PSD) ganhou eleição teve maioria absoluta. A partir daí começou a ver alguma previsibilidade ou alguma continuidade da política externa de Portugal. Mas ainda é limitada acção por parte de Portugal. Havia correntes em Portugal que achava Timor-Leste uma causa perdida que era preferível encontrar uma solução de acomodação com a indonésia. Entretanto, em Portugal criou-se uma Comissão Eventual para o acompanhamento da situação em Timor-Leste. Todos partidos políticos trabalharam com essa Comissão. Houve um período que foi um timorense presidente a esta comissão. O Dr. Manuel Tilman, foi deputado por via de um partido ASI(Associação Social Independente). Ele teve um papel importante, sempre fez pressão sobre o governo Português em Lisboa, e mediado pelo Secretario Jeral da ONU na altura pensou-se fazer uma visita de uma missão parlamentar Portuguesa para Timor-Leste. Nessa altura, aderir a essa missão parlamentar para ir a Timor-Leste confirmaria que afinal o povo de Timor-Leste estava feliz que a situação era pacifica, havia progresso materiais e humanas em Timor-Leste e essa missão parlamentar portuguesa simplesmente recomendaria ao parlamento e ao estado português que se reconhecesse a Anexação. **Isto é a ideia.** Só que naquele período, a questão de Timor-Leste foi ganhando dinâmica internamente e internacionalmente. As coisas saíram não como os Indonésios pensavam. Quando a missão parlamentar era para ir a Timor-Leste já havia rede Clandestina muito bem mobilizada, já a Igreja está completamente mobilizada, e houve o assassino de estudante Sebastião Gomes e depois teve acontecido o Massacre de Santa Cruz. Os deputados portugueses eram para ir nessa altura. E para a ida dos deputados portugueses estavam já em Timor-Leste muitos observadores e jornalistas estrangeiros, entre os quais o Maxthal e o Edgudman (é uma jovem jornalista radiofónica em Nova York), e hoje uma figura nacional jornalista em programa de Radio e Televisão. Quando sabia o Massacre de Santa Cruz, a causa de Timor-Leste já estava muito mais falada internacionalmente o Massacre de Santa cruz porque estava ali os Jornalistas, então, ganhou muito maior o impacto internacional. Logo a seguir, o Massacre de Santa Cruz em 1991 não durou muito tempo veio o Prémio Nobel da Paz depois dos 5 anos. Seguidamente, veio a Crise Economico Financeiro na Indonésia, isto é extrema importante. Raramente os académicos e jornalistas não deram muita atenção a esta Crise Económica, de facto, esta Crise Económica foi extremamente importante.

Porque? A Crise Económica foi determinante, não só na Indonésia, mas também na Coreia do Sul, Tailândia e levou a queda do presidente Suharto e com a eleição pelo parlamento indonésio, B.J. Habibie que decidiu aceitar; foi ele que propôs a relação de um REFERENDUM sobre Timor-Leste.

4. **A indonésia (Ali Alatas) sempre fez uma política falsa no exterior** mas convenceu a comunidade internacional que arrastou o processo de autodeterminação e independência de Timor-Leste durante 24 anos, no entanto, nos últimos anos o Ali Alatas próprio observou a postura de Sua Excelência e dizer em Língua Indonésia de que “José Ramos Horta é como pedra cristal dentro dos Sapatos de Indonésia”; O que isso explicaria Senhor Dr. Horta?

RESPOSTA:

Ali Alatas é um grande diplomático. Um indivíduo sábio, eloquente e boa pessoa. Uma vez, escrevi um artigo numa revista que já não existe, chamar «FAR EASTERN ECONOMIC REVIEW», publicado em Hong Kong. Uma revista importante, lida por toda académica e intelectual e líder aqui da Ásia, e este artigo dizia o seguinte:

«Ali Alatas é um diplomata eloquente e inteligente so que único problema está a Servir um REGIME ERRADO». Os diplomáticos estão sempre pronto para executar e implementam os interesses dos seus países segundo a orientação os chefes dos estados. O Ali Alatas foi primeiro Embaixador de Indonésia em Nova York, depois foi Ministro dos negócios Estrangeiros.

5. **Quais são os pontos de VIRAGEM** para a questão de Timor-Leste?

RESPOSTA:

Os pontos de Viragens são:

- a. Em 1975, Resolução de Conselho de Segurança e Assembleia geral das nações unidas.
- b. A Resolução da Assembleia Geral 37/30 de 1982.
- c. A visita do papa João Paulo II a Timor-Leste.
- d. O Massacre de Santa Cruz de 1991.
- e. O Prémio Nobel da Paz.
- f. A Crise Económica Financeira na Indonésia.

Estes factores todos que levaram as mudanças transformativas na opinião internacional sobre Timor-Leste e enfraqueceram a Indonésia na sua própria frente interna.

FIM.

Nomes dos entrevistados:

Siglas: E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10.

E1. Bispo Dom Carlos Filipe Ximenes Belo.

E2. Dr. Constâncio Pinto.

E3. Dr. Agostinho Brabosa.

E4. Dr. Roque Rodriguês.

E5. Dr. Roberto Jeronimo Seixas.

E6. Sr. Xanana Gusmão.

E7. Dr. Manuel Golçalves de Jesus (embaixador de Portugal em Dili).

E8. Dr. Francisco Lu-Olo.

E9. Lere Anan Timur.

E10. José Ramos Horta.